

@metropolis

40

ano 11 | março 2020



anos

Revista
Eletrônica
de Estudos
Urbanos
e Regionais

revista eletrônica *e-metropolis*

Vinculada à rede interinstitucional do Observatório das Metrópoles (UFRJ), a revista eletrônica de estudos urbanos e regionais *e-metropolis* é editada por uma equipe de professores e pesquisadores e tem por objetivo principal suscitar o debate e incentivar a divulgação de trabalhos filiados ao planejamento urbano e regional e áreas afins. A *e-metropolis* busca, portanto, se constituir como um meio ágil de acesso democrático ao conhecimento, que parte do ambiente acadêmico e almeja ir além deste, dirigindo-se a todas as pessoas que se interessam pela dinâmica da vida urbana contemporânea em seu caráter multidisciplinar.

Publicadas trimestralmente, as edições da *e-metropolis* mantêm, em geral, uma estrutura que se compõe em duas partes. Na primeira parte da revista encontram-se os artigos estrito senso, que iniciam com um artigo de capa, no qual um especialista convidado aborda um tema relativo ao planejamento urbano e regional e suas interfaces, seguido dos artigos submetidos ao corpo editorial da revista e aprovados por pareceristas, conforme o formato *blind-review*. A segunda parte é composta por uma entrevista, por resenhas de obras recém-lançadas (livros e filmes), pela seção especial - que traz a ideia de um texto mais livre e ensaístico sobre temas que tangenciem as questões urbanas - e, finalmente, pelo ensaio fotográfico, que faz pensar sobre as questões do presente da cidade por meio de imagens fotográficas.

Para submissão de trabalhos, o corpo editorial recebe artigos, ensaios fotográficos, resenhas e textos para a seção especial em fluxo contínuo, assim como sugestões e críticas. Para mais informações, sugerimos consultar o site da revista: www.emetropolis.net.

Observatório das Metrópoles
Prédio da Reitoria, sala 522
Cidade Universitária - Ilha do Fundão
21941-590 Rio de Janeiro RJ

Tel: (21) 2598-1932
Fax: (21) 2598-1950

E-mail:
emetropolis@observatoriodasmetropoles.net

Website:
www.emetropolis.net

editor-chefe

Prof^o Dr. Luiz Cesar de Queiroz Ribeiro

coordenadores editoriais

Fernando Pinho

Juciano Martins Rodrigues

editores

Fernanda Pernasetti

Luísa Sobral

Patrícia Ramos Novaes

Pedro Paulo Machado Bastos

Priscilla Rodrigues Fonseca

Renata Brauner Ferreira

Renata Cristina Antão

Samuel Thomas Jaenisch

Tarcyla Fidalgo Ribeiro

Thaís Velasco

apoio técnico editorial

Diene Ghizzo

suporte administrativo

Karoline de Souza

Massami Saito

conselho editorial

Prof^a Dr^a. Ana Lúcia Rodrigues (DCS/UEM)

Prof Dr. Aristides Moysés (MDPT/PUC-Goiás)

Prof Dr. Carlos de Mattos (IEU/PUC-Chile)

Prof Dr. Carlos Vainer (IPPUR/UFRJ)

Prof^a Dr^a. Claudia Ribeiro Pfeiffer (IPPUR/UFRJ)

Prof Dr. Emilio Pradilla Cobos (UAM do México)

Prof^a Dr^a. Fania Fridman (IPPUR/UFRJ)

Prof Dr. Frederico Araujo (IPPUR/UFRJ)

Prof^a Dr^a. Héléne Rivière d'Arc (IHEAL)

Prof Dr. Henri Acserald (IPPUR/UFRJ)

Prof Dr. Hermes MagalhãesTavares (IPPUR/UFRJ)

Prof^a Dr^a. Inaiá Maria Moreira Carvalho (UFB)

Prof Dr. João Seixas (ICS)

Prof Dr. Jorge Natal (IPPUR/UFRJ)

Prof Dr. Jose Luis Coraggio (UNGS/Argentina)

Prof^a Dr^a. Lúcia Maria Machado Bógus (FAU/USP)

Prof^a Dr^a. Luciana Corrêa do Lago (IPPUR/UFRJ)

Prof^a Dr^a. Luciana Teixeira Andrade (PUC-Minas)

Prof Dr. Luciano Fedozzi (IFCH/UFRGS)

Prof Dr. Luiz Antonio Machado (IUPERJ)

Prof Dr. Manuel Villaverde Cabral (ICS)

Prof Dr. Marcelo Baumann Burgos (PUC-Rio/CEDES)

Prof^a Dr^a. Márcia Leite (PPCIS/UERJ)

Prof^a Dr^a. Maria Julieta Nunes (IPPUR/UFRJ)

Prof^a Dr^a. Maria Lígia de Oliveira Barbosa (IFCS/UFRJ)

Prof Dr. Mauro Kleiman (IPPUR/UFRJ)

Prof Dr. Robert Pechman (IPPUR/UFRJ)

Prof Dr. Robert H. Wilson (University of Texas)

Prof^a Dr^a. Rosa Moura (IPARDES)

Ms. Rosetta Mammarella (NERU/FEE)

Prof Dr. Sergio de Azevedo (LESCE/UENF)

Prof^a Dr^a. Simaia do Socorro Sales das Mercês (NAEA/UFPA)

Prof^a Dr^a Sol Garson (PPED/IE/UFRJ)

Prof^a Dr^a. Suzana Pasternak (FAU/USP)

Editorial

nº 40 ▪ ano 11 | março de 2020

Motivados pelo objetivo de democratizar o acesso e a divulgação do conhecimento científico no âmbito do Planejamento Urbano e Regional e suas áreas correlatas, o primeiro número da *e-metropolis* foi publicado em maio de 2010. Completamos agora, portanto, 10 anos de existência. Cumprimos muitas das metas estabelecidas no momento de sua concepção e, diríamos, extrapolamos muitas delas a partir do instante em que nos aproximamos de outras áreas do conhecimento, como as artes, a história, e, sobretudo, a arquitetura e o urbanismo. Foi justamente o diálogo com essas áreas do conhecimento que nos permitiu implementar uma forma inovadora de comunicação e divulgação da produção científica sobre o urbano e o regional no Brasil, na América Latina e no Mundo, o que está materializado em centenas de artigos, entrevistas, nas resenhas e nos textos livres que publicamos ao longo desse tempo.

A edição que ora disponibilizamos sintetiza, em muito, nossa política editorial construída ao longo desses 10 anos, baseada não só na diversidade temática, mas também nos diferentes olhares sobre os quais as cidades e o mundo que as envolve podem ser observadas.

Abrimos o número 40, portanto, com o artigo intitulado “Da Refavela ao Koyaanisqatsi, duas músicas para o pó, a lama e o ‘CAUS’”, que constitui uma crônica sobre a atuação do Coletivo CAUS na região metropolitana do Recife, capital de Pernambuco. Junto à equipe do CAUS, o autor Caio Santo Amore, professor da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAU/USP), relatou sua visita a dois assentamentos populares sob ameaça de remoção localizados naquela metrópole, em setembro de 2019. Mostrada em primeira pessoa, Santo Amore reflete sobre o sentido da palavra “favela” a partir de Paulo Freire e correlaciona essa experiência com o caso de Pruitt-Igoe, projeto habitacional implementado entre 1954 e 1955, na cidade de St. Louis, no Missouri, Estados Unidos.

No artigo seguinte contamos com a valiosa contribuição de Wrana Panizzi, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Nesse artigo, Panizzi aborda o exercício do poder nas cidades, especialmente as brasileiras, a partir da ação do mercado, dos proprietários de terras e das grandes empresas construtoras. Para isso, analisa a história do planejamento urbano no Brasil, bem como seus períodos e fases, especialmente a atual de reinstitucionalização e flexibilização do planejamento visando o favorecimento dos negócios imobiliários, a valorização e a captura das rendas urbanas pelos grandes grupos econômicos.

No artigo “Favela olímpica e pós-olímpica: um olhar atualizado sobre as dinâmicas comerciais e turísticas no Vidigal no período 2012-2018” a pesquisadora Nayana Bonamichi lança mão dos conceitos de turistificação e gentrificação turística para analisar os impactos socioeconômicos e espaciais em uma favela localizada na cidade do Rio de Janeiro. De acordo com a autora, a implementação das Unidades de Polícia Pacificadora, o aumento do poder de compra da classe popular, bem como os megaeventos esportivos, contribuíram para mudanças nas dinâmicas comerciais e turísticas desse território, cujos impactos podem ser sentidos até a atualidade.

Já o artigo “Produção do espaço urbano, financeirização e gestão urbana nas metrópoles e cidades na atualidade”, escrito por Paulo Roberto Soares, aborda o tema da produção das cidades e metrópoles brasileiras na atualidade, apontando sua dependência aos processos de globalização e financeirização. Partindo de uma análise sobre os impactos das forças econômicas, políticas e sociais mundializadas no processo de mercantilização e privatização dos espaços urbanos, o autor busca compreender as consequências desse processo na gestão urbana, bem como nas variadas formas de organização e mobilização da sociedade civil na produção de cidades espacial e socialmente justas.

Nossa seção de artigos termina com “As transformações recentes das periferias do vetor sul de Belo Horizonte: quais impactos sobre acessibilidade aos equipamentos urbanos?”. O trabalho tem como contexto o processo de intensificação do espraiamento urbano do vetor sul da capital mineira nos últimos anos. Com o apoio da plataforma *Google Places of Interest*, Eugênia Cerqueira buscou avaliar a acessibilidade da população aos equipamentos urbanos que vêm sendo instalados no bojo desse processo de expansão. A hipótese levantada pela autora pressupõe que as dinâmicas pós-suburbanas de expansão periférica poderiam impactar as condições de acessibilidade aos equipamentos.

Na entrevista deste número, Fernanda Petrus e Thaís Velasco conversaram com Luiz Carlos Toledo, arquiteto e urbanista atuante na área da habitação de interesse social e testemunha viva de etapas importantes do planejamento urbano no Brasil. Toledo acumula em seu currículo diversos projetos de significativo impacto social, o que inclui sua atuação na Favela da Rocinha. Nesta entrevista, ele fala sobre esses projetos enquanto reflexo de sua produção técnica e acadêmica, além de resgatar sua trajetória, desde a influência do pai, também arquiteto, até a última de suas aventuras, a criação da Casa de Estudos Urbanos, no Rio de Janeiro.

No texto livre da Seção Especial, o professor Robert Pechman e o fotógrafo Walter Firmo nos fazem passear em “Nas frestas da cidade”. Em uma composição entre imagens do cotidiano urbano e palavras que tematizam liricamente essas imagens, nessa conjugação verbo-visual, podemos encontrar fragmentos de um olhar atento à banalidade, àquilo que é ordinário, àquilo que faz oposição contínua à espetacularização, e que, por isso mesmo, em seus flagrantes, confere uma poética do dia-a-dia e dos (des)encontros na cidade.

O ensaio fotográfico [P]roduzido no Brasil busca, através de registros fotográficos, refletir sobre a desigualdade socioambiental e espacial a partir dos olhares de Igor Chaves e Gabriel Araújo sobre a comunidade Vila Nova Esperança, localizada em São Paulo.

Queremos encerrar a apresentação desta edição especial agradecendo às profissionais cuja colaboração foi fundamental ao longo dos 10 anos de existência da *e-metropolis*: Ana Carolina Christóvão, Carolina Zuccarelli, Eliana Kuster, Heitor Vianna Moura e Mariana Olinger. É, inclusive, com uma mensagem de Eliana Kuster que apresentamos este número comemorativo. É uma mensagem de alento e de esperança em meio às batalhas que nos esperam. Como escreveu Eliana: **Vida longa à e-metropolis!** ■

Resistir, resistir e... resistir!



No Brasil, produzir e divulgar conhecimento, cultura e arte sempre demandou um considerável empenho de todos os envolvidos nessas atividades. Em um país com tantas e tão urgentes necessidades, é fácil deixar que os esforços do cotidiano se concentrem nelas e tudo o mais, visto como supérfluo, seja deixado para quando o básico estiver resolvido. Nesse sentido, nós, responsáveis pela disseminação do conhecimento acadêmico, somos, em alguns momentos, olhados com uma certa desconfiança, como se os nossos temas de pesquisa tivessem pouco a ver com boa parte dessas urgências econômicas, políticas e sociais com as quais todos lidam diariamente. Natural, portanto, que o desempenho das nossas atividades nos demande um ânimo adicional e sejamos os primeiros a sofrer ataques quando o rumo do país é assumido por pessoas que desejam enxergar o mundo em preto e branco, sem as nuances e diversidades que o embelezam e enriquecem. Assim, em alguns períodos, temos que mobilizar todo o nosso comprometimento para resistir e continuar a desempenhar as nossas funções.

É por isso que me vejo, hoje, emocionada, escrevendo este texto para parabenizar a revista *e-metropolis* que vem resistindo lindamente há dez anos. Resistimos à falta de verbas, de tempo e ao acúmulo de atividades nas quais se envolvem todos os editores. Resistimos às dificuldades da logística nas reuniões de pauta que incorporam pessoas de todos os cantos do país. Resistimos ao senso comum, quando abraçamos e demos visibilidade a temas que não são os mais tradicionais da produção acadêmica sobre o urbano: reunimos arte, fotografia, cinema e várias outras manifestações da cultura que dialogam com o espaço das cidades e a subjetividade da sociedade. Resistimos ao desligamento de editores que foram, em momentos diversos, cruciais para o desenvolvimento da publicação. Mas a revista continua sendo resistência. Agora, resistência aos tempos obscuros que tomaram conta do país e atingem diretamente às instituições de ensino e pesquisa. Seja por meio de cortes de verbas,

seja simplesmente pelo desprezo com o qual a ciência tem sido tratada em nosso país, mais do que nunca, a produção acadêmica necessita de um esforço adicional para persistir. E continuar resistindo, até que cheguem tempos mais amenos.

No grupo de doutorandos que, há dez anos, resolveu se reunir e dar início ao projeto da *e-metropolis*, muito se modificou. Todos já se tornaram doutores e pós-doutores. Vários assumiram cargos em instituições diversas de ensino pelo país, alguns – como eu – deixaram a revista e deram início a outros projetos acadêmicos. A vida, com suas marés imprevisíveis, nos levou por outros mares, cada um com suas tempestades e calmarias. Apenas uma coisa permanece a mesma: a dedicação, o empenho e as horas dispendidas para entregar, a cada três meses, uma nova edição, pensada nos mínimos detalhes, com artigos avaliados criteriosamente, resenhas e ensaios escolhidos dentre temas que prezam pela abrangência com que olham para o urbano, entrevistas com profissionais de diversos campos do conhecimentos e capas criadas por artistas que, a cada número, se superam na criatividade com que interpretam os temas daquela edição em suas produções gráficas. Que venham outros dez anos, e muitos mais, com a mesma garra e o mesmo cuidado com que a revista tem sido conduzida até hoje. Parabéns, *e-metropolis*! Vida longa!

Eliana Kuster

é arquiteta e urbanista, professora titular do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo. Tem mestrado em Estruturas Ambientais Urbanas pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAU/USP, 2001) e doutorado em Planejamento Urbano no Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IPPUR/UFRJ). Eliana fez parte do comitê editorial da e-metropolis desde a sua criação, em 2010.

elianakuster@gmail.com

Índice

nº 40 ▪ ano 11 | março de 2020

Capa

- 08** Da Refavela ao Koyaanisqatsi, duas músicas para o pó, a lama e o “CAUS”
From Refavela to Koyaanisqatsi, two songs for the dust, the mud and the CAOS [“CAUS”]
Por Caio Santo Amore

Artigos

- 18** Rent-seeking urbano, planejamento urbano e valor imobiliário: quem manda e desmanda na cidade?
Urban rent-seeking, planning, and real estate value: who is the boss in the city?
Por Wrana Panizzi
- 25** Favela olímpica e pós-olímpica: um olhar atualizado sobre as dinâmicas comerciais e turísticas no Vidigal no período 2012-2018
Olympic and post-Olympic slum: an up-to-date perspective on the Vidigal's commercial and tourist dynamics in the period 2012-2018
Por Nayana Corrêa Bonamichi

- 34** Produção do espaço urbano, financeirização e gestão urbana nas metrópoles e cidades na atualidade
Production of the urban space, financialization and urban management in the metropolises and cities today
Por Paulo Roberto Rodrigues Soares

- 43** As transformações recentes das periferias do vetor sul de Belo Horizonte: quais impactos sobre acessibilidade aos equipamentos urbanos?
Recent transformations in the suburban areas of Belo Horizonte: impacts on accessibility to urban amenities
Por Eugênia Viana Cerqueira

Entrevista

- 53** Trajetória e acaso: o arquiteto que subiu a Rocinha
Trajectory and fortuity: the architect who went up Rocinha's hill
Com Luiz Carlos Toledo
Por Fernanda Petrus e Thais Velasco

Especial

- 61** Nas frestas da cidade
In the cracks of city
Por Robert Pechman e Walter Firmo

Ensaio

- 67** [P]roduzido no Brasil
[M]ade in Brazil
Por Igor Matheus Santana Chaves e Gabriel Machado Araujo

ficha técnica

Projeto gráfico e diagramação
Paula Sobrino
paulasobrino@gmail.com

Revisão
Aline Castilho
alynecastilho1@hotmail.com

A ilustração de capa é de **Sergi Arbusà**, nascido em Barcelona, formado em artes na Escola Massana e bacharelado em Belas Artes pela Universitat de Barcelona e na Nottingham Trent University. Já no Brasil, mestrado em Processos Artísticos Contemporâneos na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e especialização na Escola de Artes Visuais Parque Lage. Artista multidisciplinar fundador e criativo do coletivo artístico Penique productions desde 2007. Atualmente é professor no IED Rio, professor do Curso de Artes Visuais na Universidade Univeritas e doutorando no programa Prourb da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). sergiarbusa@gmail.com

capa

Caio Santo Amore

Da Refavela ao Koyaanisqatsi

duas músicas para o pó, a lama e o “CAUS”

RESUMO

Trata-se de uma crônica-homenagem a um grupo de jovens assessores e assessoras técnicas populares que vem atuando na região metropolitana do Recife, Pernambuco, a partir da experiência de uma breve visita a dois assentamentos populares sujeitos a violências sutis, a ameaças de remoção e a extinções físicas levadas a cabo: a ZEIS Caranguejo Tabaiães e o Conjunto Muribeca, em Recife e em Jaboatão dos Guararapes. O relato traz à tona o sentido da palavra favela como tema gerador da pedagogia freireana e procura estabelecer uma relação entre a demolição de um conjunto habitacional de mais de duas mil unidades numa metrópole do nordeste brasileiro e o famoso caso estadunidense do Pruitt-Igoe, em St. Louis. Assim, aponta para algumas das contradições das políticas habitacionais recentes no Brasil e para as lacunas de formação para lidar com as dimensões pouco tangíveis das necessidades habitacionais nesse país continental.

Palavras-chave: *Favela; Habitação; Assessoria Técnica; Caranguejo-Tabaiães; Muribeca.*

ABSTRACT

It is a chronicle-tribute to a group of young technical assistant who has been working in the metropolitan region of Recife, Pernambuco, since the experience of a brief visit to two popular settlements subjected to subtle violence, threats of evictions and physical extinctions carried out: the ZEIS of Caranguejo Tabaiães and the Muribeca Housing Project, in the cities of Recife and Jaboatão dos Guararapes. The critical report brings to light the meaning of the word favela as a generator theme of Paulo Freire's pedagogy and try to establish a relationship between the demolition of a housing project with more than two thousand units in a metropolis in Brazilian northeastern and the famous United-State's case of Pruitt-Igoe, in St. Louis. Thus, it points to some of the contradictions of recent housing policies in Brazil and to the professional qualification gaps in dealing with the slightly tangible dimensions of housing needs in this continental country.

Keywords: *Favela, Housing, Technical Assistance, Caranguejo-Tabaiães, Muribeca.*

Caio Santo Amore

é professor da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo.

caiosantoamore@gmail.com

PARA COMEÇAR O PAGODE

CAUS é o coletivo e a cooperativa, masculino e feminino, sigla e substantivo, nome e palavra das possibilidades e impossibilidades de se exercer a Arquitetura e o Urbanismo social numa metrópole do nordeste brasileiro. CAUS é Arquitetura, Urbanismo e sociedade. É o grupo de pessoas arquitetas e urbanistas, formadas e em formação, como todos os bons arquitetos, assessores técnicos populares com atuação recente na cidade do Recife, Pernambuco, Brasil.

Estive em Recife no fim de setembro de 2019 para participar de um evento acadêmico¹ e fui guiado por esses jovens a conhecer dois assentamentos populares que vêm sofrendo, de diferentes modos, impactos de remoções que ocorrem de modo violento. Voltei a Recife no mês de fevereiro de 2020 e durante alguns dias mantive novos diálogos com esses jovens; visitei novamente um desses assentamentos, além de conversar longamente com alguns moradores do outro, que tinha conhecido na visita do ano anterior.

O que acontece em Recife atualmente não são “remoções forçadas”, como se classificam internacionalmente certas ações. Como procuro mostrar aqui, a justa agenda internacional de defesa de direitos não dá conta de uma tecnologia brasileira de violências sutis. Foram duas visitas breves, mas que me tocaram profundamente. Também tocaram a minha amiga-irmã na missão de docência-pesquisa-extensão na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, a professora Karina Leitão, com quem troquei todas as impressões e reflexões que me ajudaram a construir essa espécie de “crônica-homenagem”, especificamente voltada a esse grupo pernambucano, mas extensiva a outros três grupos do Nordeste que vêm se aventurando na assessoria técnica popular.

CAUS, no Recife, Taramela, em Fortaleza, Escalar, em Salvador e LabRua, em João Pessoa, são uma novidade no campo da assessoria técnica, da luta pela popularização do trabalho de Arquitetura e Urbanismo. É assessoria técnica, política, popular. Fogem da sigla ATHIS, que inventamos na Peabiru² por ocasião das oficinas que foram realizadas no estado de

São Paulo entre 2015 e 2016 e que se espalhou pelas ações do CAU (Conselho de Arquitetura e Urbanismo) em vários estados, com algumas apropriações bem distintas. Aquela sigla, de algum modo, se associava tardiamente a um conjunto de outras siglas que organizavam uma expectativa-esperança de política pública de habitação abrangente e capaz de transitar pelos diversos níveis federativos: do Sistema Nacional (SNHIS), com seu Fundo (FNHIS), que poderia ser mobilizado a partir de leituras das realidades e proposições de soluções nos Planos (PLHIS), também com seus fundos e conselhos locais. Provavelmente foi a sigla que já nasceu velha, diante do nosso contexto atual de desmonte.

A articulação desses quatro grupos já foi capaz de realizar o primeiro Fórum de Assessorias Técnicas Populares do Nordeste, entre 6 e 9 de fevereiro de 2020. No evento, foram apresentadas e debatidas experiências de todos os lados, mas com o reconhecimento de uma centralidade regional. O que ocorreu nesses dias em Recife é algo muito importante, que ainda deverá ser absorvido, refletido, sistematizado. Por enquanto, restrinjo-me a admirar todos esses jovens e a ver nessa iniciativa a esperança freireana, do verbo esperarçar.

REFAVELA/DESFAVELA

Entro no carro e me acomodo no banco de trás. Na frente, Manoela (que reclama de ser a única motorista) e Vitor (que conheci mais jovem, sem o bigode que se esforça em lhe dar uma aparência de rapaz mais velho, como se a juventude lhe diminuísse a autoridade). Manoela liga o rádio e, numa estação aleatória, o baiano Gil canta “Refavela” na versão original. Invoca as deusas negras naquele vocalize, onomatopeia cheia de significados: *Iaiá kiriê, kiriê iaiá*. A canção, como se sabe, integra o álbum homônimo, lançado em 1977. Minutos antes, Luan lembrava de uma fala de Nego Bispo, me apresentava a esse piauiense tradutor do pensamento quilombolista, para dizer que a ideia de “coincidência”, da crença no acaso, é estratégia do colonizador para diminuir o poder das “confluências” e “transfluências”, dos rios e dos fluxos que se encontram na terra ou no movimento das águas pelo céu.³ Manoela, Vitor e Luan integram a equipe da CAUS⁴ e me guiavam para co-

1 XXV Encontro da Rede ULACAV (Rede Universitária Latino-americana de Cátedras de Vivienda), realizado em Recife-PE entre os dias 25 e 28 de setembro de 2019.

2 Peabiru – trabalhos comunitários e ambientais é uma ONG de assessoria técnica com atuação na região metropolitana de São Paulo em que atuo como arquiteto e urbanista há mais de vinte anos. As Oficinas ATHIS foram realizadas entre dezembro de 2015 e maio de 2016 com o objetivo de mobilizar saberes e sensibilizar poderes públicos e entidades participantes nas seis cidades (Ribeirão Preto, Santos, São José dos Campos, Bauru, Campinas e São Paulo).

3 Ver Antonio Bispo dos Santos. “Somos da terra”. *Piseagrama*. Belo Horizonte, n. 12, p. 44-51, 2018. Disponível em: <https://piseagrama.org/somos-da-terra/>, acesso em outubro de 2019.

4 A CAUS (Cooperativa Arquitetura Urbanismo & Sociedade) é formada por nove arquitetas e arquitetos urbanistas ou estudantes de Arquitetura e Urbanismo já em fase de conclu-

nhecer o Recife. Eu sentia ali, naquela canção que tocava, naquele momento, naquela estação aleatória, o poder da sintonia, como se fosse uma transfluência que não se faz com matéria fluida, mas com as ondas eletromagnéticas que reproduziam os versos que transcrevo aqui em prosa acadêmica

“A refavela revela o salto que o preto pobre tenta dar quando se arranca do seu barraco para um bloco do BNH.”

Nós, matéria, 70% água, confluíamos. Saíamos de Caranguejo Tabaiães, uma favela, barracos construídos no bairro da Ilha do Retiro, área central do Recife, para a Muribeca, um conjunto de “blocos do BNH” (Banco Nacional de Habitação), localizado em Jaboatão dos Guararapes, a dezoito quilômetros ao sul.

Depois de ter andado durante algumas horas pelas vielas de Caranguejo, depois conhecer um par de casas, depois de comer a feijoada na calçada “beira canal”, depois de ter encontrado com Sarah, Dani,

Sócrates, Reginaldo, outras lideranças e moradores daquele lugar, depois de escutá-las em intervenções feitas naquele evento acadêmico que me trouxera a Recife, eu enunciava a palavra “favela” com todos os seus fonemas, com a licença e a deferência que nos cobrava Sarah, dirigindo-se, com seu corpo negro e sua voz potente, às autoridades públicas, aos pesquisadores e professores: “eu posso chamar aquele lugar de ‘favela’, vocês não! Respeitem a favela!”. Dani, sua vizinha-irmã, mostrando a sua casa em obras, duas lajes sobre a casa da mãe, também dizia, com sua voz mansa: “eu amo a minha favela, não quero sair daqui”.

Favela era, para mim, visitante eventual, privilegiado por aquelas companhias, palavra geradora! Não por acaso a primeira entre as dezessete que o pernambucano Paulo Freire relacionou no programa de alfabetização para o estado do Rio de Janeiro, no Sudeste. Favela, para o patrono da educação brasileira, era a “situação problemática” e a sua nomeação, no Rio de Janeiro da primeira metade dos anos de 1960, era um meio para discutir sobre os “problemas da habitação, da alimentação, do vestuário, da saúde e educação”⁵. Certamente, aquela favela em que eu pisava naquele momento, com seus mais de cem anos de história não é a mesma da época em que Paulo Freire escrevera, no exílio (ou pisando em outras terras), aquele livro. Ele saberia que na favela contemporânea da sua terra natal também se lê “tijolo”, não por acaso outra primeira palavra geradora.⁶ Ele saberia discutir, a partir dessa palavra, porque o bloco cerâmico furado é chamado “baiano” no “Brasil do Sul”,⁷ levantaria questões sobre o preconceito regional e de classe que diminui o papel do trabalhador que construiu as cidades. E, sem muito esforço, dos fonemas ta-te-ti-to-tu + ja-je-ji-jo-ju + la-le-li-lo-lu se geraria “laje”, palavra e construção, para a situação-problema da verticalização e do adensamento das moradias que consolidaram esses assentamentos no país, que se urbanizou a taxas impressionantes entre os anos 1960 e 1980. Eu pensava favela, reaprendendo mais uma vez o seu significado pelas vozes de Sarah e Dani. Na cozinha recém-rebocada de Dani, eu a ouvi dizer que não tinha leitura. Percebia que “favela” e “tijolo” ainda são “situações-problema” capazes de organizar a educação popular de gerações de

Figuras 1:
Caranguejo
Tabaiães



Fonte: Marco Zero Conteúdo, fotos de Isabel Campelo, disponíveis em <https://marcozero.org/ameacada-e-esquecida-pela-prefeitura-caranguejo-tabaiães-resiste-ao-despejo-feito-as-presas/>, acesso em outubro de 2019.

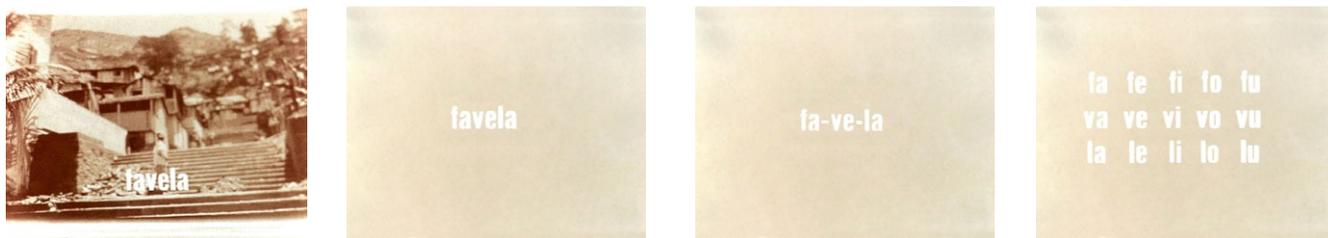
são do curso: Bruno Fonseca, Clara Melo, Luan Melo, Luana Alves, Manoela Jordão, Matheus Nascimento, Pauline Paixão, Vitor Araripe e Wallace Rodrigues.

5 Paulo Freire. **Educação como prática da liberdade**. 44ª ed. São Paulo/Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2018. Apêndice, p. 183.

6 “Figuremos a palavra ‘tijolo’ como a primeira palavra geradora, colocada numa situação de trabalho em construção”. *Idem*, Cap. 4, Educação e conscientização, p. 153.

7 Referência ao filme *Bacurau*, direção de Kleber Mendonça Filho e Juliano Dornelles (Bra, 2019).

Figuras 2: Diafilme da palavra geradora “favela” no Programa de Alfabetização para o Estado do Rio de Janeiro



Fonte: Centro de Referência Paulo Freire, disponível em <http://acervo.paulofreire.org:8080/xmlui/handle/7891/656>, acesso em outubro de 2019.

brasileiros que não têm leitura: ler o mundo e ler a palavra, palavramundo.⁸

Um decreto de utilidade pública que a prefeitura havia sancionado recentemente aumentava a insegurança entre as famílias moradoras de Caranguejo Tabaiães⁹. O projeto de uma via beirando o canal e os prédios novos do bairro parecem ameaçar a favela, querem fazê-la sumir do mapa, justamente na cidade que pela primeira vez reconheceu esses lugares como parte da cidade oficial. As ZEIS (Zonas Especiais de Interesse Social) foram expressão das lutas nos bairros, da organização de base e, desde os anos de 1980, ficaram marcadas nos mapas, na reivindicação e no autorreconhecimento dos moradores de “áreas ZEIS” como portadores de direitos urbanos.

Mas não há tempo que não seja de luta em *Bacurau*¹⁰. No filme, o velho professor fica surpreso diante de seus pequenos estudantes quando não encontra a cidade no mapa, visualizada no seu *tablet* ou na grande TV de tela plana que está na sala de aula da escolinha daquela pequena cidade, que está repleta de *gadgets* e eletrônicos, mas sofre com a falta de água. A cidade de Bacurau tinha estado lá, mas sumiu de repente, em nome dos interesses de novos colonizadores. São opressores locais, nacionais e estrangeiros.

Em Caranguejo, a extinção que assombra não é a dos aplicativos de georreferenciamento. Os estrangeiros locais, moradores do Recife, também podem passar pelas ruas do bairro da Ilha do Retiro e não ver que “atrás do Sebrae” ou da Escola municipal, “no fundo do terreno dos médicos”, há centenas de casas e pessoas. Sumir do mapa não é apenas sumir da vista, mas, de fato, desaparecer. É extinção física! No

perímetro do decreto, há casas completamente demolidas, outras sem cobertura e sem janelas; algumas ruínas são reocupadas, enquanto o entulho – que é chamado “metralha” naquelas terras, numa impressionante crueldade semântica regional – permanece.

Convencimento dos moradores de que sair é a melhor solução, demolição das casas vazias, preferencialmente intercaladas entre aquelas que procu-



Fonte: <http://www.revistarevestres.com.br/blog/luanasena/nao-perde-por-esperar/>, acesso em outubro de 2019

Figura 3: Na cena de Bacurau, professor procura a cidade no mapa com seus estudantes.

ram resistir ou negociar as condições para remoção, paredes internas expostas, como feridas, montes de entulho deixados propositalmente, meio propício para a proliferação de animais. As práticas se repetem em diferentes lugares do país.¹¹ Paredes no chão, outras em pé, ainda revelam azulejos do que foi um banheiro ou uma cozinha; quadrinhos e inscrições; um chinelo e objetos pessoais lembram que aquele

8 Paulo Freire. *A importância do ato de ler*. São Paulo: Cortez, 1981.

9 Informação das moradoras e da equipe da CAUS, complementada pela reportagem de Raíssa Ebrahim no portal Marco Zero Conteúdo, disponível em <https://marcozero.org/amecada-e-esquecida-pela-prefeitura-caranguejo-tabaiães-resiste-ao-despejo-feito-as-pressas/>, acesso em outubro de 2019.

10 *Idem*. Nota de rodapé 7.

11 No documentário “É o que eu penso e é o que eu vejo”, realizado pela assessoria técnica Peabiru, o depoimento do defensor público Jairo Salvador sobre o caso do Banhado, em São José dos Campos, parece organizar essa espécie de manual da remoção e extinção física de territórios populares, tacitamente seguido pelos órgãos públicos. Disponível em <https://vimeo.com/227310814>, acesso em outubro de 2019.

“resíduo inerte” era a casa de pessoas. A metralha não é só o resto, é arma e parte de uma tática, de uma tecnologia, procedimento de guerra contra os territórios populares para tentar evitar a reocupação e, ao mesmo tempo, manter o clima de terror.

Por isso Dani, naquela cozinha ainda em construção, dizia amar a sua favela e se recusava a sair de lá ou ver aquela área sumir também do mapa. Ela mantém firme a esperança de que vai fazer, na segunda laje, no terceiro pavimento, o dormitório para os quatro filhos. Dormitório que ela nunca teve nos seus 33 anos de vida, exceto quando trabalhou como “babá que dorme” e se obrigou a deixar de cuidar de seus próprios filhos para cuidar de filhos da elite pernambucana.

Sarah já previa que a casa de D. Teresinha, sua vizinha, sumiria do mapa. Se a casa ainda não tinha sido completamente demolida, era a presença de D. Teresinha que ia sendo apagada, com a transferência dela e da família para um apartamento no Conjunto Habitacional Casarão do Barbalho, onde estão sendo produzidas quase quatrocentas unidades habitacionais, no bairro de Iputinga, praticamente à beira do Rio Capibaribe, distante sete quilômetros de Tabaiars. Sarah recorre à sua própria memória sobre como aquela vizinha cuidava dos seus horários de saída e chegada em casa. Mantém D. Teresinha presente, lembrando de como ela, antes de se mudar, se desculpou (e, portanto, se culpou) por não ter resistido à oferta e às investidas da prefeitura.

O decreto foi revogado antes do fim de 2019, depois de uma importante articulação dos moradores, com incidência em cada espaço público de debate no Recife, com apoios diversos nas redes sociais. Interromper o ciclo de demolições foi como uma trégua, um respiro. Mas a expectativa de uma intervenção completa, com urbanização, saneamento do canal que recebe os dejetos de toda a cidade, com solução para as moradias mais precárias, provisão habitacional nos vazios inseridos naquela ZEIS... tudo isso ainda está distante de se concretizar. Não há tempo que não seja de luta em Bacurau.

Os vazios vão sendo paulatinamente reocupados e Flora, outra moradora de Caranguejo, sabia disso antes mesmo da revogação. Enquanto ela tentava fechar com uma telha “brasilit” usada o vão que fora de uma porta em uma casa semidmolida, contava que o conjunto para onde as famílias estavam indo era muito violento, que “mataram um rapaz esses dias”. Não poderia ser muito diferente: o habitacional recebia famílias que vinham de diversas áreas de remoção da cidade. E famílias desterradas levam décadas para consolidar suas vidas nesses assentamentos inventados pela ação do Estado.

KOYAANISQATSI

Sombras passam rapidamente por fachadas dos altos edifícios, depois pelos edifícios vistos do alto. São sombras de nuvens, e o som do vento inaugura a música. Cidade moderna iluminada pelo sol, fachadas vistas de longe, desde o mar; depois em detalhe, com a câmera que passeia por entre os prédios sem horizonte. A música é delicada, em baixo volume, mas tensa. Imagens de edifícios em ruínas começam a surgir e a música sobe. São edifícios construídos em tijolos, três ou quatro pavimentos. Há escombros pelo chão, mas a câmera se movimenta e mostra que há pessoas ali: três senhores negros estão sentados no que resta dos degraus de acesso ao edifício parcialmente demolido, crianças se divertem em uma poça d’água e alguns homens se aproveitam da água jorrada de um hidrante para lavar umas roupas e um automóvel. Em outra cena, uma mulher come algo, debruçada na janela com os prédios em ruínas ao fundo. A câmera, então, nos leva para dentro de um apartamento. Está vazio. É nitidamente um outro lugar, outra arquitetura, com janelas do chão ao teto, onde não se debruça e onde um trapo de cortina balança. Vamos sendo apresentados àquele ambiente: dois escorregadores de um parquinho abandonado, janelas quebradas. O andamento da música muda, o ritmo aumenta com a revoada de alguns pássaros ao longe, alçando-se ao céu pelos espaços não construídos entre os edifícios. Do alto, justamente da perspectiva *eye-bird*, percebe-se que se trata de um grande conjunto habitacional com prédios alongados de uns dez pavimentos. Está tudo vazio. Janelas quebradas, muitas, mostradas de longe e de perto. O coral entra na música, como se nos trouxesse a humanidade que falta às imagens. As vozes cantam em desespero. Começam as implosões. Aqueles prédios ruem e somem em nuvens de pó. Muitas outras construções implodidas: guindastes portuários, ponte, prédios, vários prédios... tudo some em nuvens de pó. A tensão da música aumenta acompanhando as implosões. A câmera nos leva para dentro da nuvem de pó. Voam cacos de objetos que já não se identificam: cacos e pó. A música estanca. É como se o desespero tivesse passado, como se houvesse resignação. A música volta lenta, calma, para apresentar outras nuvens. Como no início da cena, elas se movimentam rapidamente e deixam entrever a silhueta de uma cidade ao longe. Prédios novos, fachadas espelhadas, refletem as nuvens e encerram o movimento.¹²

12 Descrição própria de trecho e faixa “Pruitt-Igoe”, do filme e da peça musical *Koyaanisqatsi*, direção de Godfrey Reggio, cinematografia de Ron Fricke e música de Philip Glass (EUA,



Figuras 4:
Pruitt-Igoe,
vista aérea
e demolição

Fonte: Archdaily, disponível em <https://www.archdaily.com.br/br/01-21785/cinema-e-arquitetura-filme-the-pruitt-igoe-myth-an-urban-history>, acesso em outubro de 2019.

As linhas acima descrevem um trecho do filme e da peça musical *Koyaanisqatsi*, de autoria dos artistas estadunidenses Godfrey Reggio e Philip Glass, diretor e compositor da obra. O filme é de 1982 e boa parte dessa cena é dedicada à implosão do conjunto habitacional Pruitt-Igoe, que ocorrera em 1972 em St. Louis, estado do Missouri, Estados Unidos. “Infame” é o adjetivo que mais se encontra na literatura arquitetônica para caracterizar o conjunto projetado por Minoru Yamasaki para abrigar as famílias removidas das “slums” (que não se pode traduzir simplesmente como favelas), dos edifícios encortiçados no centro da cidade pelo rápido crescimento populacional no início dos anos de 1950. Um crítico de arquitetura, o inglês Charles Jencks, chegou a considerar que a implosão e demolição desses trinta e três edifícios marcaram hora, dia, mês e ano do fim da arquitetura moderna;¹³ xeque-mate nos princípios da universalização e da padronização como forma de atendimento habitacional das populações mais pobres e, de algum modo, no próprio Estado de Bem-estar Social. Os argumentos para o desfazimento daquelas construções se baseavam nas altas taxas de criminalidade, na recorrente ausência de manutenção que criou as condições precárias e inabitabilidade do conjunto, menos de vinte anos após a sua inauguração. Como se apagar a existência do conjunto, transformá-lo em pó, pudesse esconder sob o tapete não apenas o completo abandono de populações pobres à própria sorte, mas a sua submissão a interesses

que mudam com a direção do vento.

Mas havia vidas naquela arquitetura. Um filme dirigido por Chad Freidrichs¹⁴ recupera o histórico da construção do conjunto no contexto da industrialização e crescimento demográfico de St. Louis, da decadência econômica, depressão demográfica e da segregação social-racial-territorial a que as pessoas que viviam lá foram submetidas. E se faz a pergunta: “o que deu errado?” O depoimento emocionado de Valerie Sills, uma ex-moradora, fecha o filme:

Eu vejo Pruitt-Igoe na minha mente. Tento não pensar nos tempos ruins. Gosto de pensar nos tempos bons. Eu posso vê-lo. É como quando você é uma criança e você se lembra do seu primeiro Natal. Você se lembra de cada coisa daquele Natal, se lembra de cada brinquedo que você ganhou. Eu me lembro de Pruitt-Igoe, eu me lembro das luzes de Natal, eu me lembro da neve, eu me lembro da chuva, eu me lembro das pessoas, eu me lembro das pessoas batucando, eu me lembro das festas, eu me lembro de dança na rua, eu me lembro de pedalar minha bicicleta, lembro de correr morro abaixo. Era a nossa casa!¹⁵

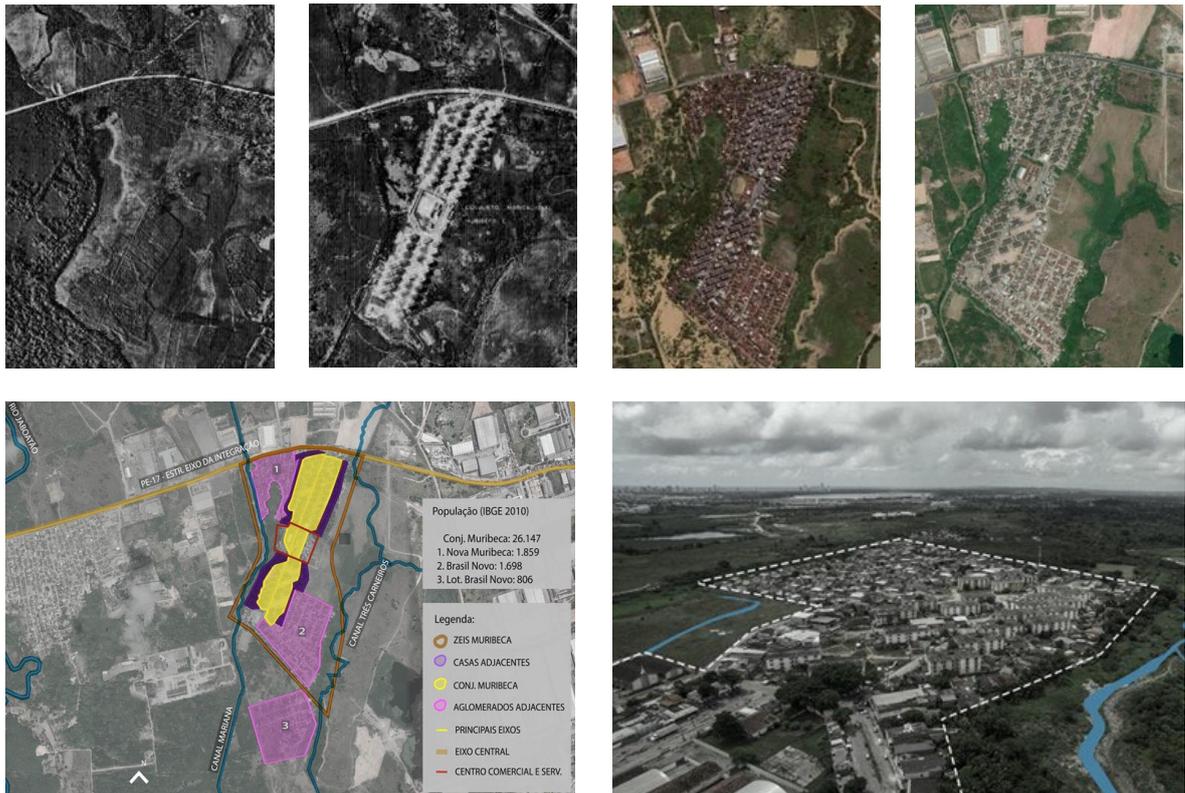
Quarenta anos depois, no hemisfério sul, de Missouri a Pernambuco, Muribeca é Pruitt-Igoe redivivo. Os blocos do BNH, que Gil anunciava na rádio aleatória no início do nosso percurso de um assentamento a outro como o “salto que o preto pobre tenta dar”, foram construídos e inaugurados no início dos 1980. Seguiam a receita do desenvolvimentismo à

1982). Trecho descrito disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=t29fgA5M7VA>, acesso em outubro de 2019.

13 A frase de Jencks é: “A arquitetura moderna morreu em St. Louis, Missouri, em 15 de julho de 1972, às 15h32 (por aí), quando o infame plano de Pruitt-Igoe, ou melhor, vários de seus blocos de lajes receberam o golpe da graça final pela dinamite”.

14 The Pruitt-Igoe Mith, direção Chad Freidrichs (EUA, 2011)

15 Tradução própria a partir do áudio do filme mencionado.



Fonte: CAUS et. al. Plano de trabalho para Plano Urbanístico Comunitário.

brasileira: produção padronizada e em escala, em local ermo, distante de tudo, em cidade da periferia da metrópole pernambucana, para abrigar famílias que provinham de diferentes regiões e que apresentavam capacidade de endividamento. 2.208 apartamentos em setenta blocos com térreo mais três pavimentos, construídos em região que àquela altura não era dotada de infraestrutura e equipamentos públicos. O processo construtivo para a produção em escala industrial era a alvenaria estrutural, em Pernambuco batizada “prédio-caixão” pelo seu caráter monolítico. O sistema não foi convenientemente adaptado ao solo mole da região. Ainda nos anos de 1980, um blocos foi interdito e demolido.¹⁶

Paradoxalmente, o fracasso do Pruitt-Igoe foi o sucesso da Muribeca. Se o controle dos órgãos públicos sobre a vida das famílias de pretos pobres estadunidenses que moravam no empreendimento chegava ao ponto de fiscalizar se as cores brancas das paredes internas dos apartamentos eram modificadas ou de exigir que casais se separassem para evitar que homens ocupassem as novas unidades,¹⁷ no caso brasileiro, foi o descontrole que fez aquele assentamento inventado pelo Estado se transformar em cidade, bem ao estilo

da urbanização na periferia do capitalismo. Ao longo dos anos, as árvores cresceram, amizades e amores se fizeram e desfizeram, nos apartamentos, corredores, escadas e ruas do bairro. Puxadinhos e puxadões nasceram, lajes e paredes anexas aos prédios, casas que se implantaram por entre os edifícios, algumas com comércio e serviços que atendiam à demanda cotidiana das pessoas: cabeleireiro, oficina mecânica, mercadinhos, botecos, *lan-houses*. Os ônibus, que passavam a mais de dois quilômetros do conjunto na época da inauguração, começam a circular pelas ruas do conjunto e chegam a uma espécie de terminal, onde estão os comércios de maior porte. Escolas e outros equipamentos públicos são construídos e começam a funcionar. Três assentamentos populares surgem “espontaneamente” e configuram a Muribeca como um bairro mais complexo do que aquele que tinha nascido na prancheta do planejador: Loteamento Brasil Novo, Brasil Novo e Nova Muribeca se somam às habitações do conjunto.

A favelização salvava a Muribeca.¹⁸ Mais de três

16 CAUS; ESUDA; STM. **Plano de trabalho do Plano Urbanístico Comunitário**. Recife, maio, 2019

17 Conforme depoimentos constantes no filme *The Pruitt-Igoe Myth* (op. cit).

18 Numa crítica bastante pertinente à forma conjunto habitacional, André Carrasco organiza o discurso corrente que a tecnocracia arquitetônica mobiliza na crítica à ocupação dos conjuntos: “as famílias sempre serão grandes demais, as unidades habitacionais nunca serão consideradas pequenas; qualquer intervenção dos moradores no espaço construído será tomada como impertinência de leigos, que insistem na “favelização” dos conjuntos, e não como reação a um projeto

décadas em que “a comunidade foi protagonista no seu processo de desenvolvimento e consolidação, numa força-tarefa de anos com vistas a oferecer uma melhor qualidade de vida diante das rígidas condições encontradas a partir da ocupação do Conjunto”.¹⁹

Em 2005, um laudo técnico do Instituto Tecnológico de Pernambuco proibiu a utilização da técnica da alvenaria estrutural em toda a Região Metropolitana em função de problemas construtivos que surgiram em vários conjuntos habitacionais. Esse laudo “condena” (à morte) edifícios construídos, como se

se os moradores de outrora serão atendidos ou se a área toda deverá ser transformada em um parque.

Na visita de setembro, chego a esse bairro no carro com Manoela e Vitor. Passamos pelas ruas com alguns comércios abertos, um boteco ali, uma oficina mecânica aqui, algo aparentemente natural para um sábado no fim de tarde. Vamos direto para uma espécie de largo com comércios mais movimentados, onde encontraríamos um dos moradores do movimento *Somos Todos Muribeca*. Ao rés do chão, parecia apenas uma cidade pacata. Os puxadinhos preencheram os vazios daquela implantação tipicamente



Figuras 6: Muribeca em 2013 e 2019 e a extinção de uma das quadras do conjunto

não fossem habitados por pessoas (vivas). Não se conhecem levantamentos específicos para cada prédio, não há debate público sobre alternativas de recuperação estrutural ou sobre os impactos da demolição. Somam-se argumentos ambientais, baseados na localização do conjunto na bacia do baixo Jaboatão e na cota de implantação que está abaixo da cota de inundação dos canais Mariana e Três Carneiros, apesar de não haver relatos concretos de inundação no bairro. Em 2009, cinco blocos começam a ser desocupados; em 2015, todos os apartamentos já estavam vazios; no final de setembro de 2019, praticamente metade dos blocos já estava demolida; em fevereiro de 2020, apenas um bloco está em pé. É o que resta de memória construída do que aquele bairro já foi. As casinhas construídas naqueles interstícios também foram condenadas e demolidas, e a Muribeca é hoje os bairros que foram construídos de dentro para fora. Acordos judiciais lidam com as condições de indenização para os moradores, além do pagamento de auxílio-moradia, enquanto a burocracia decide se aquele grande vazio pode abrigar um novo conjunto habitacional,



Fonte: Google Earth, acesso em outubro de 2019.

incapaz de incorporar diferenças”. André Carrasco. “O conjunto habitacional como expressão da desigualdade urbana”. São Paulo: Anais 3º CIHEL, 2015.

¹⁹ CAUS et al. Plano de trabalho do PUC, p. 6.

Fonte: Fotos de Manoela Jordão (acervo CAUS).



Fonte: Fotos de Jonatha Lima (Coque Vídeo).



Área onde estava implantado o conjunto, resta apenas um bloco em fevereiro de 2020 (Fotos do autor).

Figuras 7 Demolições na Muribeca em meados de 2019

modernista. Vitor e Manoela chamam atenção para os seguranças. Homens uniformizados se postam à frente dos prédios, impedem que sejam reocupados. Olho para cima e percebo os vãos de janelas sem esquadrias. Em alguns poucos há ainda uma roupa pendurada, um varal. Mas essa é uma imagem rara, uma exceção. As paredes estão escurecidas pela umidade e pelo mofo. As imagens das *slums* e de Pruitt-Igoe, favela e demolição, se misturam no nosso modernismo rebaixado. Desde o largo se veem algumas máquinas trabalhando. Escavadeiras e carregadeiras movimentam o entulho, a metralha. Fazem uma espécie de deslocamento militar. Trabalho intenso para um sábado à tarde, e mais uma quadra toda vai sumindo do mapa. É terror em larga escala, se comparado ao que tinha acabado de ver em Caranguejo.

Vamos até a sede da associação que fica em uma das comunidades circunvizinhas. Lula nos recebe e fala dos planos para a sede e para a associação. Fala da possibilidade de ampliação vertical: “o céu é o limite”. Eu penso no sentido de uma associação de moradores em um território em desocupação, sem moradores, e em processo de extinção. Mas Lula mora lá e dá os números: as 2.208 unidades estão desocupadas, cada família ganha pouco mais de novecentos reais de auxílio-aluguel e mantém a expectativa de receber indenizações em torno de, pelo menos, trinta mil reais, além de danos morais entre outras estratégias que os advogados vêm mobilizando, individualmente. Uma indenização que só virá depois que todos os prédios forem demolidos, de acordo com a decisão judicial. E a prorrogação das indenizações se soma aos procedimentos do tal “manual (tácito) da remoção violenta”. O destino da área é incerto e a ausência de informações também compõe esse manual. Hipóteses conspiratórias de interesses de empresas de logística na rota do aeroporto do Recife até Suape ou de interesses de empreiteiras que vêm construindo novos conjuntos habitacionais no entorno não podem ser

descartadas. Tudo é possível numa situação em que nada faz sentido (ainda). Demolir mais de duas mil unidades, depois que se consolidaram, gerando toneladas e metros cúbicos de entulho processado no meio do bairro habitado e transportado para aterros da região; pagar auxílio-aluguel a um custo de mais de dois milhões de reais por mês; manter um contrato com uma empresa privada de segurança que tenta evitar a reocupação, pelo menos setenta homens, 24h por dia, sete dias por semana; indenizar as mais de duas mil famílias que adquiriram seus apartamentos com financiamento do BNH. Não há racionalidade econômica, ambiental ou social que justifique o porquê de não se priorizar a recuperação, a melhoria, as pessoas.

Aquela cena seria, então, a manifestação mais evidente da falência do nosso modelo de desenvolvimento habitacional baseado na construção em escala? O início da desocupação e da demolição seriam hora, dia, mês e ano do fim do modernismo rebaixado tropical? Não exatamente. Os assentamentos do entorno, a expressão máxima da favelização, muito mais próximos dos canais, não estão em questão por enquanto. Muitos moradores ainda vivem o luto do bairro que já se foi e que imaginam ser possível reconstruir, enquanto se distraem com a sua própria insegurança, com uma possibilidade não remota de que os três assentamentos também se tornem pó. São áreas que se adensaram com a demanda de aluguel criada pelos pagamentos de auxílio às famílias desalojadas. Porque a Muribeca é tudo: é o conjunto que foi desaparecendo e são as favelas que salvam, de novo, o conjunto. A produção mais formalizada, toda estruturada pela política pública, sumiu nas nuvens de pó. Foi e está sendo respirada pela favela. As demolições são menos cinematográficas que as implosões em St. Louis, que foram as primeiras a serem televisionadas nos Estados Unidos, mas Koyaanisqatsi ainda conviria como trilha sonora.

PÓ, LAMA E 'CAUS'

Lula, liderança da Muribeca, grava um vídeo com seu celular, mostrando como a movimentação e processamento da metralha levanta o pó, o tempo todo. Na narração ao vivo, ele se ressentido de que a demolidora não jogue água para baixar a poeira e tornar menos sofrida a vida dos moradores das casas que circundam a área onde antes havia prédios. Mas Recife é água! E, em Jaboatão, a água subterrânea que torna o solo mole e que condenou os prédios ao desaparecimento não pode ser utilizada para baixar a poeira.

Quando saímos de Caranguejo, nos metemos por entre as vielas para chegar a algumas palafitas. São poucas. Karina, em diálogo que mantivemos sobre tudo o que vimos juntos naquelas poucas horas no fim de setembro, me lembra que elas “fazem lembrar como aquele lugar nasceu, que foi ensecado, que Recife é água, que àqueles moradores só lhes resta se assentar em palafita, rústica, insalubre, porque a ‘parte que lhes cabe naquele latifúndio’ (como disse o pernambucano João Cabral de Melo Neto) é um pedaço de água”. Um rapaz sai de um cercado descoberto onde havia uma mesa e alguns utensílios domésticos. Ele conversa conosco como se estivesse à porta da sua casa, mas não há porta e a água está pela sua canela. Ele se desculpa por não nos convidar a entrar, porque a maré sobe no fim da tarde, e falamos com ele separados pela água, pela lama. “Voltem sempre”, nos despedimos.

De saída da Muribeca, pergunto para Lula o significado do nome do bairro: “é uma palavra de origem indígena que quer dizer ‘mosca impertinente’”. Penso que toda mosca já foi larva, crescida na água, e que a muribeca poderia ser a “mosca na sopa”, conforme cantou o baiano Raul Seixas, para que um projeto de desenvolvimento no eixo do porto de Suape se realizasse. A lama é o habitat do Caranguejo, e esse animal já foi símbolo do *mangue-beat*, a mais importante cena musical brasileira nos anos 1990. Entre a lama sob nossos pés e o pó que paira no ar, entre o caranguejo e a mosca, seres humanos.

Sinto-me conectado a essas pessoas, afeto-me por esses “corpos que quebram”, que são demolidos, aterrados/desterrados, afogados. Porque “não há política sem incorporação, pois só um corpo pode afetar outro corpo”, sou “sujeito em regime de afecção”, com meu próprio “corpo despedaçado” que me leva a “pensar sínteses de maneira completamente novas”.²⁰ Sofro com elas e me sinto irmanado na luta, na re-

sistência, na sobrevivência. Como brasileiro, estou marcado por “um século de favela”,²¹ uma tipologia inventada como foram inventadas as regiões desse país continental, que nos unem, mais que separam. A favela é diferente na Ilha do Retiro ou em Jaboatão, mas, como também me lembrou Karina, “poderia ser no Rio, São Paulo, em qualquer lugar do litoral ou na hinterlândia do Brasil”. Estou marcado pela musicalidade de baianos, pernambucanos, pelas ideias de pensadores quilombolistas universais, cineastas, cancionistas, poetas e educadores, que por acaso nasceram naquelas terras; marcado também pelas palavras ditas por pessoas que não têm leitura, pelas suas vozes mansas ou potentes, pelos olhos e abraços dessas pessoas.

O álbum *Da lama ao caos* me apresentou a Recife, lá nos anos 1990, quando ainda me formava arquiteto. As pessoas arquitetas da CAUS me apresentaram à lama e ao pó que a região metropolitana de Recife produz trinta anos depois e me confirmam a única certeza de estar sempre em formação..

REFERÊNCIAS

- CARRASCO, A. “O conjunto habitacional como expressão da desigualdade urbana”. São Paulo: **Anais 3º CIHEL**, 2015. Disponível em http://labhab.fau.usp.br/3cihel/?page_id=575, acesso em outubro de 2019.
- CAUS; ESUDA; STM. **Plano de trabalho do Plano Urbanístico Comunitário**. Recife, maio, 2019
- MENDONÇA FILHO, K; DORNELLES, J. **Bacurau** (Bra, 2019, 2h 12 min)
- REGGIO, G.; FRICKE, R.; GLASS, P. **Koyaanisqatsi** (EUA, 1982, 1 h 27 min)
- FREIDRICH, C. **The Pruitt-Igoe Mith** (EUA, 2011, 1 h 23 min)
- FREIRE, P. **A importância do ato de ler**. São Paulo: Cortez, 1989.
- FREIRE, P. **Educação como prática da liberdade**. 44ª ed. São Paulo/Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2018.
- PEABIRU. **É o que eu penso e é o que eu vejo** (Bra, 2017, 26 min).
- SAFATLE, V. **O circuito dos afetos: corpos políticos, desamparo e o fim do indivíduo**. 2ª ed. São Paulo: Autêntica, 2018.
- SANTOS, A. B. “Somos da terra”. **Piseagrama**. Belo Horizonte, n. 12, p. 44-51, 2018. Disponível em <https://piseagrama.org/somos-da-terra/>, acesso em outubro de 2019. ■

20 Vladimir Safatle. **O circuito dos afetos: corpos políticos, desamparo e o fim do indivíduo**. 2ª ed. São Paulo: Autêntica, 2018. “Da arte de ser afetado por corpos que quebram”, p. 95-96.

21 Conforme título do livro organizado por Alba Zaluar e Marcos Alvito.

Wrana Panizzi

Rent-seeking urbano, planejamento urbano e valor imobiliário

quem manda e desmanda na cidade?

Resumo

O artigo analisa o exercício do poder nas cidades, especialmente as brasileiras, a partir da ação do mercado, dos proprietários de terras e das grandes empresas construtoras. Para isso analisa-se a história do planejamento urbano no Brasil, bem como seus períodos e fases, especialmente a atual de reinstitucionalização e flexibilização do planejamento urbano visando ao favorecimento dos negócios imobiliários, a valorização e a captura das rendas urbanas pelos grandes grupos econômicos.

Rent-seeking

Planejamento urbano

Valorização

Poder urbano

Abstract

The article aims to analyze the exercise of power in cities, especially in Brazil, from the action of the market, the landlords and large construction companies. For this, we analyze the history of urban planning in Brazil its period and phases, especially the current phase of re-institutionalization and reflexibilization of urban planning aimed at favoring the real estate business, the appreciation and capture of urban rents by large economic groups.

Rent-seeking

Urban planning

Valorization

Urban power

INTRODUÇÃO

O IAB-RS promoveu no dia 18 de julho de 2019 um debate intitulado “Desafios para a gestão pública e democrática: quem manda nas cidades?”, do qual, junto com o professor Paulo Soares, participei com a responsabilidade de realizar uma pequena exposição sobre a questão relativa à provocação proposta para o mesmo, qual seja, de pensar “quem manda nas cidades?!”. Assim, considero que este desafio de pensar a cidade traz consigo a necessidade de se compreender as relações que se estabelecem entre a cidade, o planejamento urbano e outros atores sociais, dentre os quais destaco: o Estado e o Mercado.

Grosso modo, podemos dizer como diria Bourdieu (1973) que uma resposta simples a essa pergunta pode ser dada a partir de uma sociologia espontânea, a qual, sem rigor ou estudo qualquer coloca o mercado como o principal ator, cujas ações configuram o território espacial urbano, o que, de maneira clara, objetiva e bem fundamentada, o expositor que me antecedeu demonstrou. Contudo, de resto, podemos dizer, apoiados em grande parte dos estudiosos que atribuem ao mercado e seus agentes a função de “arquitetar” os nossos territórios, as nossas vidas e os nossos afazeres cotidianos, que há certa convivência e cumplicidade entre esses dois atores supra referidos.

Poder de mando este conferido àqueles que detêm o capital e que, por serem os detentores dos investimentos e os únicos capazes de dar liquidez ao capital, também são os principais credores do Estado e que mantêm com esse último uma relação de dominação do primeiro sobre os segundos que, enquanto rentistas do capital, veem seus investimentos se realizar e conformar um império composto por um seleto grupo de perpetradores do capital, que, alicerçado em políticas públicas e constituído com base em fortes estamentos, continua a orbitar os centros de poder como muito bem mostra o filme *Democracia em Vertigem*, como também a deixar os ricos cada vez mais ricos como bem quer Cattani (2018) e continua a manter seu domínio sobre o Estado como muito bem demonstrou Raimundo Faoro (1976) há mais de seis décadas atrás em seu clássico livro *Os donos do poder*.

Daí porque vejo essa questão como permanente e constante. Apesar de esta ter matizes diversas e modos de expressão e ação particulares que variam de lugar para lugar, de cidade para cidade, e também em função da proeminência ora de um, ora de outro, de modo que, isso me permite dizer que: o Mercado manda, mas o Estado também. Contudo, é importante destacar que o segundo é quase sempre coadjuvante, atuando como quer Keynes que o capital se

realize. São esses, portanto, dois importantes atores que na contemporaneidade têm percorrido a história da humanidade, desde a criação do Estado Moderno.

Diante disso, proponho aqui uma reflexão sobre transformações que esses atores – Mercado e Estado – vêm passando ao longo dos tempos e como a cidade também tem se transformado passando de “um campo magnético que atrai, reúne e concentra os homens” como nos aponta Raquel Rolnik (1995), para uma cidade que, na atualidade, em vez disso, se caracteriza pelas relações e pela lógica capitalista financeira, na qual o que importa não é mais o modo como o espaço é ocupado, mas a liquidez com que o capital se realiza a partir de empreendimentos urbanos diversos que garantem os ganhos dos rentistas do capital.

A cidade deixa de ser o *locus* da vida comum e ativa das pessoas e torna-se o meio pelo qual o capital se realiza, garantindo aos rentistas liquidez aos seus investimentos. É neste contexto, portanto, que Mercado e Estado agem, às vezes em consonância, às vezes em disputa. Antes de continuar, porém, é preciso que eu faça algumas considerações substantivas relativas ao modo como a cidade tem se transformado, se organizado e se caracterizado como um espaço de disputa de interesses ao longo dos últimos quase setenta anos.

A CIDADE, SEU USO E VALOR: UMA BREVE DIGRESSÃO

Dizem alguns autores tais como David Harvey (2018), Raquel Rolnik (2015) e Voss (2018) que quem manda na cidade é o mercado, as grandes fortunas, os especuladores, o capital financeiro, as construtoras etc. Contudo, mais do que uma simples saída retórica, tal argumento desconsidera a dimensão humana e política, colocando nas mãos do capital toda a responsabilidade sobre tudo, reificando, com isto, a ideia que o Estado está sempre a tutelar os interesses do capital e do mercado. Mas se voltarmos aos estudos clássicos – tidos como canônicos na Sociologia e no Urbanismo –, veremos que tal argumento não se sustenta diante da prova empírica.

Já dizia Marx (2017) que as condições objetivas de existência determinam o mundo das ideias de modo que infra e superestrutura ideológica se condicionam mutuamente. Desta feita, é fato que um produto qualquer – no caso aqui em tela, um imóvel – possui dois tipos de valores a ele ligados. Um primeiro que Marx denominou de valor de uso e, outro, denominado de valor de troca. Neste sentido, ressalte-se que quando nos referimos ao mercado

imobiliário e aos valores dos bens que nele circulam, estamos nos referindo, sobretudo, ao seu uso e finalidade, por um lado (valor de uso), e, por outro, à dimensão do quanto este é desejado e tido como um bem a ser consumido (valor de troca).

No caso do primeiro estamos nos referindo somente ao seu valor fiduciário, relativo a seu valor legal estabelecido pelo Estado para fins tributários e venais de modo que pouca ou nenhuma gerência há, por parte do mercado, em relação ao seu valor imobiliário, que, por sua vez, adquire valor a partir da oferta e da procura, do status que o bem confere ao seu proprietário e de sua raridade no mercado.

Outro ponto que merece destaque relaciona-se ao direito e ao uso de espaço urbano como bem quer Henri Lefebvre (2001). Contudo, muitos anos se passaram e as variáveis que envolvem a relação entre o uso da cidade e o modo como ela está organizada foram aos poucos mudando, bem como a relação entre os agentes envolvidos. Observando ora a proeminência do Estado, ora a do Mercado, buscaremos, no presente texto, mostrar como ao longo dos últimos setenta anos essa relação entre o Mercado e o Estado foi aos poucos se alterando.

Dito isso, tem-se que para esse fim optamos por dividir este texto em três partes. Uma primeira que denominamos de “Período de Institucionalização do Planejamento Urbano no Brasil (de 1950 a 1979)”; uma segunda que intitulamos “Período de Liberalização e Colapso do Planejamento Urbano no Brasil (de 1980 a 1999)” e uma terceira, denominada “Período de Reinstucionalização e Flexibilização do Planejamento Urbano no Brasil (de 2000 até os dias atuais)”. Desta feita e após esta breve digressão, encerramos o texto tecendo algumas considerações sobre o que foi exposto aqui.

PERÍODO DE INSTITUCIONALIZAÇÃO DO PLANEJAMENTO URBANO NO BRASIL (DE 1950 A 1979)

A metade do século XX revelou o surgimento de um Brasil modificado. Um país com uma maior ocupação espacial e uma diferente configuração territorial; uma base econômica e social transformadora do binômio rural-urbano; e uma forte atração da cidade como lugar da vida econômica e social. Começa aí o aparecimento de um conjunto de ações destinadas a enfrentar as demandas dessa nova realidade, iniciando com o que mais tarde, nos anos 1970, se estabeleceria como sendo a primeira Política Nacional de Desenvolvimento Urbano, expressa no II Plano Na-

cional de Desenvolvimento. Plantaram-se também com essas ações as raízes que, mais recentemente, em um novo milênio, registram o reconhecimento das cidades como objeto central de uma política pública e de “princípio” constitucional expresso na Carta Magna de 1988, mais tarde com estatuto próprio – o Estatuto da Cidade – Lei 10.257/2001.

Os estudos realizados sobre essas ações em torno de políticas voltadas às cidades sustentam a argumentação de que a realidade evidencia a pouca efetividade das propostas apresentadas nos planos urbanísticos, a ausência de prática processual de planejamento com um conseqüente cenário urbano marcado pelo acúmulo, deterioração e expansão de problemas e demandas circunscritas à habitação, ao transporte, ao saneamento, à precariedade dos serviços e equipamentos, à degradação ambiental e ao aumento da violência. Isso se dirigimos o olhar para as políticas nacionais de caráter urbano “enquanto inspiradoras” e propulsoras das práticas urbanas locais. Não são poucos os programas, planos, projetos e ações de planejamentos urbanos, bem como os instrumentos institucionais e jurídicos estabelecidos e criados neste período. Como diria Ermínia Maricato (2000), “não nos faltam planos, projetos, leis...”!

Assim, quando focamos o planejamento urbano como componente das políticas regionais e urbanas estabelecidas desde 1950, verificamos a importância assumida pelo Estado em relação às questões espaciais. Mas, principalmente, o esforço de construção de um aparato institucional-administrativo pautado na centralização, na modernização e no planejamento com vistas à promoção do desenvolvimento social. Estabeleceu-se nesse período as bases técnicas, operacionais e ideológicas do fortalecimento das ações do Estado. Estado esse que tinha como objetivo principal salvaguardar os mais altos interesses nacionais, rejeitando o curso fácil de implementar medidas paliativas e buscando uma política global, sob a qual um sistema estável seria construído como muito registrou Getúlio Vargas (1952) em um de seus discursos ao Congresso Nacional, em 1952.

Assim, o governo brasileiro estava dirigindo sua ação para superar as deficiências estruturais do sistema capitalista privado através do fomento de um extensivo programa de acumulação capitalista. E isso em um contexto internacional do qual emanava um profundo movimento de reorganização econômica, social e institucional-administrativa, cujo equacionamento passava pela busca de um forte desenvolvimento econômico e a construção de um processo de intervenção estatal sustentado pelo planejamento. Com isso, inicia-se, assim, no Brasil, um amplo processo de desenvolvimento nacional com base no

“dueto” industrialização e modernização. Marcam esses anos o estabelecimento de duradouras instituições de desenvolvimento econômico e fomentadoras das condições técnico-científicas voltadas à instrumentalização do país em direção à sua transformação em um agente com autonomia e força para se tornar sujeito de seu desenvolvimento. Dentre estas, destaca-se a criação do CNPq, do BNDES, da Petrobras, das universidades e institutos federais. Registra-se, paralelamente a criação dessas instituições e dos processos voltados ao desenvolvimento como um todo, a questão regional. Isso com base em uma proposta de organização racional dos espaços e a definição funcionalista das suas atribuições e atividades.

Mas a literalidade e a perspectiva de desenvolvimento e crescimento foram interrompidas pela crise política de 1963. A memória histórica mostra que começa aí o “apagão” democrático do período ditatorial militar e o predomínio de uma visão tecnocrática da ação governamental, centralizada e autoritária. É ainda o tempo do Estado do Bem-Estar Social, que se prolonga até o fim dos anos 1970. Muitos foram os planos que passaram a dar consistência e substância a um sistema nacional de planejamento sob as ordens do autoritarismo. Passaram do planejamento “quase” democrático, dos primeiros anos seguintes à ditadura de 1930, ao planejamento autocrático e tecnocrático dos governos militares.

Assumia-se, de vez, uma nova concepção de cidade, tida como locus da produção capitalista industrial, hoje capitalista financeira, que exigia um tratamento voltado a prover a sua operacionalidade propulsora do crescimento e desenvolvimento, cuja maior expressão de sua realização reside na chamada Política Nacional de Desenvolvimento Urbano (PNDU), enquanto documento aglutinador de um aparato institucional-administrativo de intervenção estatal, que colocou em evidencia a preponderância e o papel que o Estado assumiu para si no que tange às cidades e às metrópoles brasileiras que, nesse período, começaram a organizar-se e a torna-se o loci do desenvolvimento econômico e social, a partir da crescente industrialização promovida pelos militares e o conseqüente aumento populacional das mesmas em função das promessas que a metrópole trazia para aqueles que vinham do campo e que, como insetos que voam em direção a luz tênue de uma lâmpada, são por ela consumidos.

PERÍODO DE LIBERALIZAÇÃO E COLAPSAÇÃO DO PLANEJAMENTO URBANO NO BRASIL (DE 1980 A 1999)

Os anos de 1980 são marcados pela colapso do modelo de desenvolvimento até então apreçoado pelo Estado, o que implicou o recuo do crescimento econômico, o desemprego crescente, as altas taxas de inflação e juros e a queda da arrecadação. Processos esses que determinaram uma diminuição de recursos financeiros e contínuas oscilações, com prejuízos aos investimentos, às atividades econômicas e às políticas sociais, o que conformou aquilo que a literatura especializada denominou de “a década perdida”.

Esta década foi marcada pelo avanço brutal dos ideais neoliberais, pelo fim do Estado Provedor, pela acirrada disputa entre os interesses do Estado e os interesses do Mercado, pela liberalização e desregulamentação dos mercados e pelo grande número de privatizações, que entregaram o patrimônio público na mão de rentistas internacionais que, num mercado agora desregulado, eram os donos do campo – posição essa que lhes garantiu a construção de grandes monopólios e ganhos de capital fabulosos que, parafraseando Cattani (2018), os deixaram cada vez “mais podres de ricos”.

Já os anos de 1990, por sua vez, foram marcados por mudanças estruturais que levaram a abertura do mercado nacional para o capital estrangeiro e a colocação em prática das recomendações feitas pelo Banco Mundial (principal financiador dos investimentos públicos daquela época) e pela Organização Mundial do Comércio, que hoje, quase trinta anos depois, ainda está por trás de muitas políticas ligadas à educação – e aqui inclui-se o programa Future-se – que têm por objetivo entregar a rentistas e financistas internacionais aquilo que até agora nos garantiu certa independência: as nossas universidades públicas.

É nesse contexto de predomínio do mercado, portanto, que ocorre o abandono das políticas centrais de desenvolvimento e setoriais, tais como as de habitação, transporte e saneamento básico e no qual vemos proliferar-se sobre o funesto cadáver do Estado de Bem-Estar Social os vermes que o consomem (os rentistas e os perpetradores do capital) e as moscas que sobre ele dançam nas festas que no cerrado ocorrem na calada da noite, onde lobistas, políticos e uma pequena elite defendem seus interesses em detrimento dos interesses da nação. Ato contínuo, o enfraquecimento e a extinção do aparato estatal voltado ao desenvolvimento urbano permitiram, assim, o avanço da mercantilização e o “esquecimento” dos

planos, estudos, instrumentos que buscaram pensar a cidade como um lugar para todos, tornando a mesma um lugar onde a luta por interesses diversos ocorre (ROLNIK, 2015).

Resulta daí a expansão do chamado “caos urbano”, das áreas periféricas das cidades, do crescimento das ocupações ilegais da terra urbana (PANIZZI, 1988) e “apropriação” das mesmas, via institucionalização, pelo mercado imobiliário. E, assim, as cidades passaram a viver e a consolidar um processo contínuo de exclusão da população do mercado imobiliário. Instaura-se, assim, um “apartheid social”, onde poucos têm acesso a muito e muitos têm acesso a pouco, como mostram os gráficos 1 e 2 apresentados a seguir.

Apesar de muitos terem pouco, como vimos, isso de certa forma permitiu a estes se organizarem em torno daquilo que mais tarde seria a base para a construção do Estatuto das Cidades, qual seja, a criação do Fórum Nacional de Reforma Urbana – FNRU. Este, um importante ator de reação à ausência de po-

líticas urbanas e regionais e que foi responsável pela inclusão dos importantes artigos 181 e 182 relativos à consideração das cidades como espaço pertencente a toda população e a sua vida cidadã e política, individual e coletiva na chamada Constituição Cidadã.

Enfim, podemos dizer que esse foi um período deveras obscuro para a questão urbana – mas não tão pautado no obscurantismo como o atual momento em que vivemos, onde prolifera-se o *apartheid* social, a intolerância, e somente o interesse dos rentistas do capital é colocado em pauta com as possíveis privatizações que se colocam em tela através da venda da Eletrobras e da Petrobras, que, já faz algum tempo, têm seus preços regulados com o do mercado internacional com vistas a garantir os lucros de seus futuros adquirentes.

PERÍODO DE REINSTITUCIONALIZAÇÃO E FLEXIBILIZAÇÃO DO PLANEJAMENTO URBANO NO BRASIL (DE 2000 ATÉ OS DIAS ATUAIS)

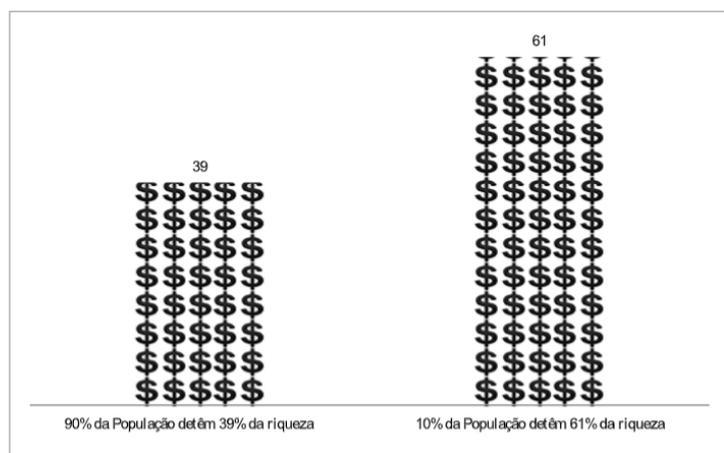
Esse período nasce cheio de esperanças para os menos favorecidos, mas de boas esperanças o inferno está cheio, pois o que pautou os programas sociais sempre foram os interesses do capital, cuja lógica residia em dividir para consumir, dado que a economia estava cada vez mais retraída e se fazia necessário estimular o consumo e o ressurgimento dos setores médios, do Estado enquanto interventor e regulador do desenvolvimento, bem como de garantidor da liquidez do capital.

Foi com base nesse pensamento que, no início do milênio, a esquerda ascendeu ao poder e com ela os ideais de paz e amor que cinquenta anos atrás pautaram uma reviravolta cultural e de resistência em Woodstock. Contudo, esqueceu-se essa que não se é possível servir a dois senhores e que águias não conversam como pombos, como muito bem quer Habermas (2013), mas que águias comem pombos.

Havia no horizonte a promessa de “uma vida urbana mais justa” e a possibilidade real disso acontecer. Geraram-se grandes expectativas que alimentaram a preparação de um novo governo determinado a retomar o papel do Estado e a valorizar as políticas e ações voltadas a prioridades acumuladas ao longo do tempo, onde:

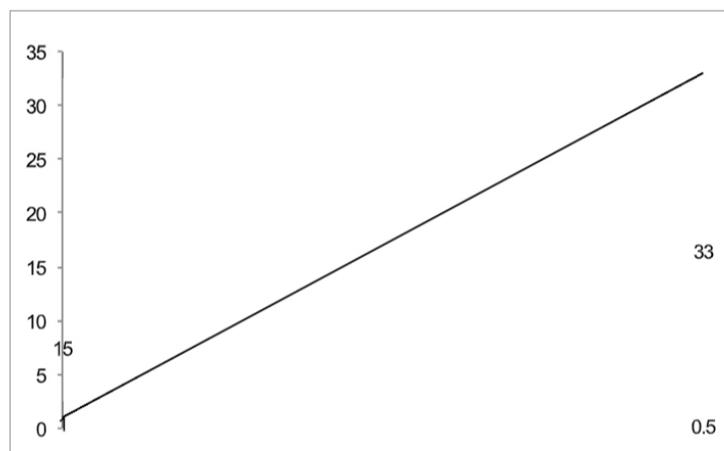
1. Há uma retomada do papel de protagonista por parte do Estado em relação ao planeja-

Gráfico 1: Distribuição da renda no Brasil 2018



Fonte: CATTANI (2018).

Gráfico 2: Distribuição de renda no Brasil 2018 - os extremos



Fonte: CATTANI (2018).

- mento urbano e com vistas à construção de políticas públicas e de desenvolvimento;
2. Emerge um novo ciclo nacional de (neo)desenvolvimentismo que ressalta a necessidade de uma inflexão voltada para uma política econômica fundada no dinamismo do mercado interno, na constituição de uma ampla política de proteção social e na retomada do papel planejador e regulador do Estado;
 3. Há uma releitura que reinterpreta esse novo ciclo como representante de um modelo denominado de neoliberalismo periférico, que se pauta na continuidade de uma lógica econômica fundada na financeirização da economia; e,
 4. Há um aprofundamento das políticas governamentais, o que indica a existência de um modelo híbrido que busca articular as características desenvolvimentistas e neoliberais.

Nesse contexto, o planejamento e o desenvolvimento são retomados como binômio capaz de produzir um crescimento com forte sustentação econômica, mas que preservava em seu âmago um efetivo caráter social. Com isso, passou-se a investir nesse período que antecede o “Golpe de 2016” na recuperação e na construção da infraestrutura econômica e social necessária a institucionalização de programas sociais diversos. Do ponto de vista das políticas urbanas e da configuração territorial das cidades, observa-se um processo crescente de transformação e redesenho expresso em diversos planos que buscam diferenciar regiões e pensar o papel das cidades, das grandes metrópoles e das novas áreas metropolitanas. Instaurava-se com isso uma nova política urbana que, em verdade, nunca se tornou real e factível.

O que restou dessa política foram apenas os Planos Diretores que passaram a incorporar uma visão mais integradora do planejamento urbano focado nas unidades federativas locais – os municípios. Fato este que evidencia a necessidade do estabelecimento de uma instância aglutinadora e com capacidade integradora no trato das questões urbanas, tal qual aquilo que pretendia o Ministério das Cidades, em 2003, quando este foi criado.

Mas pimenta nos olhos dos outros é alegria para uns e tristeza para outros que foram seduzidos pelas promessas do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) – criado em 2009 –, que deixou milhões de brasileiros endividados, dando-lhes a posse precária de imóveis de baixa qualidade e que garantiram às construtoras e aos bancos lucros fabulosos ano após ano. Vê-se, com isso, mais uma vez, a preponderância do Mercado sobre a ação do Estado na configuração

das cidades. Isso, mesmo em um período de democracia, participação e presença forte do Estado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como vimos no decorrer do presente texto, é fato que a relação entre o Estado e o Mercado assume ao longo do tempo diferentes contornos e matizes que vão desde a total preponderância do Estado sobre o planejamento até seu alijamento total em função dos interesses do Mercado e da relação do primeiro com os rentistas e financistas internacionais. Relação essa que passou pela construção de um modelo de planejamento calcado em uma elite tecnocrática ligada a uma perspectiva desenvolvimentista nacional que tinha como base o pensamento positivista das elites militares que durante trinta anos ordenaram a questão urbana a partir do binômio ordem e progresso.

Ordem essa que se construiu a partir de um certo ordenamento legal e institucional criado a partir dos anos de 1930, que já propunha pensar a questão urbana a partir do movimento migratório que se observava, do campo para a cidade, o qual é muito bem documentado por Gilberto Freire (2004) em seu livro *Sobrados e Mucambos*, e que, na década seguinte, seguindo a corrente de pensamento hegemônica em nível mundial, pautar-se-á na implementação de um Estado de Bem-Estar Social, onde a questão urbana ganha maior evidência enquanto condição necessária para o fomento da industrialização nacional.

Movimento esse que, nos anos de 1950, será manifesto na ideia de que se era possível avançar “50 anos em 5”, como bem quis o governo de Juscelino Kubitschek. Contudo, não havia modelos de planejamento estruturados ou pensados para o país, algo que somente passar-se-á a pensar a partir da década seguinte e da consequente construção da nova capital no meio do cerrado, quando a tecnocracia e o planejamento urbano serão elevados a enésima potência ao se pensar e construir uma cidade como Brasília do zero.

Nasce com isso o primeiro planejamento de grande escala para uma cidade – que em sua gênese precisou pensar, pela primeira vez na história do planejamento urbano brasileiro, nos usos e nos fins da cidade, bem como no seu modo de ocupação territorial. Algo que, na década seguinte, fornecerá as bases para a elaboração da Política Nacional de Desenvolvimento Urbano (PNDU), que tinha como mote garantir as condições necessárias para o desenvolvimento econômico nacional.

Contudo, o crescimento econômico se deu e por pouco tempo durou. E se os anos de 1970 foram os

anos do milagre econômico, a década seguinte foi o início de sua derrocada e a também chamada década perdida. Hiperinflação, especulação financeira, privatizações e quebra da indústria nacional foram as “vedetes” dos anos de 1990. De modo que é por esse tempo que a posse da terra passa a ser um ativo que melhor garantia rendimento a longo prazo. É também no final desses anos que se dará o boom da construção civil, que perdurará por quase duas décadas até sua derrocada e crise em 2016, em função do início da chamada operação Lava Jato. O Mercado perde espaço e o bastião da ordem é retomado pelo Estado que, a partir das suas municipalidades, passa a negociar com os empreendedores locais o plano diretor e, com esses, criar uma sinergia que garanta arrecadação, desenvolvimento e baixo custo para o poder público. É a instauração do sistema de compensação e contrapartidas que começa a vigorar a partir de então.

E, assim sendo, a cidade se homogeneiza, o que subtrai o seu significado de pólis. A cidade se atomiza e o estado sua autonomia. E, aqui, as rugosidades a que Milton Santos se refere começam a se fazer presentes a partir do modo como os cidadãos passam a se relacionar com a cidade, esta, agora, amorfa e sem sentido, que tem sua resignificação dada a partir da ideia de território. Mas cabe ainda um questionamento: de onde vem a verdadeira riqueza da cidade?

A resposta a essa questão nos é dada por aquele que pela primeira vez, no âmbito da Filosofia, Platão, o qual se ocupou de pensar a ideia de cidade em seus diálogos com Sócrates e outros filósofos em *A República*, quando defende a ideia de que uma pólis perfeita não reside somente na riqueza material uma vez que, para que todos tenham uma relação com essa, é necessário que se construa um sentimento de que a pólis é a moradia de todos os cidadãos.

REFERÊNCIAS

- BOURDIEU, P.; CHAMBOREDON, J.-C.; PASSERON, J.-C. **Le métier de sociologue**. Mouton: Paris, 1973.
- CATTANI, A. D. **A riqueza desmistificada**. Porto Alegre: CirKula, 2018.
- CATTANI, A. D. **Ricos, padres de ricos**. Porto Alegre: Tomo Editorial/Marca Visual, 2018.
- FAORO, R. **Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro**. [Volume 1 e 2]. Porto Alegre: Globo, 1976.
- FREIRE, G. **Sobrados e Mucambos**. São Paulo: Global, 2004.
- HABERMAS, J. **Teoria e práxis: estudos de filosofia social**. São Paulo: UNESP, 2013.
- HARVEY, D. **A loucura da razão econômica**. São Paulo: Boitempo, 2018.
- LEFEVRE, H. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2001.
- MARICATO, E. As ideias fora do lugar e o lugar fora das ideias: planejamento urbano no Brasil. In: ARANTES, O.; VAINER, C.; MARICATO, E. **A cidade do pensamento único: desmanchando consensos**. Petrópolis: Vozes, 2000. Pp. 121-192.
- MARX, K. **O Capital**. [Livro I]. São Paulo: Boitempo, 2017.
- PANIZZI, W. **L'access au logement dans un espace segregé: l'aire metropolitana de Porto Alegre**. [Thèse de Doctorat em Science Sociale]. Paris: Université de Paris I, Pantheon Sorbonne, 1988.
- PLATÃO. **A República**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbekian, 1990.
- ROLNIK, R. **Guerra dos lugares**. São Paulo: Boitempo, 2015.
- ROLNIK, R. **O que é a cidade**. São Paulo: Brasiliense, 1995.
- SANTOS, M. **A natureza do espaço**. São Paulo: EDUSP, 2006.
- VARGAS, G. **Mensagem ao Congresso Nacional**. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1952.
- VOOS, C. H. **Quem manda na cidade: poder e rent-seeking urbano**. Curitiba: Aprius, 2018. ■

Nayana Corrêa Bonamichi

Favela olímpica e pós-olímpica

um olhar atualizado sobre as dinâmicas comerciais e turísticas no Vidigal no período 2012-2018

Resumo

Os avanços nas políticas nacionais de redistribuição de renda e o aumento do poder de compra das classes localizadas na base da pirâmide social brasileira no período pós-2003 contribuíram para a formação de novas dinâmicas comerciais nas favelas cariocas. Somado a isto, a implementação das primeiras Unidades de Polícia Pacificadora em alguns destes espaços e a iminência dos megaeventos esportivos de 2014 e 2016 foram seguidos por uma intensificação de processos de turistificação de parte destes territórios. Neste artigo, lançamos um olhar atualizado sobre as novas dinâmicas comerciais e turísticas instauradas na favela do Vidigal no período 2012-2018. Partindo de uma amostra probabilística sistemática de questionários semiestruturados aplicados a 150 estabelecimentos comerciais e de serviço, analisamos os impactos deste período no comércio local à luz dos conceitos de turistificação e gentrificação turística.

Favelas

Dinâmicas comerciais

Turistificação

Gentrificação turística

Abstract

Advances in national income redistribution policies and increased purchasing power of the classes located at the base of the Brazilian social pyramid in the post-2003 period contributed to the formation of new trade dynamics in Rio's favelas. In addition, the implementation of the first Pacifying Police Units in some of these spaces and the imminence of the 2014 and 2016 mega sports events were accompanied by an intensification of touristification processes on part of these territories. In this article, we take an up-to-date look at the new commercial and tourist dynamics established in the Vidigal favela in the period 2012-2018. Starting from a systematic probabilistic sample of semi-structured questionnaires applied to 150 local commercial and service establishments, we analyze the impacts of this period on local commerce under the light of touristification and tourism gentrification concepts.

Slums

Commercial dynamics

Touristification

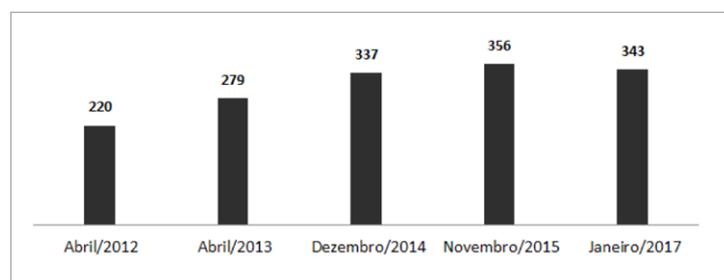
Tourist Gentrification

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001. This study was financed in part by the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Finance Code 001.

VIDIGAL:¹ NOVAS DINÂMICAS COMERCIAIS NO PERÍODO PÓS-PACIFICAÇÃO

O período de três anos que segue a implementação da Unidade de Polícia Pacificadora Vidigal-Chácara do Céu,² em janeiro de 2012, é marcado por uma visível intensificação da dinâmica comercial local. O número de estabelecimentos comerciais e de serviço em funcionamento no Vidigal, que era de 220 em abril de 2012, passou para 356 em novembro de 2015, um aumento de 61% no período (Gráfico 1).

Gráfico 1: Número de estabelecimentos comerciais e de serviço em funcionamento no Vidigal no período 2012-2017



Fonte: Mapeamento “Vidigal 100 Segredos” e dados coletados pela autora.

O aumento do número de estabelecimentos comerciais no Vidigal entre os anos 2012 e 2015 ocorre após um período de avanço nos indicadores nacionais

1 Com os primeiros registros de ocupação datados da década de 1940, o Morro do Vidigal está localizado às margens da Avenida Niemeyer, entre dois dos bairros mais elitizados da cidade do Rio de Janeiro: Leblon e São Conrado. Segundo o Censo IBGE 2010, possuía naquele ano uma população de 12.797 habitantes e 4.585 domicílios. Historicamente, ocupa uma posição emblemática entre as favelas do Rio de Janeiro por seu histórico de resistência contra tentativas de remoção por parte do governo do estado na década de 1970. Ainda neste período, passou a ser reconhecido como “morro dos artistas” por ser local de moradia de grupos ligados à música e ao teatro e pela presença do grupo de teatro “Nós do Morro”. No período pós-2010, recebeu o *status* de “*favela chic*” em função da intensificação do movimento de migração de grupos famosos ligados às artes em direção ao morro e do aumento do número de estabelecimentos de turismo de entretenimento, que passaram a atrair visitantes de maior poder aquisitivo para o local

2 O Programa de Polícia Pacificadora começa a ser implementado no ano de 2008 pela Secretaria Estadual de Segurança do Rio de Janeiro e tem como objetivos a recuperação de territórios sob o controle de grupos ilegais armados, a restauração do monopólio legal e legítimo da força pelo Estado e a diminuição da criminalidade violenta, sobretudo a letal. A primeira unidade do programa foi inaugurada no dia 19 de dezembro de 2008 na favela Santa Marta, zona sul da cidade do Rio de Janeiro. O Vidigal foi a 19ª área a receber uma UPP, em 18 de janeiro de 2012.

de distribuição da renda. No período 2004-2010, o Brasil passa por um forte crescimento no número de ocupações formais, especialmente nos setores com remuneração de até 1,5 salários mínimos (94% dos postos de trabalho criados). O fortalecimento desse mercado de trabalho resultou fundamentalmente na expansão do setor de serviços, responsável por nove em cada dez vagas de trabalho criadas (POCHMANN, 2012).

Para compreender o crescimento expressivo do número de estabelecimentos comerciais em funcionamento no Vidigal é importante considerar que 70% dos moradores locais entrevistados por esta pesquisa possuem uma renda de até dois salários mínimos, ou seja, trata-se de uma população localizada na base da pirâmide social brasileira, parcela que foi mais beneficiada pelo crescimento no número de postos de trabalho criados. Nos períodos 2003-2005, 2006-2010 e 2011-2014, a taxa de valorização do salário mínimo foi de 6,8; 5,9 e 3,0% ao ano, respectivamente. O nível de consumo das famílias, por sua vez, passou por um aumento de 2,5; 5,8 e 3,5% nos mesmos períodos. No ano de 2015, com a taxa de desemprego já chegando a 9%, o consumo das famílias passou por uma queda de 3,9%, a primeira queda de consumo registrada desde o ano de 2003 (CARVALHO, 2018). O crescimento e o início da retração do número de estabelecimentos comerciais e de serviços em funcionamento no Vidigal acompanham os índices de valorização do salário mínimo, assim como o crescimento e a retração do nível de consumo das famílias brasileiras.

CARACTERIZAÇÃO DO COMÉRCIO LOCAL

Entre os meses de agosto e outubro de 2018, 150 estabelecimentos comerciais e de serviço que se encontravam em funcionamento no Vidigal responderam à nossa pesquisa. Neste levantamento, avaliamos questões como tempo de funcionamento do estabelecimento, origem do(a) proprietário(a), público principal e percepções sobre o impacto do movimento de turistas sobre o seu negócio. Entre os estabelecimentos entrevistados, 55% haviam iniciado suas atividades no período pós-2012, ou seja, após a instalação da UPP local; 17% dos estabelecimentos possuíam entre seis e quinze anos de funcionamento e 27% possuíam mais de 15 anos de funcionamento, indicando que o crescimento pelo qual passou o comércio nos últimos anos convive com um sólido e antigo comércio local. O comércio do Vidigal é formado predominantemente por estabelecimentos co-

mandados por migrantes (48% dos entrevistados) e pelos chamados “crias” do Vidigal (pessoas nascidas e criadas no morro), que somam 29% do total de proprietários. Por outro lado, é interessante notar que há um percentual relevante de estabelecimentos cujos proprietários nunca moraram no Vidigal (16%). Por fim, 6% dos entrevistados são emigrantes, pessoas que moravam no Vidigal, mas que deixaram o morro por algum motivo.

Entre os proprietários que não moravam no morro na data da pesquisa, seu local de moradia se divide principalmente entre outras favelas da zona sul ou oeste da cidade do Rio de Janeiro (30%) e outros bairros formais também da zona sul (30%) ou oeste (22%) da cidade. Sete por cento dos proprietários de fora do Vidigal viviam em outro bairro formal da zona norte da cidade, outros 7% em outra cidade da região metropolitana e 4% em outro país. Entre os estabelecimentos pesquisados, 59% são negócios de base familiar, ou seja, onde trabalham juntos membros de um mesmo núcleo familiar. Além disto, 51% destes estabelecimentos não possuem nenhum funcionário externo contratado, sendo seu quadro restrito a esta rede familiar.

Dos proprietários migrantes, 71% são migrantes interestaduais, ou seja, oriundos de fora do estado do Rio de Janeiro; 13% são oriundos de outra cidade dentro deste mesmo estado, 9% de outro bairro da cidade do Rio de Janeiro, 6% de outro país e apenas 1% de outras favelas da cidade. Os migrantes responsáveis pela manutenção do comércio local são essencialmente nordestinos. Entre os proprietários que vieram de fora do estado do Rio de Janeiro, 63% são da região nordeste e 29% da região Sudeste. Os outros 9% se dividem entre regiões sul, norte e centro oeste.

O que a análise do tempo de moradia dos proprietários migrantes no Vidigal nos mostra é que o comércio local é predominantemente administrado por moradores bastante antigos do morro. Somente 13% dos proprietários entrevistados havia se mudado para o local menos de seis anos antes da realização deste levantamento, que ocorreu no segundo semestre de 2018. Ou seja, 13% dos proprietários migrantes havia se mudado para o Vidigal após o processo de pacificação. Ao mesmo tempo, 23% dos proprietários migrantes passaram a morar no morro entre 6 e 15 anos antes da data da entrevista (ou seja, entre os anos 2003 e 2012), enquanto os outros 65% vivem no morro há mais de 15 anos.

Apesar do aumento no movimento de turistas no Vidigal, principalmente no período entre a pacificação e os Jogos Olímpicos de 2016, o comércio local é essencialmente movimentado por moradores.

Entre os estabelecimentos entrevistados, 57% declararam ter uma clientela restrita a moradores locais, 13% possuem uma clientela formada predominantemente por moradores locais e uma pequena parte de turistas, enquanto somente 10% declararam que sua clientela é formada predominantemente por turistas. Outros 20% dos entrevistados declararam possuir uma clientela mista entre moradores do Vidigal, moradores de outros bairros e favelas e turistas. Quando questionados se o movimento de turistas possui algum impacto sobre o seu negócio, 63% responderam que o turismo não impacta o seu estabelecimento, enquanto 33% afirmaram sentir em diversos níveis (de forma leve a drástica) o impacto do movimento de turistas em seu negócio.

O mercado de aluguel de pontos comerciais no Vidigal é bastante forte. Cinquenta e três por cento dos estabelecimentos comerciais entrevistados funcionam em espaços alugados, quase o dobro do percentual de imóveis residenciais alugados no morro. O alto percentual de pontos comerciais alugados no Vidigal é um fator importante que ajuda a manter o comércio local tão dinâmico. Da mesma forma como nos imóveis residenciais, os contratos de locação de pontos comerciais são, em sua maioria, informais e com poucas exigências contratuais, o que facilita o movimento de abertura e fechamento de comércios de forma muito rápida.

A análise dos resultados da pesquisa de caracterização do comércio local nos mostra que o Vidigal é marcado pela presença de um comércio ao mesmo tempo antigo, consolidado e extremamente dinâmico, que passou por um considerável processo de crescimento no período 2012-2015. Se, por um lado, a maior parte do crescimento do número de estabelecimentos comerciais e de serviço em funcionamento neste período se deu por conta do aumento dos negócios voltados para suprir as demandas de consumo dos próprios moradores locais, é importante notar que os tipos de estabelecimentos que apresentaram maior crescimento em termos percentuais foram as chamadas *guest houses* ou *hostels*³ e os espaços de en-

3 Uma *guest house* é um tipo de acomodação caracterizada como “hotel de baixo custo”, muitas vezes uma casa particular convertida em casa de hospedagem. Um *hostel* ou albergue é tipo de acomodação caracterizado pelos preços baixos e pela socialização entre os hóspedes, podendo estes ser acomodados em quartos privativos ou coletivos. No Vidigal, verificamos a existência de uma gama bastante heterogênea de estabelecimentos de hospedagem. Trata-se de estabelecimentos que vão desde um formato *guest house* a outros que se caracterizam mais como *hostels* ou albergues. Dada a impossibilidade de classificar cada uma das propriedades levantadas, chamaremos todas de *hostel*.

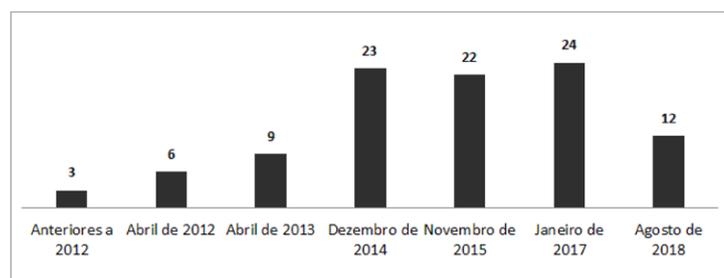
tretenimento voltados para um público externo ao morro.

Se em 2012 o Vidigal possuía apenas um estabelecimento de entretenimento voltado a um público que não os moradores locais (a Casa Alto Vidigal, que inicia suas atividades como *guest house* e casa noturna ainda antes da instalação da UPP local), em janeiro de 2017 havia no Vidigal ao menos oito estabelecimentos deste tipo, um aumento de cerca de 700% em cinco anos. Ao mesmo tempo, enquanto o período pré-pacificação contava com apenas três *hostels* em funcionamento no morro, em janeiro de 2017 havia 24 estabelecimentos deste tipo no local, um número oito vezes maior. O que estes dados indicam é que, para além de um processo de crescimento do comércio voltado para suprir as necessidades dos moradores locais, o Vidigal também passou por um forte processo de turistificação⁴ no período pós-pacificação.

O VIDIGAL E A EMERGÊNCIA DE UM NOVO MOVIMENTO DE TURISMO LOCAL

No ano de 2010, somente três estabelecimentos do tipo *hostel* estavam em funcionamento no Vidigal. Já em abril de 2012, três meses após a instalação da UPP local, foram levantados seis estabelecimentos deste tipo no morro. Em dezembro de 2014, este número já era 23, mantendo-se próximo a isto até janeiro de 2017, possivelmente ainda como um reflexo do período pós-Olimpíadas de 2016. Em agosto de 2018, por sua vez, somente 12 destes estabelecimentos afirmaram ainda estar em funcionamento (Gráfico 2).

Gráfico 2: Número de hostels em funcionamento no Vidigal no período 2012-2018



Fonte: Dados coletados pela autora e mapeamento “Vidigal 100 Segredos”.

Treze estabelecimentos de hospedagem responderam à nossa pesquisa em agosto de 2018. Destes treze, dez ainda se encontravam em funcionamento

⁴ O conceito de “turistificação” é utilizado para caracterizar fenômenos de (re)ordenamento ou (re)adequação de determinados espaços em função do interesse turístico.

e três já haviam encerrado totalmente suas atividades. Desta amostra, 69% eram residências que foram adaptadas para funcionar como *hostel*, 23% foram construídos para funcionar como tal e 8% eram pontos comerciais que foram adaptados para receber o *hostel*. Ao mesmo tempo, 62% destes negócios declararam ser um empreendimento de base familiar, ou seja, administrado por membros de um mesmo núcleo familiar. Estes mesmos 62% não possuíam nenhum funcionário contratado além dos próprios membros destas famílias.

Quando analisamos a origem dos proprietários dos *hostels* entrevistados, percebemos que 38% destes eram os chamados “crias” locais, ou seja, pessoas nascidas e que sempre viveram no morro. Outros 46% dos estabelecimentos desse tipo tinham como proprietários migrantes que viviam no Vidigal na data da entrevista, 8% eram emigrantes, que nasceram no morro, mas que já não viviam mais no local, e 8% eram proprietários que nunca viveram no morro. Setenta e sete por cento dos *hostels* estavam localizados em imóveis próprios, contra 23% de imóveis alugados.

O que as características acima apontam é que o modelo de estabelecimento de hospedagem que passa por um alto crescimento no período 2012-2017 no Vidigal é predominantemente informal, formado em sua maior parte por imóveis adaptados pelos próprios moradores locais com a finalidade de garantir uma renda extra diante do aumento da procura do Vidigal como destino de hospedagem de curta e média duração. Por outro lado, há um movimento paralelo de agentes externos e de maior poder aquisitivo que passaram também a investir neste tipo de estabelecimento no local, o que é o caso do hotel boutique Mirante do Arvrão, o Alto Vidigal Guesthouse, Da Lage, Hostelzinho e Favela Experience.

A nosso ver, o alto crescimento no número de estabelecimentos neste formato no morro é influenciado por quatro fatores principais: a popularização dos estabelecimentos informais de hospedagem no estilo *guest house* e *hostels*, a instalação da Unidade de Polícia Pacificadora Vidigal-Chácara do Céu, a iminência dos grandes eventos esportivos – Copa do Mundo de 2014 e Olimpíadas de 2016 – e as especulações em torno da possibilidade de implementação de um ousado projeto de transformação do Vidigal em um polo de turismo de realidade, projeto desenhado pelo alemão Rolf Glaser e sobre o qual discutiremos no tópico a seguir.

O fim dos megaeventos esportivos, a crise da política de pacificação, a crise política e econômica nacional e o início da guerra na Rocinha em 2017 (com a consequente troca de comando do tráfico também no Vidigal e o retorno dos confrontos armados neste

local) foram alguns dos fatores que levaram a uma drástica redução no número de *hostels* em funcionamento no morro. Seis meses após o fim das Olimpíadas, o Vidigal ainda vivia os reflexos do auge do seu boom de estabelecimentos de hospedagem com 24 *hostels* ainda em funcionamento. Em agosto de 2018, por sua vez, somente doze estabelecimentos confirmaram ainda estar recebendo hóspedes. Destes doze, apenas quatro mantinham suas atividades da mesma forma como faziam anteriormente: recebendo somente hóspedes diaristas. Os outros oito precisaram adaptar seu modo de funcionamento e passaram a alugar seus quartos também para mensalistas ou a oferecer espaços de *coworking*, o que é o caso do antigo Favela Experience, que se tornou o espaço Nova Era Coliving e Coworking.

O “EFEITO ALEMÃO” E OS RESQUÍCIOS DE UM PROJETO DE TURISTIFICAÇÃO

O novo movimento de turistificação pelo qual passou o Vidigal e outras favelas da zona sul da cidade do Rio de Janeiro, principalmente no período pós-2008, ocorre em função da convergência de uma série de fatores. No entanto, um caso emblemático e pouco mencionado nos trabalhos que discorrem sobre o assunto merece atenção, principalmente por conta dos impactos causados no morro do Vidigal.

No ano de 2008, começa a ser implementado no Vidigal um ousado projeto que previa a transformação do morro em um polo de turismo de realidade. O projeto, intitulado Vidigal Feliz, era encabeçado pelo alemão Rolf Rudiger Glaser, dono de uma das maiores casas de câmbio da Europa Ocidental e com um histórico de atuação no mercado imobiliário de luxo. A chegada de Glaser aos poucos começou a pressionar os preços do mercado imobiliário do Vidigal. Barracos antes avaliados em cerca de R\$ 5 mil foram arrematados por valores três ou quatro vezes mais altos pelo alemão. Rapidamente, inicia-se uma certa especulação midiática por conta da ousadia de seu projeto.⁵ Rolf procurava um novo e

potencial *rent gap*.⁶

Para o Arvrão,⁷ o projeto previa um hotel, restaurante, bares, uma galeria de exposições permanente de artistas locais e um museu sobre a história do Vidigal. Na região conhecida como Fogueteiro, Glaser chegou a comprar um restaurante chamado Cantinho, cujos planos era continuar sendo restaurante, mas de luxo. O projeto previa ainda a construção de mais um hotel, uma espécie de pousada ecológica que ficaria localizada no meio de uma área de mata. Para o meio do morro estava prevista a construção de lavanderia, padaria, cafeteria e ateliê de moda. Para a parte baixa: *hostel*, loja de sucos e bistrô. O projeto previa ainda uma ONG, que funcionaria como um centro de especialização profissional em hotelaria e turismo para formação de moradores locais. A previsão era que cerca de 50 famílias adaptassem suas casas e passassem a oferecer um sistema *bed & breakfast*, onde o visitante paga por cama e refeição. O montante inicialmente previsto de investimentos girava em torno de 50 milhões de euros, que Rolf pretendia arrecadar em parte de investidores europeus e norte-americanos.

No Arvrão, Glaser começa sua empreitada de investimentos. Até novembro de 2008, quinze das dezessete casas que o alemão havia comprado estavam localizadas no entorno desta região. Ao todo, sessenta imóveis foram adquiridos para a execução do projeto. Glaser chegou a investir um milhão e duzentos mil dólares no Vidigal. Após um ano de projeto, muitos dos imóveis comprados já haviam sido demolidos e as obras de construção já estavam se iniciando quando sofreram embargo pela Secretaria Municipal de Urbanismo (SMU). Segundo a prefeitura, Rolf teve suas obras embargadas por não ter solicitado licença junto à SMU. O alemão recebeu orientação para se regularizar e abriu dois processos de solicitação de licença, mas não apresentou projeto completo, somente croquis.

6 A teoria do *Rent Gap* (“renda diferencial” ou “diferencial de renda”, em tradução livre) foi desenvolvida pelo geógrafo Neil Smith para explicar o movimento de saída de capital para a periferia de alguns centros urbanos norte-americanos nas décadas de 1970 e 1980 e a posterior gentrificação de áreas centrais. Nas palavras de Smith (1996, p.65, em tradução livre), o *rent gap* seria “a disparidade entre o nível de renda da terra potencial e a real renda da terra capitalizada sob o seu uso atual da terra”. É da existência destes *rent gaps* que emergem maiores oportunidades econômicas de lucro em transações fundiárias.

7 Região localizada no topo do Vidigal e famosa por possuir uma das melhores vistas do morro. A área ficou conhecida como tal por conta da existência de uma árvore de grande porte que marca a paisagem local. Durante muito tempo, o Arvrão funcionou como ponto de execução para grupos ligados ao tráfico.

5 O projeto Vidigal Feliz foi bastante divulgado em jornais de grande circulação do Rio de Janeiro e da Alemanha. Inúmeras foram as matérias jornalísticas que falavam da ousadia do projeto do alemão. Na capa da revista *O Globo* n. 235 de 25 de janeiro de 2009, sob o título “O morro tem vez”, a revista apresentava “o projeto do alemão que resolveu transformar o Vidigal em polo turístico”. O jornal alemão *BZ Journal*, de 15 de fevereiro de 2009, trazia a matéria “*Der Gute Berliner von Rio*”, que também apresentava as ideias do alemão para transformar o morro do Vidigal.

Depois de perceber que precisaria enfrentar uma grande burocracia para executar o seu projeto, Rolf desistiu de seguir. O alemão, que havia causado um turbilhão no mercado imobiliário do Vidigal, começou a se desfazer dos imóveis que havia comprado. O ousado projeto de turistificação do Vidigal havia fracassado, mas não sem deixar um grande impacto no morro.⁸

Andreas Wielend, um surfista austríaco interessado em fugir dos altos preços dos aluguéis de Ipanema, foi o primeiro a comprar, em 2009, um dos imóveis localizados no Arvrão que havia pertencido a Rolf. Wielend construiu no Arvrão o que se tornaria depois a Casa Alto Vidigal, um dos primeiros *hostels* e espaço de festas direcionado a um público externo que não os moradores locais. Enquanto Glaser teve um papel importante na formação de um novo movimento especulativo em torno do potencial turístico do Vidigal, Wielend, por sua vez, inseriu o morro na cena das festas noturnas e dos negócios de entretenimento.

Ao mesmo tempo, o arquiteto Hélio Pellegrino, que havia se tornado um dos braços do alemão no projeto Vidigal Feliz, assumiu para si a missão de levar adiante o plano de construir um hotel de alto padrão no morro. Pellegrino foi quem comprou um dos terrenos que havia pertencido a Rolf. Posteriormente, ele se juntou ao empresário Antônio Rodrigues, dono da rede de botecos Belmonte, para construir o que hoje é o hotel boutique Mirante do Arvrão, que foi a primeira filial da rede Belmonte em uma favela do Rio de Janeiro.

Alguns dos terrenos que antes pertenciam a Rolf foram vendidos para investidores externos com a expectativa de consolidação do Vidigal como a nova “favela cool” do Rio de Janeiro. Outros terrenos foram simplesmente doados à Associação de Moradores ou vendidos a baixos preços para moradores locais. A instalação da UPP Vidigal-Chácara do Céu, em 2012, trouxe ainda mais expectativas sobre o potencial turístico local e chamou atenção de novos investidores. Os imóveis do Arvrão logo atraíram novos interessados. Os empresários Marcos e Gilda Bran-

8 Em Bonamichi (2016), apoiados em dados da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (FIPE) e portal ZAP Imóveis (índice FIPE / ZAP), mostramos que o Vidigal foi a área que apresentou a maior taxa de crescimento nos preços de venda de imóveis no período 2008-2015 entre todos os bairros da cidade do Rio de Janeiro. Se a rápida inflação nos preços de compra e venda de imóveis foi um processo generalizado entre as áreas que receberam uma Unidade de Polícia Pacificadora no período pós-2008 (como apontam Mandel e Frischtak, 2012), o Vidigal passou por um duplo processo de inflação nos preços de seus imóveis em função do movimento especulativo iniciado pelo projeto Vidigal Feliz ainda antes da instalação da UPP local.

ção foram dois deles. Juntos, mãe e filho abriram o Bar da Laje, um dos bares mais famosos do morro.

O projeto de Rolf de transformar o Vidigal em um polo turístico deu frutos: despertou o interesse de outros investidores. Parte das transformações observadas na região do Arvrão nasce do projeto de turistificação não implementado por Rolf. Se o alemão não conseguiu levar adiante sua ideia de transformar o Vidigal em um complexo turístico, ao menos deu o pontapé inicial e abriu caminho para um número considerável de outros estabelecimentos se instalarem, levando a região a um intenso processo de transformação de usos e de padrão construtivo de parte das edificações nela localizadas.

TURISTIFICAÇÃO E GENTRIFICAÇÃO TURÍSTICA: COMPREENDENDO OS FENÔMENOS EM QUESTÃO

Se o que a nossa pesquisa aponta é que o Vidigal possui um comércio local pouco dependente do movimento de turistas no morro, o intenso crescimento no número de estabelecimentos de hospedagem e o processo de transformação pelo qual passa a região do Arvrão ganham relevância como fenômeno urbano diante da intensidade das transformações que geraram no morro. Por este motivo, destinamos este tópico a um breve debate que visa a avançar na compreensão dos fenômenos em questão.

O período pós-pacificação é marcado por algumas mudanças na posição do Vidigal na economia do turismo da cidade do Rio de Janeiro. De um movimento turístico caracterizado predominantemente como de passagem e formado por grupos que subiam para conhecer o morro ou fazer a trilha Dois Irmãos, o Vidigal passou a um potencial destino de hospedagem de baixo custo frente aos altos preços praticados nos demais bairros da zona sul da cidade. Ao mesmo tempo, o Arvrão se consolidou como o que chamaremos aqui de um polo de turismo de experiência e entretenimento.⁹ Um novo fluxo de turistas passou a ser comum no morro, e este novo fluxo possui um papel importante nas transformações socioespaciais observadas na região do Arvrão e na transformação de um número considerável de residências locais em *hostels*.

9 Os serviços oferecidos pela maior parte dos estabelecimentos instalados no Arvrão no período pós-2009 se baseiam no entretenimento apoiado na “experiência da vida na favela”. Como exemplo, podemos citar aqui o samba com feijoada na laje e as festas de funk oferecidas pelo Bar da Laje e Mirante do Arvrão. A este tipo de movimento chamaremos aqui de “turismo de experiência e entretenimento”.

A figura do turista é compreendida aqui não como algo efêmero, mas como um agente que produz a cidade a partir de suas práticas socioespaciais (Hiernaux e González, 2014). Nesta perspectiva, o turismo assume um papel importante na produção e na transformação econômica, social e cultural de territórios locais. Por este motivo, vamos ao encontro do que defende Richards (2014) quando afirma que um dos impactos da emergência e do fortalecimento de uma economia compartilhada do turismo foi a formação do que chamou de “novas geografias do turismo”. Se durante muito tempo a indústria do turismo foi marcada principalmente pela atuação de agências formais, a economia compartilhada do turismo passou a permitir que pessoas comuns se conectassem diretamente a turistas potenciais. A emergência de novos agentes não necessariamente conectados à indústria formal do turismo levou a uma nova forma de se produzir espaços para o consumo turístico.

No Vidigal, o que observamos é que o período 2012-2016 foi marcado pela emergência de novas formas autônomas, redes de hospedagem e negócios locais voltados para atender ao aumento da demanda por hospedagem no morro. Este movimento foi liderado em parte por investidores externos, mas em sua maioria pelos próprios moradores locais. Por outro lado, ainda que a presença de investidores externos no morro não tenha sido quantitativamente expressiva diante da dimensão e força do sólido comércio local, como colocado anteriormente, este movimento resultou em transformações drásticas principalmente na região do Arvrão em um processo que apresenta algumas características de um fenômeno de gentrificação turística.

Alguns estudos apontam como processos de turistificação de espaços urbanos podem resultar na expulsão compulsória de moradores locais em fenômenos que apresentam muitas características do que tem sido historicamente descrito como um processo de gentrificação (COCOLA-GANT, 2015; GOTHAM, 2005; JANOSCHKA, SEQUERA, 2014). O conceito “gentrificação turística” foi proposto por Gotham (2005) na tentativa de iluminar as conexões entre processos de turistificação de espaços urbanos e a gentrificação dos mesmos. Gotham utiliza este conceito para caracterizar processos de transformação de territórios populares em espaços para consumo turístico. Esse fenômeno é marcado por mudanças socioespaciais e pela emergência de estabelecimentos direcionados ao entretenimento e ao turismo, de maneira que moradores e comércios locais passam a ser gradualmente substituídos.

Por outro lado, enquanto processos de gentrificação são caracterizados como um movimento levan-

do a cabo por segmentos de classe média alta que produzem impactos em áreas populares a partir da compra de imóveis locais para fins residenciais, um fenômeno de turistificação pode ser considerado um processo muito mais multifacetado promovido tanto por agentes locais quanto transnacionais, com o objetivo de transformar espaços para o consumo turístico (SEQUERA; NOFRE, 2018). Neste sentido, as mudanças socioespaciais levadas a cabo em processos típicos de turistificação não necessariamente derivam de um antagonismo de classe ou de um processo de substituição de população local por camadas populacionais de mais alta renda. Os agentes “turistas” compõem um grupo socioeconômico e culturalmente não homogêneo e, por isso, impossível de se encaixar dentro de uma categoria social de classe. Em alguns casos, o fluxo de turistas que predomina em um determinado espaço é formado muito mais por grupos sociais de renda média e média baixa oriundos do próprio país visitado do que pertencentes a grupos de alta renda ou estrangeiros (idem, 2018).

Por outro lado, quando o turismo é utilizado como estratégia para a revitalização econômica e urbanística de espaços urbanos, os resultados são, muitas vezes, fenômenos que apresentam características mistas de processos de gentrificação turística, comercial e residencial e que alteram a forma de produção e de consumo de determinados espaços urbanos, estabelecendo novas lógicas e também novos conflitos locais.

O início da implementação do projeto Vidigal Feliz levou a região do Arvrão a um processo que apresenta algumas características de um fenômeno de gentrificação turística: hiperinflação nos preços do solo, expulsão de moradores locais (para fora e para outras localidades dentro da própria favela) e drástica transformação da paisagem arquitetônica local. A não implementação do projeto Vidigal Feliz não impediu que a transformação do Arvrão fosse levada adiante por outros empreendedores externos, resultando em alterações intensas na paisagem local e na emergência daquele espaço como um polo de turismo de entretenimento.

Neste processo, a expulsão de moradores locais se dá de forma direta através da substituição de usos residenciais por usos comerciais (ou de usos comerciais por outros perfis comerciais), mas também de forma indireta a partir da implementação de novas dinâmicas de consumo nestes espaços. O processo pelo qual passou o Arvrão foi essencialmente um processo de substituição de edificações residenciais por estabelecimentos de entretenimento notadamente voltados para turistas e moradores externos ao Vidigal. Os novos empreendimentos instalados nesta região eram voltados inicialmente à hospedagem e ao entreteni-

mento (eventos musicais, festas noturnas e diurnas e bares). Após o fim das Olimpíadas de 2016, a maior parte destes estabelecimentos passou a focar mais nas atividades de entretenimento, e alguns chegaram a cessar suas atividades de hospedagem. Depois desse período, somente o hotel boutique Mirante do Arvrão manteve suas atividades de hospedagem. Tanto o Bar da Lage quanto a antiga Casa Alto Vidigal cessaram suas atividades como *hostel* para focar somente em eventos e bar.

As transformações ocorridas na região do Arvrão nos últimos anos resultaram em um duplo processo de expulsão de moradores locais. Observamos casos de expulsão direta de moradores que venderam suas casas para se tornarem bares, *hostels* e casas de eventos, mas também casos de expulsão indireta, com moradores que decidiram se mudar da região em função do aumento no movimento de pessoas e do barulho das festas que passaram a acontecer no local após a consolidação deste como um polo de entretenimento.

Neste aspecto, é interessante o que coloca Marcuse (1985) quando defende que a “expulsão” como um movimento de deslocamento residencial involuntário, onde antigos moradores locais são forçados a deixar suas residências, é somente uma forma direta de expulsão. Marcuse defende que este processo afeta também, de uma forma ou de outra, aqueles que ficam. O autor sugere que os movimentos de expulsão direta são muitas vezes acompanhados de processos que ele chama de “*exclusionary displacement*” e “*pressure of displacement*” (ou “substituição excludente” e “pressão por substituição”, em tradução livre). Por substituição excludente, Marcuse entende a impossibilidade de determinadas camadas populacionais de acessar áreas antes acessíveis a elas, enquanto a pressão por substituição se refere à falta de acesso a serviços e produtos após sofrerem um encarecimento como consequência de processos de gentrificação comercial. A pressão por substituição transforma determinados espaços urbanos em áreas cada vez mais difíceis de se viver para os grupos que historicamente ocupavam aqueles espaços.

Neste sentido, acreditamos que se aplica ao fenômeno observado na região do Arvrão a expressão “*loss of place*” (ou “perda de lugar”, em tradução livre). Esta expressão é utilizada por Davidson (2008, 2009) e Davidson e Lees (2010) (apud Cocola-Gant, 2015) para definir o que eles defendem ser uma forma de “deslocamento” indireto e forçado do lugar socialmente construído pelos moradores locais. Este processo ocorre através da colonização destes espaços por camadas social, cultural e economicamente distintas e eles. No Arvrão, esta “perda de lugar” se deu tanto para o tráfico, cujo uso do local como ponto

de extermínio refletia a presença e o domínio de um determinado grupo sobre aquele espaço, quanto para parte dos demais moradores locais.

Por outro lado, se o Arvrão passou por um intenso processo de transformação de usos e na sua paisagem arquitetônica nos anos que seguiram a pacificação, não podemos dizer que este processo ocorreu com a mesma intensidade nas outras áreas do morro. Nas demais áreas, o que observamos foi um aumento considerável no número de estabelecimentos comerciais, alguns deles voltados para atender a um público externo ao Vidigal (como restaurantes, cafés e principalmente *hostels*), mas a maior parte voltada para a oferta de serviços de primeira necessidade que atendiam principalmente às demandas dos moradores locais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No Vidigal, o período 2012-2016 é marcado por um aumento expressivo no número de estabelecimentos comerciais e de serviços em funcionamento no morro. Tal movimento apresenta duas características principais: o grande crescimento do número de estabelecimentos comerciais e de serviços de primeira necessidade que atendiam principalmente às demandas dos moradores locais e o aumento considerável no número de estabelecimentos de hospedagem no modelo *guest house / hostels* e espaços de entretenimento voltados para turistas e grupos externos que não os moradores locais.

A nosso ver, tais transformações ocorrem principalmente em decorrência de quatro fatores: o avanço nos indicadores de distribuição de renda e postos de trabalho direcionados às classes localizadas na base da pirâmide social brasileira no período 2003-2014; a instalação da UPP local em 2012; a iminência dos megaeventos esportivos Copa do Mundo de 2014 e Olimpíadas de 2016; as especulações em torno da possibilidade de transformação do Vidigal em um polo de turismo de realidade prevista pelo projeto Vidigal Feliz.

Os processos descritos acima são levados a cabo principalmente por dois grupos de agentes: por um lado, a figura do próprio morador local que, atraído pela expectativa de geração de renda e pela aceleração do consumo local, investe em pequenos negócios de hospedagem e/ou serviços de primeira necessidade. Ao mesmo tempo, e quantitativamente menos expressivo, observamos também um outro grupo de agentes externos ao morro e de poder aquisitivo mais elevado que passou a enxergar o Vidigal como um investimento potencial.

O processo de turistificação pelo qual passou o

Vidigal neste período pode ser visto como um fenômeno de três vias: primeiramente, observamos uma drástica transformação de usos e na paisagem arquitetônica e construtiva na região do Arvrão, em um fenômeno que apresenta características de um processo de gentrificação turística; em segundo lugar, observamos a emergência do Vidigal como uma alternativa de hospedagem de baixo custo, o que inseriu o morro em uma rede de economia compartilhada do turismo, trouxe novos fluxos e a emergência de mais de duas dezenas de novos estabelecimentos voltados para este tipo de serviço; em terceiro lugar, há uma intensificação do movimento de “turistas de passagem”, aqueles que passavam apenas algumas horas no morro, seja para conhecê-lo, para fazer a trilha do morro Dois Irmãos ou para visitar os novos estabelecimentos localizados no Arvrão.

Por outro lado, a crise da segurança pública do Rio de Janeiro, a troca de comando do tráfico local, o fim dos megaeventos esportivos e a crise político-econômica brasileira, que se intensifica principalmente no período pós-2015, são alguns dos fatores que podem ter contribuído com o que consideramos ser uma (re)organização de processos de transformação socioeconômica e espacial iniciados no período de quatro anos que seguiram a pacificação local. O período 2016-2018 é marcado pelo início de uma retração no número de estabelecimentos em funcionamento no morro e pelo fechamento de mais da metade dos estabelecimentos de hospedagem abertos no local. Por outro lado, as transformações pelas quais passou a região do Arvrão permanecem. O Arvrão resiste em sua ressignificação: de campo de extermínio de grupos ligados ao tráfico a polo de turismo de entretenimento.

REFERÊNCIAS

- BONAMICHI, Nayana Corrêa. **Favela on sale:** regularização fundiária e gentrificação de favelas no Rio de Janeiro. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional) – Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.
- _____. **Perfil socioeconômico e comercial do Vidigal.** Boletim informativo de pesquisa (Doutorado). São Paulo, 2019. 53 f.
- CARVALHO, Laura. **Valsa brasileira:** do boom ao caos econômico. São Paulo: Todavia, 2018.
- CÓCOLA-GANT, A. **Tourism and commercial gentrification.** Paper presented at the RC21 International Conference on “The Ideal City: between myth and reality. Representations, policies, contradictions and challenges for tomorrow’s urban life” Urbino (Italy) 27-29, 2015.
- GOTHAM, Kevin Fox. **Tourism Gentrification: The Case of New Orleans’ Vieux Carre (French Quarter).** *Urban Studies*, Vol. 42, No. 7, 1099–1121, June, 2005.
- HIERNAUX, D; GONZALEZ, C. I. Turismo y gentrificación: pistas teóricas sobre una articulación. *Revista de Geografía Norte Grande* 58: 55–70, 2014.
- JANOSCHKA, M.; SEQUERA, J. Procesos de gentrificación y desplazamiento en América Latina: una perspectiva comparativista. In: **Desafíos metropolitanos.** Un diálogo entre Europa y América Latina, Juan José Michelini (coord.),. Madrid: Catarata 2014, p. 82-104.
- MANDEL, Benjamim R. FRISCHTAK, Claudio. **Crime, House Prices and Inequality:** The Effects of UPPs in Rio. Federal Reserve Bank of New York. Staff Report no 542. Rio de Janeiro, 2012.
- MARCUSE, P. Gentrification, abandonment, and displacement: Connections, causes, and policy responses in New York City. *Journal of Urban and Contemporary Law*, 28, 195-240, 1985.
- MEDEIROS, Bianca Freire. A favela que se vê e que se vende: Reflexões e polêmicas em torno de um destino turístico. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. Vol. 22 nº. 65. Out. 2007.
- POCHMANN, Marcio. **Nova classe média?** O trabalho na base da pirâmide social brasileira. São Paulo: Boitempo, 2012.
- RICHARDS, G. **The New Geographies of Tourism:** Space, Place and Locality. Paper presented at the Wageningen Geography Lectures, 13th January, 2014.
- RÜDIGER GLASER, Rolf. **Doctoral research about Vidigal transformations** [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por mnbona@gmail.com em 27 ago. 2018.
- SEQUERA, Jorge. NOFRE, Jordi. **Shaken, not stirred:** New debates on touristification and the limits of gentrification. City, 2018.
- VIDIGAL 100 SEGREDOS. **Mapa de bairro.** Mapeamento dos estabelecimentos comerciais e de serviço em funcionamento no Vidigal. Edições 1 a 5. 2012 a 2017. ■

Paulo Roberto Rodrigues Soares

Produção do espaço urbano, financeirização e gestão urbana nas metrópoles e cidades na atualidade

Resumo

O artigo trata do atual processo de produção das cidades e metrópoles apontando sua dependência aos processos de globalização e financeirização. Observa-se como ambos têm levado ao avanço da mercantilização e privatização dos espaços urbanos. As consequências destes processos na gestão urbana e na própria produção das cidades são analisadas. Por fim, trata-se das resistências e alternativas de produção das cidades de modo que estas sejam social e espacialmente justas para todos os habitantes.

Globalização

Financeirização

Metropolização

Gestão urbana

Justiça espacial

Abstract

The article deals with the current process of production of the cities and metropolises, pointing out their dependence on the processes of globalization and financialization. It is observed how both have led to the advance of the commodification and privatization of urban spaces. The consequences of these processes in urban management and in the cities production are analyzed. Finally, we deal with the resistance and alternatives to the production of cities, seeking they are socially and spatially just for all inhabitants.

Globalization

Financialization

Metropolization

Urban management

Spatial justice

No mundo globalizado, metrópoles e cidades se confrontam com um conjunto de transformações, socioespaciais, relacionadas a um novo ciclo econômico de produção do espaço que está alterando características importantes da sua morfologia urbana. Dois dos componentes mais importantes da morfologia das cidades, os espaços habitacionais e os equipamentos comerciais e de serviços, estão sofrendo mudanças significativas em termos de sua arquitetura e localização.

Estas mutações são sintomas de processos mais gerais e profundos de transformação das nossas metrópoles e cidades. Nossas, no sentido de brasileiras e latino-americanas, pelo menos aquelas inseridas nas redes que as conectam aos fluxos dos circuitos hegemônicos da rede urbana global.

Assim, o objetivo deste artigo¹ é analisar as origens, ou, pelo menos, a influência de forças econômicas, políticas e sociais mundializadas no processo de produção de nossos espaços urbanos. Partimos, então, conforme nos foi proposto pelo IAB-RS, de uma pergunta clássica, já realizada e respondida por diversas perspectivas teóricas e filosóficas, especialmente do campo considerado como da teoria crítica: “quem manda nas cidades?”²

Antes de começar a respondê-la poderíamos acrescentar a esta pergunta outras mais, que orientarão nossa argumentação ao longo deste ensaio: quem manda no estado (RS), no país (Brasil), na América Latina e no mundo atualmente?

Poderíamos responder nos referindo a tendências políticas, entre as que dominam os principais países do mundo *geopoliticamente* falando. No caso, nos dias atuais temos os chamados “populismos” de direita ou de extrema direita, nos Estados Unidos, na Europa e (infelizmente) na América Latina. Mas como consideramos que o poder político não é exercido simplesmente como “coação” ou dominação, estando estreitamente vinculado ao poder econômico

co, preferimos nos referir a uma fração do capital ou força econômica: o capital financeiro.

O CAPITAL FINANCEIRO, O REGIME DE ACUMULAÇÃO PREDOMINANTEMENTE FINANCEIRO

O processo de globalização, especialmente após o período de reestruturação do capitalismo fordista, fomentou a desregulação da economia capitalista e o crescimento do poder das finanças na escala planetária. François Chesnais definiu a “mundialização do capital” como a “nova etapa de desenvolvimento do capitalismo mundial”. Nesta, “as formas mais concentradas do capital – capital financeiro predominantemente industrial ou capital de investimento financeiro puro” – avançam sobre “um campo de operações e de um espaço de dominação” que se estende sobre a totalidade do planeta, trazendo consigo o novo “regime de acumulação predominantemente financeiro” (CHESNAIS, 2001, p. 8 e 16).

Assim, podemos afirmar que as tendências do capitalismo mundial nos últimos trinta anos são: neoliberalismo, globalização e financeirização. Esta última pode ser interpretada a partir de diferentes significados, desde a expansão do volume e da abrangência geográfica das transações financeiras e dos novos produtos financeiros, até a crescente dominância no poder político e econômico do mercado de capitais, dos bancos e das classes rentistas, estas últimas com repercussões na produção imobiliária, o que aproxima a financeirização da análise do urbano e das cidades.

Hoje, o capital financeiro apresenta um volume nunca alcançado na história do planeta: o volume da riqueza financeira mundial já representa cerca de 3,5 vezes o Produto Interno Bruto (PIB) da economia “real”. Sendo que este que já inclui as atividades financeiras no setor terciário. Considerando um PIB mundial de 85,8 trilhões de dólares em 2018, segundo o Banco Mundial, chegamos aos 300 trilhões de dólares de riqueza financeira, a qual inclui a capitalização de empresas em bolsa, os títulos de dívidas públicas, os títulos de instituições financeiras, de corporações não financeiras, além dos empréstimos securitizados e não securitizados. Por outro lado, a dívida global está próxima dos 250 trilhões de dólares, ou mais de 300% do PIB mundial. Esta dívida global inclui as dívidas dos Estados (a dívida pública), das empresas e das famílias (especialmente a dívida imobiliária).³

1 O artigo apresenta as ideias desenvolvidas na mesa de debates “Desafios para Gestão Pública e Democrática: Quem manda nas cidades?”, organizada pelo Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB-RS) em Porto Alegre no dia 18 de julho de 2019. Participaram do debate o autor e Wrana Panizzi, professora da Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

2 As ideias aqui apresentadas sintetizam diversos debates teóricos do que poderíamos chamar de “estudos urbanos críticos”, desenvolvidos na Geografia e Sociologia urbanas especialmente. Não se trata de um estudo de caso específico, embora façamos referências à metrópole de Porto Alegre. Para uma análise crítica de um caso específico (mas sem deixar de lado a teoria urbana), recomendamos o trabalho de Charles Henrique Voos, **Quem manda na cidade? Poder e rent-seeking urbano**. Curitiba: Appris, 2018.

3 Fontes: Banco Mundial (2019), The McKinsey Global Ins-

Este volume de capital muitas vezes considerado “capital fictício”, dado o seu indomável descolamento da economia real produtora de bens e mercadorias, está transformando a economia e a sociedade, acompanhado de outros processos não menos importantes, como a revolução tecnológica, as transformações do mundo do trabalho, além da própria mundialização ou globalização econômica, que, a despeito das “guerras comerciais” recentes, continuam sua marcha.

Gerald Epstein (2005, p.3), em um esforço de síntese, definiu a financeirização como o crescente papel dos motivos financeiros, dos mercados financeiros, dos atores e das instituições financeiras na operação das economias domésticas e internacionais.

Recentemente, o geógrafo Ricardo Méndez (2018) abordou a financeirização como um fenômeno sistêmico que acompanha, reflete ou reforça outros processos socioeconômicos, com suas repercussões espaciais e territoriais. Entre elas, a revolução tecnológica e das tecnologias da informação e comunicação, a mercantilização das relações sociais e a “racionalização financeira” das diferentes esferas sociais e culturais.

Manuel Aalbers (2019), a partir de diferentes estudos, identifica três aproximações principais nos estudos sobre financeirização: como regime de acumulação, sobre a crescente valorização das ações das empresas e dos impactos desta na vida cotidiana (especialmente com relação ao endividamento). Nestas três aproximações é possível incluir a análise urbana, uma vez que a produção imobiliária é cada vez mais central no processo de acumulação capitalista em muitos países (como ficou evidente na crise econômica de 2008). Além da presença dos capitais financeiros nas empresas construtoras e incorporadoras submetidas, portanto, às lógicas e às racionalidades do capital financeiro, o que rebate na vida cotidiana com o endividamento das famílias em função de hipotecas e financiamentos imobiliários.

A REVOLUÇÃO TECNOLÓGICA E O MUNDO DO TRABALHO

Vivemos também um período de intensa revolução científica tecnológica, no qual se destaca a penetração das novas tecnologias de informação e comunicação em todas as esferas da vida, capitaneadas pela internet e pela generalização dos telefones móveis. Esta introdução está alterando comportamentos, transformando o cotidiano e as relações pessoais e sociais.

Entre os inúmeros exemplos, temos recentemente

a força política das redes sociais digitais, decidindo até mesmo eleições nacionais, questionando e ultrapassando os tradicionais canais de debate político-ideológico, pondo em xeque as grandes estruturas político-partidárias. Também a transmissão de conteúdos culturais e de entretenimento por *streaming* está provocando mudanças no mundo da mídia, abalando as grandes redes tradicionais e introduzindo novos canais e atores, bem como novas formas de interação entre produtores e consumidores de conteúdos.

Mas é no mundo do trabalho que temos as mais importantes transformações. No século XXI, na era do capital financeiro, o trabalho está sendo cada vez mais mediatizado pelas tecnologias de comunicação e informação. Já nas décadas finais do século XX, a “revolução informacional” (LOJKINE, 1995) introduziu o microcomputador no mundo do trabalho, subvertendo o sistema fordista e permitindo a adoção de sistemas flexíveis de produção e o controle do processo produtivo e dos estoques de forma instantânea e remota em sistemas tipo *just-in-time* e *just-in-case*. Hoje temos uma nova forma de controle e gestão do trabalho, via telefones celulares e internet, presente em todos os lugares, e o trabalho intermediado por aplicativos, os quais são criações de empresas globalizadas de alta tecnologia que controlam o trabalho de milhões de pessoas em diferentes países e continentes, impondo sua própria “legislação trabalhista” e modalidades novas de relações de trabalho.

Assim, temos um mundo e processos de trabalho cada vez mais globalizados, individualizados e personalizados, no qual os espaços-tempos são totalmente subsumidos, ou seja, um trabalho em que os tempos tradicionais estão subvertidos, pois desaparecem os “horários de trabalho”, os dias laborais, os finais de semana, os períodos de férias. Assim como os espaços de trabalho: os tradicionais “lugares” de trabalho são substituídos pelo trabalho doméstico (o *home working*), espaços compartilhados (*coworking*). Isso também vale para o tempo-espaço de consumo, que, via internet, pode ser realizado de qualquer lugar e a qualquer momento. As compras via aplicativo, em lojas virtuais e o cartão de crédito permitem que sejamos consumidores *full time*. Vivemos, como trabalhadores e consumidores, no esquema 24/7 demarcado por Jonathan Crary (2014): vinte e quatro horas por dia e sete dias por semana.⁴

Um trabalho cada vez menos material e com relações de produção cada vez menos perceptíveis, embora presentes. Um trabalho precário e sub-remunerado, com o desaparecimento do salário fixo, disfarçado de empreendedorismo, no qual o indivíduo é empreen-

titute (2015) e *Valor Econômico* em 09/06/2019.

⁴ CRARY, J. 24/7: capitalismo tardio e os fins do sono. São Paulo: Cosac Naify, 2014.

dedor de si mesmo, e de economia colaborativa, na qual o trabalhador “colabora” com a empresa que o explora. Trata-se da ascensão do “precariado digital”, como aponta Ricardo Antunes (2018), uma nova modalidade do precariado, que se soma aos milhões de trabalhadores terceirizados e subcontratados que predominam hoje no setor de serviços, mas também cada vez mais presentes no setor industrial.

Ou ainda a “sociedade do desempenho”, na qual os habitantes convertem-se em “sujeitos do desempenho e da eficiência”, e que, ao final, produz a “sociedade do cansaço” (HAN, 2015), de indivíduos esgotados física e (principalmente) psiquicamente pela incessante busca de resultados positivos e superlativos no trabalho.

No plano do capital físico da empresa, das plantas industriais, observamos em uma ponta a grande indústria de tipo enclave, cada vez mais desconcentrada, descolada dos territórios, com flexibilidade e quase total autonomia de localização, além de internamente estar “povoada” por robôs e quase totalmente automatizada. E, ao mesmo tempo, na base, difundem-se as pequenas fábricas, manufaturas submergidas, quase invisíveis, mas superexploradoras da força de trabalho. Pequenas e microempresas inseridas em redes e cadeias globais de produção, nas quais produtos são concebidos em espaços privilegiados (“ilhas de prosperidade”) no “primeiro mundo”, e mercadorias são produzidas em fábricas localizadas nas “bacias de precariedade” do Sul Global. A mais-valia é extraída globalmente e apropriada pelos fundos financeiros, localizados nos distritos financeiros das “world cities”, fundos que frequentemente se convertem em acionistas majoritários das empresas globais.

O CAPITALISMO FINANCEIRO DOMINANDO AS EMPRESAS

Das cinco empresas mais “valiosas” do mundo, segundo a revista *Forbes* (2019), duas não produzem “coisas”, simplesmente (ou não tão simples assim) recolhem, armazenam, gestionam, manipulam e distribuem informação: Google e Facebook. As demais também podem ser consideradas empresas “.com”: Apple, Amazon e Microsoft. Todas com valor de mercado que ultrapassa ou se aproxima dos 100 bilhões de dólares. Somadas em seu valor de mercado, estas empresas ultrapassam 1/3 do PIB brasileiro.⁵

5 BADENHAUSEN, Kurt. As 100 marcas mais valiosas do mundo em 2019. *Forbes*. 22 mai. 2019. Disponível em: <https://forbes.uol.com.br/listas/2019/05/as-100-marcas-mais-valiosas-do-mundo-em-2019/>. Acesso em 15 mar. 2020.

A dominância financeira afeta fortemente as empresas do chamado setor produtivo, que passam a ser dominadas pela lógica financeira. Semanalmente temos anúncios de empresas, especialmente familiares, que se tornam propriedades de fundos de investimento com operação global. As famílias ricas, a clássica burguesia industrial e comercial, se retiram do comando empresarial em favor de gestores profissionais, formados nas *business schools* de prestígio internacional. Abandonam os problemas e as incertezas da gestão em troca dos resultados financeiros. “Guardam” seu patrimônio em *family offices* ou *family funds*, cuja função é preservar e multiplicar o patrimônio familiar, inclusive o patrimônio imobiliário, imóveis e terras. Trata-se de uma forma de “metamorfose da riqueza”, que está menos ancorada na empresa produtora, na produção e venda de mercadorias tangíveis do que na reprodução da esfera financeira, na propriedade da terra, na produção do imobiliário.

O CAPITAL FINANCEIRO DOMINANDO A VIDA COTIDIANA

“A produção econômica passa por um período de transição no qual os resultados da produção capitalista são cada vez mais relações sociais e formas de vida”, apontam Hardt e Negri (2016, p. 153). Ou seja, não se trata apenas da produção e reprodução de relações sociais de produção, trata-se também da produção de racionalidades, de representações do mundo e de mentalidades.

Em “o homem endividado”, Maurizio Lazzarato (2013) analisa como a dívida se torna um componente da vida de homens e mulheres na era da financeirização (a partir dos anos 1970 no chamado Primeiro Mundo). Nos dias atuais, grande parte da população (especialmente as classes médias, o proletariado e os mais pobres) vive e convive com a dívida.⁶ Desde cedo, os jovens de vinte e poucos anos, trabalhadores do precariado já estão endividados. Os baixos salários do setor de serviços levam os trabalhadores a depender do capital financeiro para manter o consumo. O próprio sistema de consumo se mantém assim. Grandes redes de distribuição e do comércio varejista empenham-se mais para que seus clientes adquiram cartões de crédito, do que propriamente pela venda de mercadorias.

A dívida também tem uma função de controle social, o trabalhador endividado é um trabalha-

6 La fábrica del hombre endeudado: ensayo sobre la condición neoliberal. Buenos Aires-Madrid: Amorrortu Editores, 2013.

dor moralmente domesticado, temeroso de perder seu emprego, que é precário, que paga mal, mas que “pelo menos paga”. De acordo com Lazzarato (2013, p. 36), “os capitalistas deslocaram o conflito e o modo de pensar da relação capital-trabalho para credor-devedor”. A dívida traz consigo uma “captura do tempo” do indivíduo e da sociedade, mais do que o tempo de trabalho. Isto não seria possível sem o Neoliberalismo.

As políticas neoliberais, implantadas nos últimos trinta anos garantiram o terreno para a reestruturação do capitalismo, a flexibilização e a precarização. Além de atuarem fortemente na *psicosfera* social contra o que é público, o que é estatal e o espírito coletivo. Atualmente o mais importante, o melhor, é o privado, o individual.

É “a nova razão do mundo”, como apontam Pierre Dardot e Christian Laval, a fábrica do sujeito neoliberal.⁷ A competição, a eficiência, o esforço individual são a tônica do nosso tempo. Segundo eles, “a concepção que vê a sociedade como uma empresa constituída de empresas necessita de uma nova norma subjetiva, que não é mais exatamente aquela do sujeito produtivo das sociedades industriais”. Este é justamente o sujeito neoliberal em formação: “hiper-moderno, impreciso, flexível, precário, fluido, sem gravidade” (DARDOT e LAVAL, 2016, p. 321).

Dois exemplos: a quantidade de concursos e competições que temos nos programas de televisão, especialmente de culinária, mas diversos outros, e a “explosão” do fenômeno do *coaching*, dos “professores” ou “gurus” que nos ensinam como vencer na vida, como trabalhar, se alimentar, emagrecer, se relacionar. “O novo sujeito é o homem da competição e do desempenho. O empreendedor de si é um ser feito para ganhar, ser bem-sucedido” (DARDOT e LAVAL, 2016, p. 353), um “*sujeito de desempenho*, senhor e soberano de si mesmo, submisso apenas a si mesmo” (HAN, 2015, p. 29).

O neoliberalismo é variável, não é monolítico, apresenta diferentes faces, em diferentes tempos e formações sociais.⁸ E tem as suas fases: a fase inicial, nos anos 1980 e 1990, um período de refluxo, nos anos 2000, e agora o seu retorno na forma mais perversa, apoiado nos governos autoritários e protofascistas que brotam pelo mundo afora.

Mas mesmo no período de concessões para os governos de esquerda e centro-esquerda, no cha-

mado “neodesenvolvimentismo”, o neoliberalismo continuou dominando o pensamento econômico, a burocracia estatal e, principalmente, os meios de comunicação, os formadores de opinião e as mentes de grande parte da população, incluindo aqui as classes médias e altas e seu discurso de “competência e meritocracia” e as ascendentes “novas classes médias”, aderentes ao discurso das “teologias da prosperidade” propagado por uma miríade de denominações religiosas empresariais.

O REFLUXO DO CAPITAL PRODUTIVO

Enquanto as finanças avançam, o capital produtivo, submetido à lógica financeira, à lógica do acionista, recua. A indústria de transformação se retrai em termos de formação do PIB mundial, estando hoje em 30%, concentrando-se especialmente nos países “industriais emergentes”, especialmente na China, que concentra 25% do PIB industrial do mundo. No caso brasileiro, a indústria concentra hoje cerca de 20% do PIB, sendo que a indústria de transformação concentra apenas 11% do total do que é produzido no país (IBGE, 2019). Igualmente, em termos de ocupação da força de trabalho, é nos serviços que o emprego se expande com mais força. A inovação tecnológica nos processos produtivos industriais e agrários diminui os postos de trabalho nos setores primário e secundário, ao mesmo tempo que expande os postos de trabalho no setor terciário. Ainda que muitos destes novos empregos sejam qualificados, em setores como o financeiro e de pesquisa e desenvolvimento (P&D), a maior parte são empregos que exigem menor qualificação e pagam menor remuneração. Por conseguinte, temos o aumento das desigualdades de renda e o deslocamento da riqueza para o setor financeiro.

Segundo Ladislau Dowbor,

o PIB mundial cresce num ritmo situado entre 1% e 2,5% segundo os anos. As aplicações financeiras rendem acima de 5%, e frequentemente muito mais. Gerou-se, portanto, uma dinâmica de transformação de capital produtivo em patrimônio financeiro: a economia real sugada pela financeirização planetária (2017, p. 33).

Para o mesmo autor, “a lógica da acumulação capitalista mudou”, pois “em termos simplesmente econômicos, de lucro, reinvestimento, geração de empregos, consumo e mais lucros – o ciclo de reprodução do capital –, o sistema trava o desenvolvimen-

7 DARDOT, P. e LAVAL, C. **A nova razão do mundo**. Ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Boitempo, 2016.
8 THEODORE, Nik; PECK, J.; BRENNER, N. *Urbanismo neoliberal: la ciudad y el imperio de los mercados*. **Temas Sociales**, Vol. 66. Santiago de Chile: Ediciones SUR, mar. 2009.

to” (2017, p. 91). Instaure-se, assim, a era do “capitalismo improdutivo”, no qual as aplicações financeiras rendem e geram mais riqueza que a produção de mercadorias. Com isso a outrora chamada “burguesia industrial” abandona todo e qualquer projeto de inovação, submetendo-se à racionalidade do cálculo financeiro.

Enquanto isso, o capital financeiro desregulado busca novas fronteiras de investimentos. A ausência de barreiras e entraves lhe outorga capacidade de investimento em todos os mercados interessantes (consolidados e emergentes) do planeta. Os Estados nacionais, submissos a políticas monetárias neoliberais, atuam de todas as formas para atrair investimentos externos diretos e indiretos, daí a onda mundial de privatizações, concessões e todo tipo de parcerias público-privadas. Bens públicos e comuns são alguns dos alvos principais desta “nova fronteira” do capital.

A terra como reserva de valor e investimento também se constitui como uma fronteira. Tanto a terra rural, passível de utilização para a produção de commodities agrícolas, como a terra urbana, na busca de localizações para grandes empreendimentos imobiliários. E é justamente na produção e no mercado imobiliário que a financeirização e a produção do espaço (especialmente, do espaço urbano) se encontram.

E COMO FICAM AS CIDADES E AS METRÓPOLES?

A metrópole passa por todos estes (e mais alguns) processos de transformações produtivas, técnicas, sociais e culturais. Uma “mudança na dinâmica territorial que incide na formação de um novo padrão de forma urbana, que foi se impondo generalizadamente”, a ponto de vivermos uma autêntica “metamorfose metropolitana” (DE MATTOS, 2010, p. 245).

Transitamos de uma cidade-metrópole industrial-fordista para uma “metrópole de serviços difusa e policêntrica”. Com uma série de consequências e implicações.

A metrópole fordista continha indústria, era uma máquina produtiva. Além de uma grande fonte de arrecadação fiscal. A indústria se destacava na formação da paisagem urbana, era um componente do espaço urbano, assim como seus bairros operários.

A metrópole pós-fordista perde a indústria para suas periferias, para a região metropolitana e para os espaços perimetropolitanos, que é substituída pela generalização dos serviços e a valorização do seu espaço interior. A “implosão-explosão” (LEFEBVRE, 1970) das centralidades também acarreta o

crescimento exponencial dos valores do solo urbano. Os negócios imobiliários assumem a dianteira no processo de acumulação urbana:

Enquanto a fábrica industrial gera lucro, já que sua produtividade depende do esquema de cooperação e do comando do capitalista, a metrópole gera primordialmente renda, que vem a ser o único meio de o capital capturar a riqueza criada de maneira autônoma. Os valores imobiliários urbanos sem grande medida representam assim expressões do comum, ou o que os economistas chamam de “externalidades” integrados ao terreno metropolitano circundante (HARDT e NEGRI, 2016, p. 279).

Ou seja, a “fúria” rentista, seja por parte das elites dominantes (incluindo, obviamente, os grandes proprietários de terra) ou das grandes corporações (incluindo os fundos financeiros), volta-se ao espaço da metrópole, uma vez que a acumulação industrial, as plantas industriais, distancia-se cada vez mais do seu núcleo através dos processos de desconcentração e desindustrialização.

No espaço interior da metrópole, os processos de homogeneização, fragmentação e hierarquização, tal como propostos por Lefebvre, se exacerbam. O capital imobiliário transforma todo o espaço da metrópole em locus de interesse e passível de acumulação (homogeneização), mas essa se produz com os diversos agentes outorgando valores diferenciados para os distintos “pedaços” do solo urbano, repartido em diferentes empreendimentos (fragmentação), o que depende também de sua posição e atributos no espaço como um todo, tal como a sua proximidade e interação com as múltiplas centralidades (hierarquização), que por sua vez também exercem funções de importância diferenciada no espaço metropolitano e na rede urbana.

Porto Alegre suporta os impactos da desindustrialização. Primeiro com a saída das plantas industriais, para municípios adjacentes da Região Metropolitana e para os espaços perimetropolitanos. Recentemente, com a perda das sedes de empresas que se deslocam para São Paulo, o que representa uma perda de poder e de centralidade da metrópole em uma hierarquia metropolitana no espaço nacional e continental (Mercosul). Atualmente, dados os últimos movimentos de muitos grupos industriais, já podemos conjecturar a hipótese de “desindustrialização” da própria Região Metropolitana, como demonstram os dados dos PIBs dos municípios metropolitanos.

A desindustrialização leva à queda de arrecadação e à consequente perda de poder fiscal das cidades

em crise. Como alternativa, estas se voltam para o imobiliário como forma de movimentar a economia urbana e gerar empregos. Não somente em Porto Alegre, no núcleo metropolitano, o setor imobiliário se torna crucial para a economia. Também em outros importantes municípios metropolitanos, os empreendimentos imobiliários de grande porte ganham importância.

AS ADMINISTRAÇÕES PASSAM A PRIORIZAR O IMOBILIÁRIO

Convertendo-se no principal setor da economia urbana, a promoção imobiliária e a construção civil passam a ser priorizadas pelas gestões municipais. A flexibilização dos regulamentos e da gestão urbana é caminho encontrado pelas administrações municipais para promover a economia municipal. Os negócios imobiliários não podem sofrer restrições, pois são eles que movimentam a economia da cidade. O caminho é a desregulação, o urbanismo de exceção convertido em norma e regra.

No caso de Porto Alegre, é o instrumento dos “Projetos Especiais”, previsto no Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano e Ambiental (PDDUA), que permite que as grandes incorporadoras e construtoras realizem seus empreendimentos “driblando” a legislação urbanística vigente nos diferentes setores da cidade. O instrumento prevê que, caso um empreendedor deseje construir além do permitido, solicite a admissão do empreendimento como “projeto especial”, indicando “compensações” e medidas “mitigadoras” dos impactos causados. Como praticamente todas as solicitações ao Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano e Ambiental (CMDUA), o conselho do Plano Diretor, são aprovadas, a cidade hoje se constrói com base em “projetos especiais”, que passam a constituir a normalidade da produção do espaço na metrópole.⁹

Paralelo ao processo de desregulação, as administrações municipais tratam de incentivar grandes projetos urbanos, buscando preparar o espaço da cidade para a atração de investimentos internacionais. Os modelos globais são muitos e bastante conhecidos: o caso emblemático de Barcelona e o projeto de Puerto Madero, em Buenos Aires, para trazer um exemplo mais próximo. Porto Alegre também tenta inserir-se neste circuito. Um processo mais difícil, dada a

sua condição de “metrópole periférica” situada entre grandes metrópoles do continente (São Paulo, Buenos Aires e Santiago do Chile). A oportunidade da Copa do Mundo de 2014 foi debilmente aproveitada, inclusive por desacertos do próprio aparato burocrático municipal, que não estava preparado para o volume de intervenções simultâneas que foram programadas. Destarte, muitas “obras da Copa” não foram concluídas ou simplesmente, abandonadas pelas gestões municipais sucedâneas. Um caso exemplar de imbróglia urbanística é o do processo de “revitalização” do Cais Mauá, anunciado em 2007 e até hoje envolvido em questões jurídicas para sua execução. Além da ampla oposição de setores da sociedade civil com relação ao projeto, criticado pelo seu viés extremamente mercadológico e pasteurizado nos modelos globais em termos de desenho de projeto.

Atualmente, a orla do Lago Guaíba se configura como um grande setor de atração de investimentos imobiliários, especialmente dos grandes projetos comerciais e empresariais. Por enquanto os empreendimentos residenciais não estão permitidos. O amplo projeto, realizado pela prefeitura, de “revitalização” da orla, requalificando espaços públicos para promover o aproveitamento da mesma para atividades de lazer, tem atraído outros investimentos de grandes construtores nacionais para setores próximos a mesma. Configura-se assim uma nova frente de acumulação urbana, na qual a natureza se apresenta como um ativo a mais em termos de valorização do solo urbano.

O CAPITAL FINANCEIRO-IMOBILIÁRIO AVANÇA SOBRE O TERRITÓRIO

Assim, podemos afirmar que é o capital imobiliário e os proprietários fundiários os que mandam na cidade. No atual contexto de financeirização da economia capitalista acrescentaríamos que é o capital financeiro-imobiliário que manda na cidade. Este estende seus “tentáculos” pela propriedade da terra e pelo processo de produção imobiliária nos diferentes tipos de empreendimentos: residenciais, comerciais, industriais, de alto padrão, de habitação popular.

Capital imobiliário e proprietários fundiários estão alimentados pelo capital financeiro global através dos papéis financeiros criados e lastreados nos negócios imobiliários: Fundos de Investimentos Imobiliários (FII), Letras de Crédito Imobiliário (LCI), Certificados de Recebíveis Imobiliários (CRI), Certificados de Potencial Adicional de Construção – CEPACs. As municipalidades também se “financeiri-

⁹ Sobre os projetos especiais em Porto Alegre, ver o trabalho de Júlia Ribes Fagundes, “Projetos especiais em Porto Alegre: reflexões sobre a prática da exceção” nos **Anais do Congresso Observatório das Metrópoles Vinte anos** (2018).

zam” com a criação de empresas de “gestão de ativos municipais”, que reúnem o patrimônio imobiliário municipal, incluindo aqui os equipamentos públicos e bens comuns (parques, teatros, arenas esportivas) visando a utilizá-los como “lastro” e garantia em operações financeiras, como emissões de papéis, concessões e parcerias público-privadas.

Neste sentido, o incremento do valor do solo urbano constitui-se em peça fundamental do processo, sendo que o capital imobiliário vai utilizar-se de diferentes estratégias de valorização, entre elas a “colonização” e a “gentrificação” dos espaços.

As populações tradicionais e a produção agrícola de pequenas propriedades são afetadas pelas frentes de expansão do capital imobiliário. Trata-se do processo de dispersão urbana, de intenso crescimento do tecido urbano, que se expande sobre áreas rurais e territórios de populações tradicionais. A produção agrícola do entorno das metrópoles é deslocada para pontos mais distantes, e as populações tradicionais são espoliadas de seus territórios e de seus meios de reprodução social.

Os bairros “tradicionais” da metrópole igualmente sofrem com a gentrificação, especialmente os tradicionais bairros operários, da memória da cidade industrial e da vida cotidiana da classe trabalhadora, seus lugares de sociabilidade, que são “elevados” à categoria de espaços “da moda”, adotados pelo novo empreendedorismo da “economia criativa” e pelo próprio capital imobiliário, que desenha novos empreendimentos à medida do público de classe média que converge para estes bairros.

Também os serviços públicos são objeto de “colonização” através dos processos de privatização, concessão e parcerias público-privadas. Grandes grupos monopolistas, nacionais e multinacionais, a maioria com a participação de fundos de investimento entre seus acionistas, se apropriam dos serviços públicos, além dos tradicionais como transporte público, coleta de resíduos, saneamento, iluminação pública, chegando até aos processos de terceirização e contratualização de serviços sociais como saúde, educação e assistência social. Municipalidades realizam grandes projetos de ajuste e “reformas” estruturais, especialmente com relação ao funcionalismo público (salários e previdência), visando ao reordenamento das contas públicas, dado que os recursos devem ser direcionados para o cumprimento dos contratos com o setor privado.

A mercantilização dos espaços da cidade completa-se com o avanço do capital privado sobre os bens comuns: orlas, parques, espaços públicos igualmente são objeto de privatização e concessão. A narrativa dominante é que o Estado não tem mais capacidade

de manter e preservar estes espaços o que os leva à degradação. Também são tratados como estruturas ociosas, que poderiam estar gerando recursos e “dando lucro” para o próprio Estado, uma vez que seu potencial econômico é considerado subaproveitado.

E AS RESISTÊNCIAS?

Frente a este quadro que pode ser considerado mundial, continental e nacional de avanço do privado sobre o público, de mercantilização dos espaços públicos e das cidades, inúmeras e variadas formas de organização e mobilização da sociedade civil e dos setores populares são gestadas. Registre-se que estas se dão em uma conjuntura bastante desfavorável, tanto pelo poder do capital financeiro global, pela presença de governos pró-mercado nas diferentes esferas do Estado, bem como pelo atual momento de refluxo da organização da classe trabalhadora, dados os processos de terceirização e precarização das relações de trabalho.

Assim, uma miríade de movimentos pode ser apontada: movimentos de base, movimentos comunitários, ocupações na periferia, ocupações nas áreas centrais, “novos” movimentos sociais em torno de uma nova cultura urbana, movimentos pró-sustentabilidade, pró-mobilidade urbana, de defesa dos espaços públicos, da cultura, das identidades. Muitos deles apoiados por setores da academia (setores, pois a universidade não é monolítica como certos discursos se apressam em afirmar).

A questão que se impõe para estes movimentos é a sua reunião em uma “frente” comum na qual a “justiça espacial” e o resgate das cidades para os cidadãos sejam os objetivos principais. Edward Soja aponta que “as geografias socializadas da injustiça afetam significativamente nossas vidas, criando estruturas duradouras de vantagens e desvantagens distribuídas” (no espaço) “de maneira desigual”. E que estas geografias podem ser modificadas através de formas coletivas de ação social e política (2014, p. 52). Ou seja, com a construção de modelos alternativos de produção das nossas cidades, onde se priorize o direito à cidade para tod@s, a sustentabilidade urbana, a justa distribuição dos serviços públicos e da qualidade de vida, o que implica uma nova mobilidade, formas menos segregadoras de produção do espaço e a radicalização da democracia na gestão das cidades.

São alternativas possíveis no momento histórico. Contrapor-se ao movimento de mercantilização e privatização das cidades, preservar e reforçar os bens comuns, a participação popular e a justiça socioespacial.

REFERÊNCIAS

- ANTUNES, Ricardo. **O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2018.
- CHESNAIS, François. Mundialização: o capital financeiro no comando. **Revista Outubro**, edição 5, 2001, p. 7-28.
- CRARY, Jonathan. **24/7: capitalismo tardio e os fins do sono**. São Paulo: Cosac Naify, 2014.
- DARDOT, Pierre e LAVAL, Chirstian. **A nova razão do mundo**. Ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Boitempo, 2016.
- DE MATTOS, Carlos. **Globalización y metamorfosis urbana en América Latina**. Quito: OLACCHI, 2010.
- DOWBOR, Ladislau. **A era do capital improdutivo: Por que oito famílias têm mais riqueza do que a metade da população do mundo?**. São Paulo: Autonomia Literária, 2017.
- EPSTEIN, Gerald. Introduction. In: **Financialization and the World Economy**. Cheltenham and Northampton: Edward Elgar Publisher, 2005, p. 3-16.
- FAGUNDES, J. R.. Projetos especiais em Porto Alegre: reflexões sobre a prática da exceção. In: **Congresso Observatório das Metrôpoles Vinte Anos**. Rio de Janeiro. Anais do Congresso Observatório das Metrôpoles Vinte anos, 2018, p. 1859-1873.
- HAN, Byung-Chu. **Sociedade do Cansaço**. Petrópolis: Vozes, 2015.
- HARDT, Michael e NEGRI, Antonio. **Bem-estar comum**. Rio de Janeiro: Record, 2016.
- LAZARATTO, Maurizio. **La fábrica del hombre endeudado: ensayo sobre la condición neoliberal**. Buenos Aires-Madrid: Amorrortu Editores, 2013.
- LEFEBVRE, Henri. **La revolución urbana**. Madrid: Alianza Editorial, 1970.
- LOJKINE, Jean. **A revolução informacional**. São Paulo: Cortez Editora. 1995.
- SOARES, Paulo R. R. Metropolização, aglomerações urbano-industriais e desenvolvimento regional no sul do Brasil. **Cadernos Metrópole**, v. 20, p. 15-34, 2018.
- SOJA, Edward. **En busca de la justicia espacial**. Valencia: Tirant Humanidades, 2014.
- THEODORE, Nik; PECK, Jamie y BRENNER, Neil. Urbanismo neoliberal: la ciudad y el imperio de los mercados. **Temas Sociales**, Vol. 66. Santiago de Chile: Ediciones SUR, marzo, 2009.
- VOOS, Charles Henrique. **Quem manda na cidade? Poder e Rent-Seeking Urbano**. Curitiba: Appris, 2018. ■

Eugênia Viana Cerqueira

As transformações recentes das periferias do vetor sul de Belo Horizonte

quais impactos sobre acessibilidade aos equipamentos urbanos?

Resumo

Nas últimas duas décadas, a intensificação da expansão urbana do vetor sul da metrópole belo-horizontina acompanha-se de diversas transformações, como a implantação de diversos equipamentos de comércios e serviços. O presente estudo avalia a acessibilidade aos equipamentos no vetor sul da Região Metropolitana de Belo Horizonte através de uma metodologia baseada na plataforma Google Places of Interest. Demonstra-se que, embora as preditas transformações configurem áreas de alta acessibilidade aos equipamentos, ainda se verifica expressivas desigualdades nos diversos municípios analisados.

Expansão urbana

Periferias

Acessibilidade

Serviços

Abstract

Over the last two decades, urban sprawl in the southern area of Belo Horizonte has been followed by a series of transformations, such as the implantation of activities and services. This paper aims at evaluating the accessibility to urban amenities in the southern peripheries of the Metropolitan Region of Belo Horizonte through a methodology based on the Google Places of Interest platform. It is shown that, although the recent shifts observed in the peripheral areas yield high accessibility levels to amenities, significant inequalities still exist.

Urban sprawl

Peripheries

Accessibility

Urban amenities

INTRODUÇÃO

Desde a década de 1990, há uma redistribuição do crescimento populacional nas metrópoles brasileiras, caracterizada pela diminuição das taxas de crescimento demográfico no centro e pela absorção de um maior contingente de população nas periferias urbanas. Assim como grande parte das metrópoles brasileiras, a Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH) apresentou um padrão centro-periferia de urbanização, que conduziu a uma grande dependência do centro em termos de acesso aos diversos tipos de atividades cotidianas, como emprego, estudo, lazer e consumo. Entretanto, nas últimas duas décadas, constata-se uma grande diversidade de processos que se superpõem nos vetores de expansão urbana da RMBH, contribuindo com uma redefinição gradual do padrão centro-periferia. Observa-se uma crescente dispersão espacial da população, equipamentos e do poder político-administrativo, sobretudo nos eixos de urbanização que receberam uma expressiva produção imobiliária.

O presente artigo busca analisar a intensificação da expansão urbana do vetor sul da RMBH, caracterizada atualmente pela aceleração da produção imobiliária destinada às classes de alta renda, assim como pela implantação de diversos equipamentos de comércio e serviços. A dispersão de atividades em direção aos eixos periféricos de urbanização pode acarretar a emergência de centralidades secundárias, que competiriam com o poder de atração das áreas centrais, direcionando os deslocamentos quotidianos e as práticas de mobilidade a uma escala local (MENDONÇA et al., 2004). Sob esse enfoque, levanta-se a hipótese de uma diminuição gradativa da dependência do núcleo central de Belo Horizonte, no que concerne a acessibilidade aos equipamentos comerciais e de serviços. Convém, assim, considerar que a acessibilidade aos serviços urbanos pode evoluir sob o efeito de mudanças de acessibilidade espacial, alterações no sistema de transporte e de localização dos recursos.

O estudo é estruturado sobre três dimensões principais. Inicialmente, detalha-se as principais dinâmicas recentes de evolução e produção dos espaços suburbanos e suas consequências na acessibilidade aos serviços, através de um breve levantamento bibliográfico acerca do tema. Em seguida, traça-se uma metodologia de análise dos serviços e equipamentos urbanos desenvolvida a partir do *Google Places of Interest*. Por fim, procura-se apreciar a acessibilidade aos serviços e equipamentos urbanos. O estudo visa igualmente a contribuir com uma discussão me-

todológica acerca da ausência de uma base de dados detalhada pertinente à localização de equipamentos e serviços no contexto brasileiro.

AS TRANSFORMAÇÕES DAS PERIFERIAS NAS ÚLTIMAS DÉCADAS: UM PROCESSO DE PÓS-SUBURBANIZAÇÃO?

No contexto de áreas metropolitanas cada vez mais extensas, constata-se uma inflexão nos modelos tradicionais de urbanização. Na última década, diversos estudos da literatura urbana internacional contemplam as novas lógicas de evolução das áreas periféricas. Keil (2018) afirma que as cidades são crescentemente definidas pelas suas periferias. A produção dos espaços suburbanos, através de diversas modalidades de governança, vem transformando as metrópoles de maneiras inesperadas. A diversidade de formas e processos socioespaciais que moldam o desenvolvimento suburbano traz novas escalas para a compreensão das questões urbanas. Phelps e Wu (2011) defendem a ideia da emergência de uma nova fase de expansão urbana, denominada “pós-suburbia”, na qual os assentamentos suburbanos seriam caracterizados pela diversificação socioespacial, pela estruturação de novas centralidades secundárias, assim como pela implantação gradual de comércio e serviços. Tais reflexões entram em consonância com o que Berger et al. (2014) descrevem como um processo de “maturidade” dos espaços periurbanos franceses, que se distingue pela diversificação socioespacial e pela densificação.

Assim, embora tais discussões sejam mais proeminentes no contexto dos países desenvolvidos, nos quais a expansão urbana já se encontra mais consolidada, pode-se constatar certos elementos distintivos do processo de “pós-suburbanização” nos países em desenvolvimento, que ainda lidam com as consequências de uma expansão urbana recente, intensa e desordenada (BERGER e CHALÉARD, 2017). A urbanização das cidades latino-americanas baseou-se em um modelo dialético centro-periferia, no qual prevalecem intensas desigualdades socioterritoriais e uma grande dependência das áreas centrais em termos de mobilidade e acesso aos serviços. Essa estrutura desigual contrasta com o conceito lefebviano de direito à cidade, que enfatiza que nenhuma parcela da sociedade deve ser excluída das qualidades e benefícios da vida urbana (LEFEBVRE, 1968). Diversos estudos argumentam que um dos principais desafios da urbanização na América Latina remete à promo-

ção de equidade social, princípio pelo qual deve-se prover acesso justo e igual para a superação das necessidades sociais básicas, como acesso ao emprego e condições de vida razoáveis, indiferente de renda ou localização (NIEHAUS et al., 2016; PEREIRA et al., 2017).

Recentemente, pôde-se verificar que, ainda que o modelo centro-periferia domine a organização das referidas metrópoles, observa-se uma série de transformações que indicam a emergência de um novo modelo de expansão das periferias. Heinrichs et al. (2011) assinalam que a disseminação de empreendimentos residenciais destinados às classes de alta renda nas periferias das metrópoles latino-americanas constitui um elemento importante da fase pós-suburbana, que contribui com novas formas de produção e de organização do espaço. Investigações apontam que, em diversas cidades latino-americanas, a emergência de loteamentos fechados induziu à instalação de equipamentos e atividades nas adjacências dos referidos empreendimentos, beneficiando não somente os moradores dos enclaves, mas também a população local de baixa renda tradicionalmente presente na região (SALCEDO e TORRES; 2004). Além disso, certos condomínios são caracterizados pela instalação de atividades, principalmente de comércio e lazer, o que contribui com a estruturação de novos modelos de mobilidade em uma escala microlocal.

Nas metrópoles brasileiras, mudanças na estrutura territorial apontam na direção de formas de urbanização cada vez mais dispersas e diversificadas, em consonância com as tendências vigentes no contexto internacional (REIS FILHO, 2006). A expansão periférica vem se tornando cada vez mais complexa em termos de uso do solo e das atividades que abrigam, associando diferentes tipologias residenciais a shopping centers, centros de lazer, equipamentos de educação etc. O poder de atração das áreas centrais em termos de deslocamentos cotidianos compete com a emergência de centralidades secundárias nas periferias das aglomerações (MENDONÇA et al., 2004). Para Costa e Mendonça (2010) a perspectiva da urbanização extensiva (MONTE-MOR, 1994 ; BETARELLI JUNIOR et al., 2013) possibilita a compreensão deste processo numa escala espacial mais abrangente, assinalando a emergência de novas centralidades e de perspectivas de politização do espaço e da práxis social a partir da periferia.

Nesse sentido, o contexto espacial da Região Metropolitana de Belo Horizonte constitui um contundente exemplo de evolução dos espaços periféricos, por estar experimentando uma crescente dispersão espacial da população, equipamentos e do poder

político-administrativo, em contraste com uma tradição histórica de forte centralidade em relação à periferia (LIMONAD E COSTA, 2015).

A EXPANSÃO DA REGIÃO METROPOLITANA DE BELO HORIZONTE: UMA EMERGÊNCIA DE DINÂMICAS PÓS-SUBURBANAS?

Assim como grande parte das metrópoles brasileiras, a Região Metropolitana de Belo Horizonte, apresentou um padrão centro-periferia de urbanização. No entanto, desde a década de 1990, há uma redistribuição do crescimento populacional nessas metrópoles, caracterizada pela diminuição das taxas de crescimento demográfico no centro e pela absorção de um maior contingente de população nas periferias urbanas.

Atualmente, constata-se uma grande diversidade de processos que se superpõem nos vetores de expansão urbana da RMBH, contribuindo com uma redefinição gradual do padrão centro-periferia (COSTA E MENDONÇA, 2015). Por um lado, esse novo tecido urbano periférico tem surgido sobretudo a partir da expansão de segmentos da população vistos como solváveis pelo mercado formal e dos crescentes investimentos habitacionais em áreas até recentemente vistas apenas como redutos de irregularidade urbanística. No eixo sul, a produção de loteamentos fechados com vantagens ambientais para a localização de habitação das populações de alta renda intensifica-se nos municípios de Nova Lima e Brumadinho. Em alguns municípios da região industrial, como Contagem e Betim, verifica-se o espraiamento de segmentos das classes médias em consonância com a expansão das fronteiras do segmento concorrencial do mercado imobiliário. No vetor norte da região metropolitana, uma região de tradicional urbanização popular, fatores como o aumento geral da renda real e de acesso ao crédito contribuem com o surgimento de novos segmentos de mercado destinados às classes de baixa renda (COSTA E MENDONÇA, 2010). Além disso, vale ressaltar que as estratégias de desenvolvimento econômico promovidas pelo Estado na região engendram um intenso processo de transformação na última década, atraindo investimentos imobiliários direcionados a um mercado de renda mais elevada em comparação à ocupação popular tradicional da região.

Assim, as transformações urbanas descritas configuram estruturas complexas em termos de uso do solo, distribuição das populações e atividades. Nas últimas duas décadas, dinâmicas econômicas locais ganharam expressão e criaram a possibilidade de reduzir a distância e o tempo de deslocamento, assim como as condições de acessibilidade (LAGO, 2007). Embora estudos tenham antecipado os possíveis impactos das mudanças abordadas nos padrões de mobilidade e condições de acesso (COSTA E REZENDE, 2004), poucas investigações avaliaram a acessibilidade efetiva dos habitantes das periferias de Belo Horizonte aos equipamentos na última década (VIANA CERQUEIRA, 2018).

Dessa maneira, o vetor sul de expansão urbana da RMBH constitui um contundente exemplo das novas dinâmicas observadas, decorrente, sobretudo, da intensificação da produção de loteamentos destinados às classes de alta renda. Viana Cerqueira (2018) demonstrou através de um estudo qualitativo que os moradores do vetor sul evocam um expressivo aumento na oferta de atividades na última década, sobretudo no entorno de alguns condomínios fechados. Dessa forma, busca-se investigar os impactos das novas formas de suburbanização na acessibilidade aos equipamentos no eixo de expansão urbana ao sul de Belo Horizonte, levantando a hipótese de que a produção de centralidades secundárias poderia garantir uma melhor acessibilidade dos habitantes das periferias aos serviços cotidianos.

anos 1990, observa-se gradualmente uma diminuição da atividade mineradora, acompanhada por uma intensificação da produção imobiliária destinada especificamente aos grupos de alta renda, decorrente da intensificação da expansão do eixo sul de Belo Horizonte, em particular, o crescimento do bairro Belvedere. Assim, a disponibilidade fundiária, aliada aos aspectos naturais dos municípios, resultou na intensa produção imobiliária de loteamentos fechados, ou enclaves fortificados (CALDEIRA, 2000), principalmente no município de Nova Lima. Entretanto, se o vetor sul se estrutura como uma região atrativa para a população de alta renda, Mendonça et al. (2004) evidenciam a manutenção da heterogeneidade socioespacial na região, decorrente da presença de camadas populares. O processo de ocupação do eixo sul por parte da elite econômica da RMBH é acompanhado pela chegada de grupos sociais de baixa renda e qualificação, uma vez que o adensamento dos condomínios constitui um atrativo para trabalhadores em busca de emprego. Assim, malgrado a proximidade geográfica, configura-se uma estrutura social polarizada que constitui a reprodução de esquemas tradicionais de relações de trabalho.

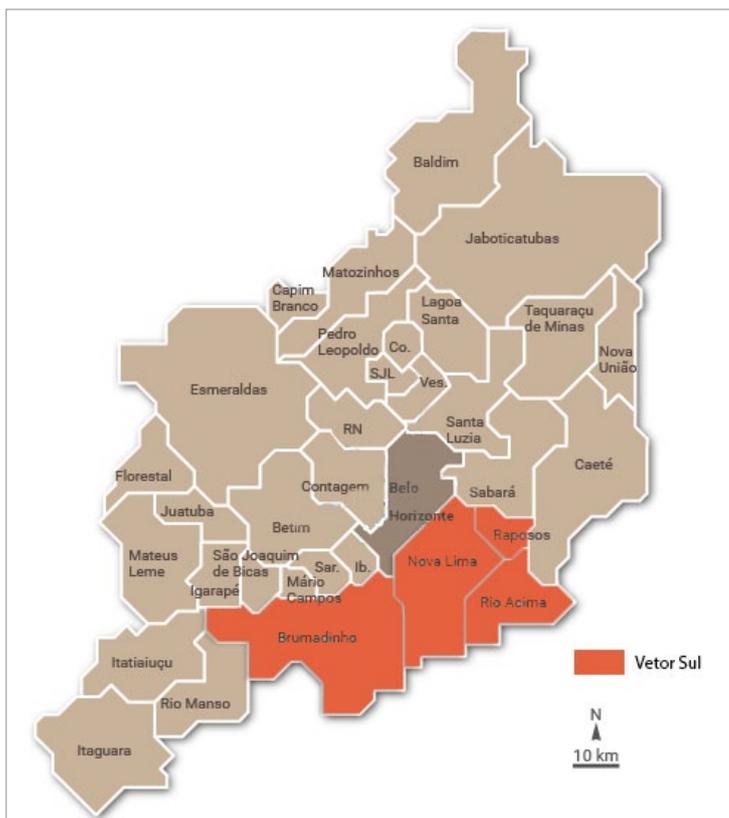
Na última década, novas polarizações terciárias vêm se consolidando no vetor sul por meio do aumento de produtos imobiliários de alta renda, que

O VETOR SUL DA REGIÃO METROPOLITANA DE BELO HORIZONTE: UMA EXPANSÃO IMPULSIONADA PELO MERCADO IMOBILIÁRIO DE LUXO

O vetor sul da Região Metropolitana de Belo Horizonte, cuja expansão urbana engloba integralmente o município de Nova Lima e partes dos municípios de Brumadinho, Rio Acima e Raposos (Figura 1), foi palco de diversas transformações socioespaciais nas duas últimas décadas (COSTA et al., 2006).

O desenvolvimento urbano dos municípios de Nova Lima e Brumadinho relaciona-se historicamente à atividade extrativa mineral. A partir dos

Figura 1: Os municípios do vetor sul da Região Metropolitana de Belo Horizonte



Fonte: Open Street Map, realização da autora.

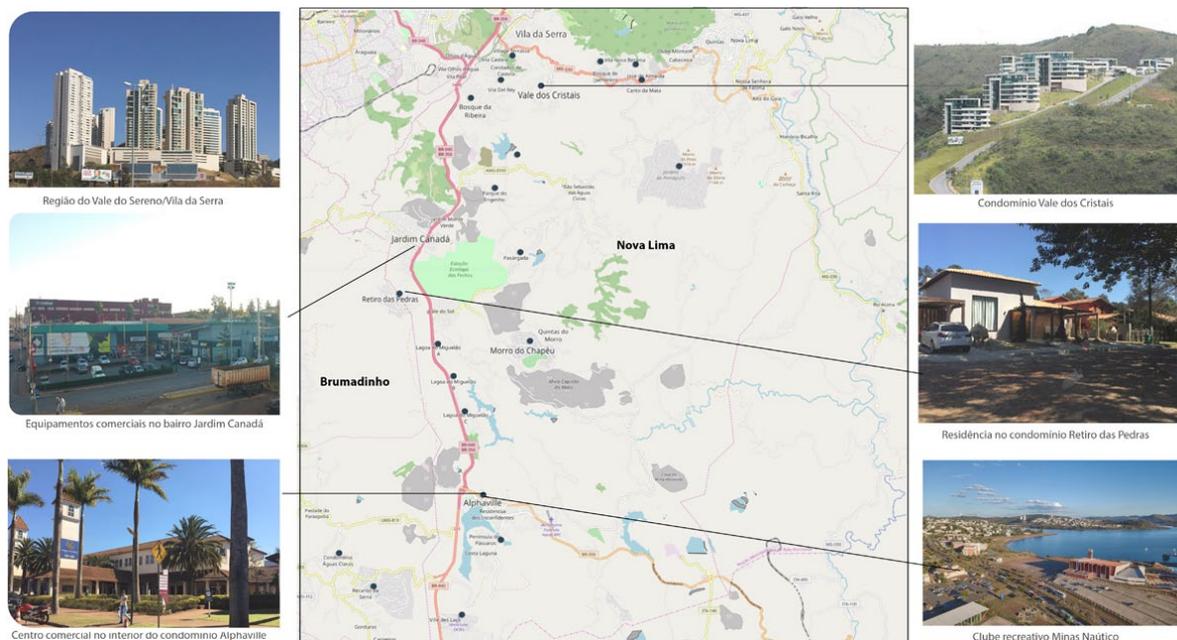


Figura 2:
Localização
dos condomínios
em Nova Lima
e Brumadinho

suscitam a instalação de outros tipos de atividade como comércios, edifícios culturais, escolas, hospitais etc. Em Nova Lima, a verticalização do bairro Vila da Serra e do Vale do Sereno foi intensificada, em decorrência do aquecimento do mercado imobiliário de luxo. Mais recentemente, centralidades comerciais e de prestação de serviços têm aflorado nas adjacências de empreendimentos imobiliários, como o condomínio Morro do Chapéu, os condomínios da MG-030 e o condomínio Alphaville Lagoa dos Ingleses, situado na BR-040 (Figura 2). Este último foi objeto de diversos estudos no início da década de 2000, que investigaram as condições e possíveis impactos da implantação desse vasto empreendimento, um dos primeiros da região a propor um modelo misto de ocupação (REZENDE, 2003; COSTA E REZENDE, 2004). Da mesma forma, observou-se igualmente a emergência de novas polaridades de comércio e serviços em áreas de ocupação mais heterogênea, como no bairro Jardim Canadá, caracterizado predominantemente por uma ocupação residencial de baixa renda.

Cabe apontar que o reforço da centralidade do vetor sul da RMBH figura como uma das propostas de desenvolvimento metropolitano do Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado de 2011 (TONUCI FILHO e MEDEIROS DE FREITAS, 2019). As diretrizes buscam potencializar áreas com capacidade de adensamento futuro e com potencial de compor a centralidade sul da RMBH. Por exemplo, o recorte da Zona de Interesse Metropolitano¹ levou em con-

ta os limites do empreendimento CSul, distrito de grande porte que contempla áreas destinadas à habitação e a equipamentos de serviços, lazer, educação e trabalho. Os movimentos de investimentos privados no entorno do Alphaville vieram a se consolidar com o projeto, que atualmente se encontra em fase de implantação com apoio do Governo do Estado.

Em contrapartida, os municípios de Raposos e Rio Acima não experimentaram intensas transformações urbanas como aquelas descritas em Nova Lima e, numa menor escala, em Brumadinho. Trata-se de municípios que conservaram um caráter rural, abrangendo uma alta proporção de populações de baixa renda.

Sob essa ótica, a heterogeneidade socioespacial que compõe o vetor sul da RMBH permite levantar uma série de questões sobre a acessibilidade aos equipamentos urbanos. Pretende-se, em um primeiro momento, avaliar se a emergência de novas polaridades de serviço e comércio contribui efetivamente com uma maior acessibilidade. Além disso, busca-se aferir se as transformações em questão corroboram as desigualdades espaciais em termos de acessibilidade aos equipamentos.

METODOLOGIA

A documentação e disponibilidade de dados oficiais sobre a localização de equipamentos e serviços diferem de país para país. No modelo francês, por exemplo, a *Base Permanente des Équipements*, atualizada anualmente, fornece a localização detalhada e georreferenciada de cada equipamento presente no terri-

¹ O PDDI define Zonas de Interesse Metropolitano, nas quais o interesse metropolitano prevalece sobre o local.

Tabela 1:
Construção
da gama de
equipamentos

Tipo de equipamento	Equipamentos
Proximidade	Padaria, farmácia, banco, academia, loja de roupa, escola, posto de saúde
Intermediário	Supermercado, correio, pet shop, laboratório médico, loja de móveis, loja de eletrodomésticos, açougue
Superior	Museu, shopping center, clube, hospital, cinema/teatro

tório do país. Além do nível de precisão da base de dados, a frequência de atualização dessa permite realizar uma pluralidade de estudos de maneira rápida e eficaz. No contexto brasileiro, constata-se a ausência de uma base de dados nacional integrada que detalhe a localização geográfica dos serviços e equipamentos existentes. A base de dados do IBGE “Cadastro de endereços” fornece a localização de domicílios e demais atividades registradas, porém apresenta uma série de limites que dificultam um tratamento minucioso das questões relativas aos equipamentos urbanos, como a escassez de detalhes sobre os tipos de atividades computadas e os limites temporais relativos à realização do censo. A nível municipal, a utilização dos dados disponíveis apresenta igualmente uma série de restrições. Assim, cabe apontar uma das dificuldades encontradas ao realizar uma investigação de nível metropolitano, já que cada município fornece bases de dados próprias, quando existentes.

A fim de preencher as lacunas apontadas, o presente estudo propõe uma exploração da acessibilidade aos serviços urbanos através do *Google Places of Interest*, que fornece a localização de diversas atividades no espaço urbano.² Atualmente, a emergência de dados do Geoweb e *OpenData* propicia a obtenção de informações de maneira simples, abundante e praticamente instantânea. Além disso, tais dados possuem a vantagem de serem altamente atualizados, permitindo a observação de fenômenos recentes e suas evoluções. Em contrapartida, pode-se ressaltar inconvenientes no uso do *Google Places of Interest*, como, a saber, os limites impostos pela própria companhia Google (por exemplo, um máximo de sessenta resultados por pesquisa) que acarretam uma perda de precisão.

Nesse sentido, a primeira etapa da construção da metodologia do presente estudo constituiu-se na pro-

dução de uma base de dados extensa e minuciosa, que abrange aproximadamente 4.800 equipamentos distintos nos quatro municípios abordados. Procurou-se focar em cinco grandes tipos de atividades definidos por Caubel (2006) como “a interpretação dos motivos de deslocamento mais recorrentes dos indivíduos – estrutura a mínima – independentemente de grupo social, nível de vida ou posição social”³: comércio (compras), serviços (banco, correios etc.), lazer (recreação, esportes), saúde (médico, dentista, exame laboratorial) e educação (escola, bibliotecas). Uma variável denominada “gama de equipamentos”³ foi construída a fim de distinguir os equipamentos ditos de “proximidade”, “intermediários” e “superiores” (Tabela 1). Na esfera dos equipamentos comerciais, por exemplo, uma padaria seria considerada como um equipamento de proximidade, um supermercado como intermediário e um shopping center como equipamento superior.

Em seguida, o cálculo da acessibilidade aos equipamentos urbanos dá-se através de um modelo gravitacional, que permite ponderar as referidas atividades pela distância.⁴ A ideia de acessibilidade diz respeito à capacidade que um lugar tem de ser alcançado a partir de outros lugares com diferentes localizações geográficas, utilizando os meios de transporte existentes (BHAT et al., 2000). A partir da distinção estabelecida com relação às bases de equipamentos de proximidade, intermediários e superiores, aplica-se o princípio de Christaller, que enuncia que os equipamentos superiores teriam uma área de atração mais extensa (VALLEE et al., 2015), respectivamente aos equipamentos de proximidade,

³ A construção da variável em questão baseia-se na classificação utilizada pela *Base Permanente des Équipements*, que faz parte do censo francês realizado pelo INSEE.

⁴ Embora, nas periferias a medida temporal seja mais apropriada para avaliar a acessibilidade aos equipamentos urbanos, escolheu-se trabalhar com o acesso aos equipamentos em termos de distância, uma vez que os dados pertinentes ao transporte público na Região Metropolitana de Belo Horizonte (dados GTFS) se restringem ao núcleo de Belo Horizonte.

² No caso do presente estudo, julgou-se inadequada a utilização da base *OpenStreetMap*, devido ao cadastro limitado de atividades pelos usuários, principalmente no que concerne às periferias urbanas.

intermediários e superiores. A acessibilidade total é calculada a partir da soma das acessibilidades referentes aos três tipos de equipamentos em questão. Assim, diferentemente do conceito de mobilidade, a acessibilidade diz respeito aos equipamentos potencialmente acessíveis a partir das distâncias determinadas.

A ACESSIBILIDADE AOS EQUIPAMENTOS NO VETOR SUL DA RMBH: QUAIS DESIGUALDADES ESPACIAIS?

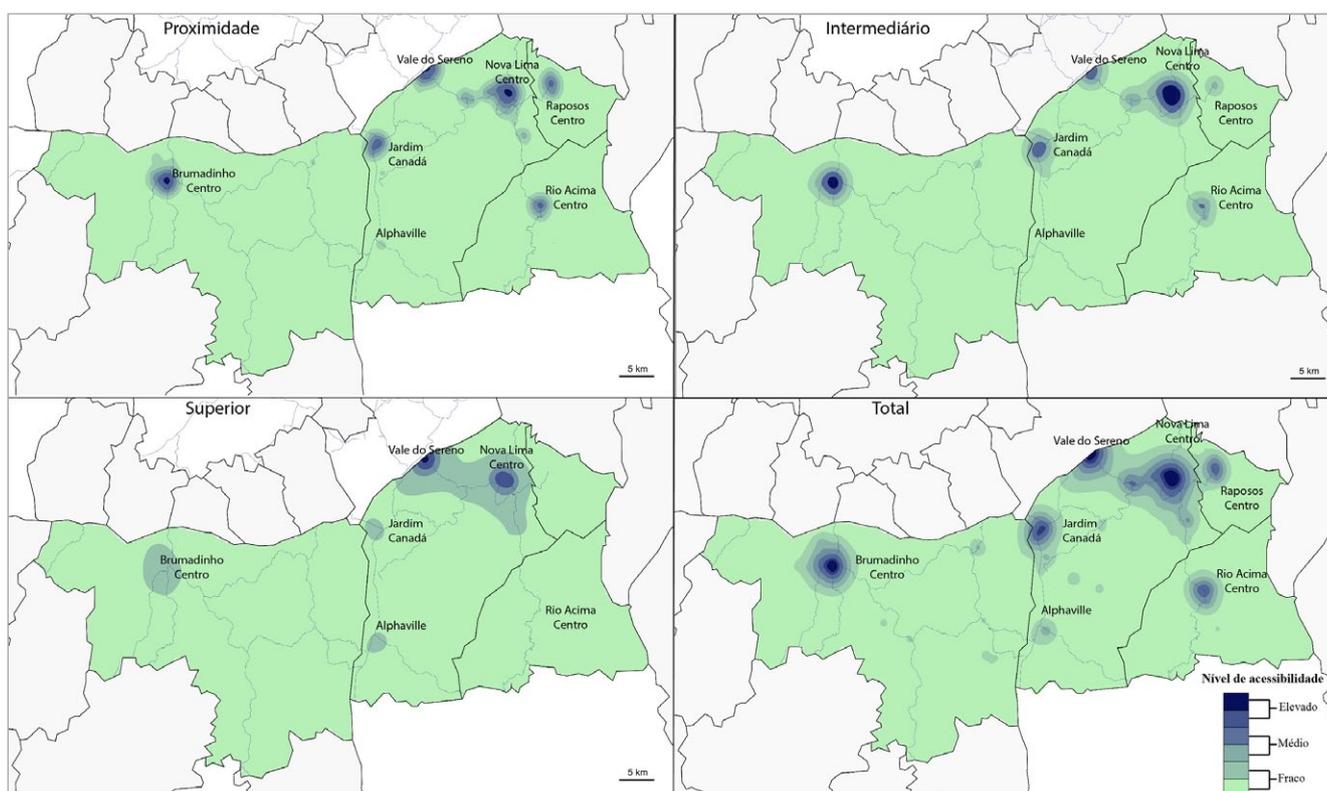
A Figura 3 representa a acessibilidade aos equipamentos urbanos no vetor sul de Belo Horizonte. De maneira geral, a configuração espacial da acessibilidade traça duas tendências principais: por um lado, as áreas apresentando níveis mais elevados de acessibilidade superpõem-se às sedes dos municípios analisados, uma vez que, com obviedade, trata-se de áreas de maior densidade. Doutro tanto, distingue-se com nitidez a atração crescente das áreas afetadas pelos empreendimentos imobiliários na última década, mais precisamente a região das Seis Pistas, e de condomínios como Vila del Rey e Vale dos Cristais, em Nova Lima. Além das áreas de elevado acesso potencial aos equipamentos, constata-se a emergência de pequenos núcleos de baixa e média acessibilidade

em Nova Lima e Brumadinho, especificamente no entorno de sítios com alta concentração de condomínios fechados. Em Brumadinho, além da sede do município, destaca-se a área de Casa Branca.

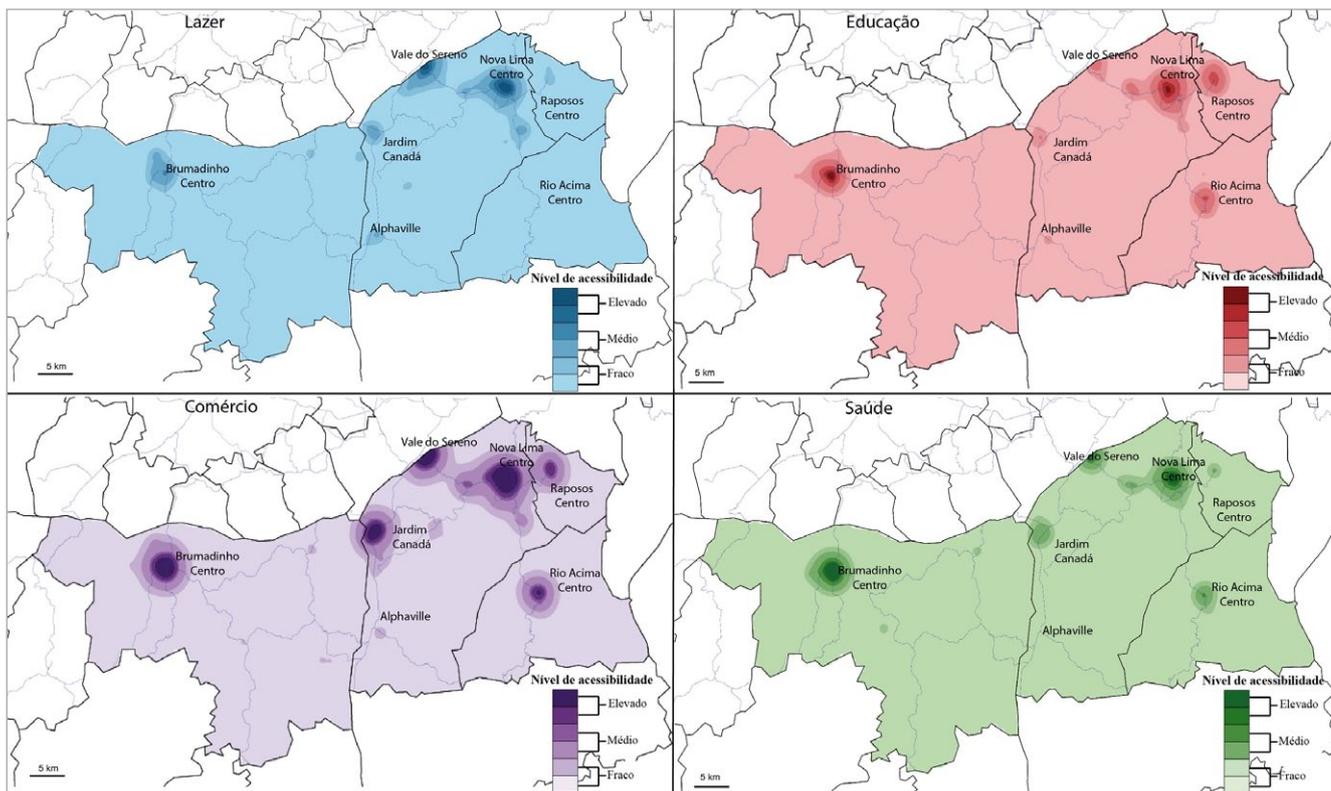
Sob essa ótica, os focos de acessibilidade observados ilustram as desigualdades espaciais entre os municípios do vetor sul: o município de Nova Lima, que concentra a maior proporção de população de alta renda e de condomínios fechados, apresenta os mais altos níveis de acessibilidade aos equipamentos e a formação de subcentralidades. Já os municípios de Raposos e Rio Acima, caracterizados pela presença de populações de baixa renda e rurais, apresentam níveis de acessibilidade mais baixos e restritos às sedes. Enfim, em termos de acessibilidade aos equipamentos, o município de Brumadinho parece não responder ainda, de maneira expressiva, à implantação recente de empreendimentos imobiliários na região.

É importante notar que as desigualdades são mais significativas no que concerne à acessibilidade aos equipamentos de nível superior. Tais equipamentos são altamente concentrados no município de Nova Lima, principalmente no centro do município e na região das Seis Pistas, que apresenta elevados índices de acessibilidade. Essa configuração pode ser explicada pela presença de hospitais no Vale do Sereno e na sede de Nova Lima, assim como pela presença do BH Shopping na área limítrofe entre Nova Lima e Belo Horizonte. Doutra parte, o município de Bru-

Figura 3:
A acessibilidade aos equipamentos e serviços no vetor sul da RMBH



Fonte: Google Places of Interest (2019).



Fonte: Google Places of Interest (2019).

Figura 4:
A acessibilidade aos equipamentos e serviços no vetor sul da RMBH por tipo

madinho concentra níveis médio de acessibilidade nas adjacências do museu Inhotim, único equipamento de nível superior da região.

OS TIPOS DE EQUIPAMENTO: VETORES DE DESIGUALDADE ESPACIAL

Em segundo lugar, procurou-se declinar a acessibilidade aos serviços urbanos, por tipo de atividade, no intuito de aprofundar a análise das desigualdades espaciais entre os municípios. Uma acessibilidade mais elevada e homogeneamente distribuída aos equipamentos de comércio ilustra o fato de tais equipamentos serem mais numerosos e mais dispersos no espaço urbano. De fato, a presença de comércio dá-se principalmente graças aos equipamentos comerciais alimentares de proximidade ou intermediários, necessários para as provisões básicas dos habitantes das áreas periféricas. Assim, observa-se uma transposição de áreas mais acessíveis que alia a região das Seis Pistas, a sede de Nova Lima e a sede de Raposos. Esse diálogo entre as duas áreas permitiria potencialmente aos habitantes de Raposos, município rural e de baixa renda, beneficiar-se da presença de equipamentos na municipalidade de Nova Lima.

No que concerne aos equipamentos de saúde e

educação, observa-se uma concentração espacial mais importante de tais equipamentos, que é ilustrada pela configuração dos padrões de acessibilidade. Enfim, os equipamentos de lazer evidenciam de maneira mais expressiva as desigualdades entre os municípios. Tais resultados entram em consonância com outras investigações de que o acesso ao lazer configura um elemento significativo de distinção social (BERROIR et al., 2015). De fato, a municipalidade de Nova Lima apresenta uma maior concentração de atividades de lazer, principalmente esportivas (hípica, golfe), que procuram responder à demanda da população de alta renda.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nas últimas duas décadas, as periferias da Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH), historicamente caracterizadas pela ausência de infraestrutura e serviços e por uma ocupação predominantemente de baixa renda, foram alvo de intensas transformações. Como se pôde depreender dessa breve análise, a expansão do vetor sul da Região Metropolitana de Belo Horizonte vem produzido um novo tipo de dinâmica territorial, a partir da qual se pode identificar elementos proeminentes da pós-subúrbia, como a implantação de novos empreendimentos imobiliários, a

disseminação de equipamentos urbanos e a criação de novas centralidades periféricas. A hipótese levantada pressupõe que as dinâmicas pós-suburbanas de expansão periférica poderiam impactar as condições de acessibilidade aos equipamentos.

Os estudo empírico comprova a emergência de áreas de alta acessibilidade em torno dos empreendimentos imobiliários implantados nas duas últimas décadas no vetor sul de Belo Horizonte. A utilização do *Google Places of Interest* permite identificar uma série de centralidades emergentes de comércios, serviços e equipamentos adjacentes aos condomínios fechados, mas também em áreas de ocupação heterogênea, como o Jardim Canadá em Nova Lima. Por outro lado, cabe notar que a investigação empírica evidencia que, embora a emergência de estruturas pós-suburbanas contribua com a melhoria da acessibilidade em algumas áreas do vetor sul, alguns municípios, como Raposos e Rio Acima, ainda possuem níveis de acessibilidade pouco elevados. Nesse sentido, há que se considerar que as tendências de urbanização observadas podem reforçar as desigualdades socioespaciais principalmente entre o município de Nova Lima e os demais territórios do vetor sul. Essas desigualdades se expressam de maneira mais evidente de acordo com o tipo e o porte dos equipamentos.

Sob essa ótica, uma linha de continuidade potencial para o presente estudo caberia na análise dos padrões de acessibilidade em conjunção com a distribuição espacial da população no vetor sul belo-horizontino, a fim de verificar os princípios de equidade na acessibilidade aos equipamentos. Um estudo socioespacial integrado permitiria uma abordagem mais minuciosa das desigualdades em áreas periféricas metropolitanas cada vez mais diversas e complexas. Segundo Tonucci Filho e Medeiros de Freitas (2019), o caso da centralidade metropolitanas do vetor sul revela um crescente descolamento entre as diretrizes das propostas do PDDI e o formato assumido pelos projetos privados para novas centralidades. Um dos riscos de uma eventual implementação incompleta da política de centralidades reside na valorização imobiliária de localizações potencialmente privilegiadas para residência de camadas população de alta renda e atividades de nível superior, restringindo a presença de grupos de baixa renda e de atividades econômicas mais populares.

BIBLIOGRAFIA

BERGER, M., ARAGAU, C. and ROUGÉ, L. Vers une maturité des territoires périurbains ? Développement des mobilités de proximité et ren-

forcement de l'ancrage dans l'ouest francilien, **ÉchoGéo**, Vol. 27. Disponível em: <https://doi.org/10.4000/echogeo.13683>, 2014.

BERGER M., CHALEARD J.-L. **Villes et campagnes en relations: regards croisés Nord-Sud**. Paris: Editions Karthala, 2017.

BHAT C., HANDY S., KOCKELMAN K., MAHMASSANI H., CHEN Q., WESTON L. (2000), **Development of an Urban Accessibility Index: Literature Review**, Report for the Texas Department of transportation, University of Texas, Austin, TX Center for Transportation Research

CALDEIRA, T.P. **City of walls: crime, segregation, and citizenship in São Paulo**. Los Angeles: Berkeley, 2000.

COSTA H.S., REZENDE, L.N. **Expansão metropolitana, habitação e a construção de sonhos de consumo: notas a partir Do Alphaville**. Em XI Seminário sobre a Economia Mineira, Diamantina, 2004.

COSTA H.S., COSTA G.M., MENDONÇA J.G., MONTE-MÓR R.L. **Novas periferias metropolitanas**. Belo Horizonte: C/Arte, Belo Horizonte, 2006.

COSTA H.S., MENDONÇA J.G. Novidades e permanências na produção do espaço da metrópole: um olhar a partir de Belo Horizonte. Em ANDRADE L.T, DINIZ A.M, MENDONÇA J.G (Eds) **Belo Horizonte: transformações na ordem urbana**, Rio Janeiro: Letra Capita: Observatório das Metrôpoles, pp. 46–65, 2015.

COSTA H.S., MENDONÇA, J.G. “Urbanização recente e disputa pelo espaço na dinâmica imobiliária metropolitana em Belo Horizonte”, XVII Encontro Nacional de Estudos Populacionais, presented at the **XVII Encontro Nacional de Estudos Populacionais**, Caxambu, 2010.

HEINRICHS D., LUKAS M., NUISSL H. Privatization of the Fringes — A Latin American Version of Post-suburbia? The Case of Santiago de Chile. Phelps, N. e Wu, F. (Eds.), **International Perspectives on Suburbanization: A Post-Suburban World?** Londres: Palgrave Macmillan, pp. 101–121, 2011.

KEIL R. Extended urbanization, ‘disjunct fragments’ and global suburbanisms. **Environment and Planning D: Society and Space**, Vol. 36 No. 3, pp. 494–511, 2018.

LEFEBVRE H. **Le droit à la ville**. Paris: Anthropos, 1968.

LIMONAD E., COSTA H.S.M. Cidades excêntricas ou novas periferias? **Revista Cidades**, Vol. 12,

- No. 21, pp. 278–304, 2015.
- MENDONÇA J.G., PERPETUO I.H.O., VARGAS M.C. **A Periferização Da Riqueza Na Metrópole Belo-Horizontina: Falsa Hipótese?** Em XI Seminário sobre a Economia Mineira, Diamantina, 2004.
- MONTE-MOR R.L. Urbanização extensiva e novas lógicas de povoamento: um olhar ambiental. Em SANTOS M., SOUZA M.A, SILVEIRA M.L. **Território: Globalização e Fragmentação**. São Paulo: Hucitec/Anpur, pp. 169–181, 1994.
- PEREIRA R.H.M, SCHWANEN T., BANISTER, D. Distributive justice and equity in transportation. **Transport Reviews**, Vol. 37, pp. 170–191, 2017
- PHELPS, N.A., WU, F. (2011), **International perspectives on suburbanization: a post-suburban world?** Londres: Palgrave Macmillan, 2011.
- REIS FILHO N. **Notas sobre urbanização dispersa e novas formas de tecido Urbano**. Via das Artes, São Paulo, 2006.
- REZENDE L.N. **Alphaville Lagoa Dos Ingleses. Um novo cenário de um velho modo de vida**. Monografia de Graduação, UFMG, Belo Horizonte, 2003.
- TONUCCI FILHO J.B.M, MEDEIROS DE FREITAS, D. Planejamento metropolitano e grandes projetos urbanos: concepção e descaminhos da política de novas centralidades na RMBH. **Cadernos Méropole**, Vol. 22 No. 47, pp. 61–84, 2019.
- VALLÉE, J., COMMENGES, H., PERCHOUX, C., KESTENS, Y., CHAIX, B. Mobilité quotidienne et accès potentiel aux ressources urbaines en Île-de-France : quelles inégalités sociales? **Données Urbaines**, Vol. 7, pp. 87–95, 2015.
- VIANA CERQUEIRA, E. **Les inégalités d'accès aux ressources urbaines dans les franges péri-urbaines de Lille et Belo Horizonte (Brésil)**. Tese de Doutorado, Université Paris 1 Panthéon-Sorbonne, Paris, 2018. ■

Com Luiz Carlos Toledo

Trajetoária e acaso

o arquiteto que subiu a Rocinha



Luiz Carlos Toledo é arquiteto e urbanista, formado pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1966), tem mestrado (2002) e doutorado (2008) em teoria da arquitetura pela mesma instituição. Atuante na área do urbanismo e da habitação de interesse social, participou de etapas históricas do planejamento urbano no Brasil e atuou junto de outros profissionais de extrema importância na construção das cidades modernas brasileiras. É reconhecido pela sua dedicação em projetos de arquitetura e urbanismo, também pela generosidade com as pessoas. Hoje, Toledo acumula em seu currículo a passagem por diversos projetos significativos e de impacto social, confirmando sua trajetória e o acaso que o levou a ter um olhar sensível refletido em sua produção técnica e acadêmica. Nesta entrevista, ele fala sobre essa sua trajetória, desde a influência do pai, também arquiteto, passando por sua vasta experiência profissional no planejamento urbano e na arquitetura, até a última de suas aventuras, a criação da Casa de Estudos Urbanos. Além do registro dessa longa e riquíssima trajetória, destaca-se nesta entrevista um va-

lioso relato sobre sua atuação na Favela da Rocinha, no Rio de Janeiro.

Fernanda Petrus (FP): O senhor pode falar um pouco sobre sua trajetória e como apareceu o interesse pelos estudos e projetos urbanos? E a Rocinha, como se deu a sua aproximação e o que despertou o seu interesse em trabalhar em favelas?

Luiz Carlos Toledo (LCT): Para começar a falar sobre essa trajetória, vou ter que falar primeiro no acaso. A minha trajetória, como acho que a de todo mundo, deve-se muito ao acaso. Foi o acaso que me fez nascer em uma família de classe média alta, com um pai, Aldary Toledo, arquiteto e pintor muito ligado às belas-artes, às artes em geral. Aos quatro anos de idade eu morava na rua Guaicurus, no Rio Comprido; morávamos numa casa grande que tinha uma edícula que era o ateliê de papai. Nesse ateliê se juntavam todos os intelectuais da época, tanto da pintura, como Di Cavalcanti, Portinari, [Carlos] Scliar, como outros profissionais das artes: escultores, como Mário Pedrosa, e músicos, como Villa-Lobos,

Fernanda Petrus

possui graduação em Arquitetura e Urbanismo (2015) pela Universidade Federal do Rio de Janeiro e mestrado em Urbanismo (2019) pelo Programa de Pós-graduação em Urbanismo (Prourb/ UFRJ). Integra o grupo de pesquisa Direito à Cidade e Habitação da Rede Observatório das Metrôpoles.

fernandapetrus@gmail.com

Thais Velasco

é arquiteta e urbanista, graduada pela Universidade Presbiteriana Mackenzie-SP (2008). É mestre em Planejamento Urbano e Regional pelo IPPUR/UFRJ (2018). É editora da e-metropolis e integra o grupo de pesquisa Habitação e Cidade da Rede Observatório das Metrôpoles.

thaisvelasco.arq@gmail.com

e, ao mesmo tempo, Ataulfo Alves, que era irmão de uma das empregadas, da Luiza. Então, era um lugar em que surgiam ideias. A nata da sociedade, da intelectualidade e do samba, na época, estava presente na casa. Eu vi isso como criança. Algumas dessas pessoas continuaram conosco, frequentando minha família.

Há pouco tempo eu comecei a pensar por que eu fui parar na Rocinha e em várias favelas do Rio de Janeiro. Eu acho que foi mais uma vez o acaso. Eu morava nessa rua [rua Guaicurus], que terminava na subida do morro do Fallet.¹ Era uma favela pequena ainda. Para vocês terem uma ideia, esse preconceito com as favelas praticamente não existia. Eu tinha uma babá e minha irmã tinha outra. Elas moravam na favela, no Fallet; minha mãe dizia: “olha, sobe com ele lá pra favela, que lá não passa carro”. Com medo de algum atropelamento na rua Guaicurus, dizia pra gente ir brincar na favela. Olha só... imagina hoje? Aprendi a jogar pião, soltar pipa, tudo com os garotos de lá. Talvez por isso minha familiaridade e minha atração por esses espaços hoje. Então foi o acaso que me empurrou para isso.

A única coisa que não foi por acaso foi eu ter escolhido Arquitetura, porque eu tinha uma influência em casa. Papai foi um grande arquiteto, que frequentava a roda dos maiores arquitetos da época. Na minha casa paravam: Burlle Marx, o paisagista; Carlos Leão que era o mentor do meu pai; Ernâni Vasconcelos, muito amigo nosso; Carlos Perry, paisagista; Jorge Moreira, que era chefe de papai no ETUB [Escritório Técnico da Universidade do Brasil], na UFRJ; Ary Garcia Roza e Lucio Costa. Eu tinha passe livre pelos escritórios dessa época, que não eram como hoje, tinham poucos estagiários – eram mais desenhistas antigos. Então não foi por acaso, teve uma influência do meu pai. É verdade que ele não queria que eu fizesse Arquitetura, queria que eu fosse engenheiro. Eu cheguei a me matricular no pré-vestibular de Engenharia, assisti a três aulas e falei: “nem que a vaca tussa!”. Fui fazer Arquitetura.

Thais Velasco (TV):
E profissionalmente,
como foi a sua atuação?

LCT: Também por acaso. Quando eu me formei, foi uma coisa curiosa: estava em plena ditadura e os militares queriam muito organizar a infraestrutura urbana do Brasil, achavam que os prefeitos eram incompetentes e a cidade precisava ser melhor planejada. O planejamento estava muito na cabeça deles. Eles

criaram o SERFHAU [Serviço Federal de Habitação e Urbanismo], logo depois o BNH [Banco Nacional da Habitação]. O SERFHAU, na época, fez um programa que chamava de Planejamento Integrado; tinham planos de diferentes tamanhos e complexidades; Plano de Desenvolvimento Local Integrado, que compreendia não só a parte física, o Urbanismo, vamos dizer assim, compreendia também a modernização das prefeituras em termos administrativos e, também, compreendia a parte de cadastro técnico — que era importante tanto para o planejamento urbano, que tem os mapas atualizados da cidade e, também, para viabilizar o IPTU que na época era uma das únicas contribuições diretas para o município. Eu entrei nessa linha por acaso, eu sempre gostei de planejamento. Eu virei arquiteto depois. Nessa época eu só pensava em planejamento. Lia muito, sempre li muito, na época lia bem em francês e inglês. Os maiores exemplos de planejamento estavam na Escócia, na Inglaterra, nem tanto nos Estados Unidos; e com Le Corbusier, na Europa.

Trabalhar nessa época era complicado. Pouca gente sabia dessas coisas, mesmo o pessoal que vinha da Europa, pessoas que fizeram cursos na Escócia, por exemplo. Elas chegavam aqui e não conseguiam aplicar, só conseguiam trabalhar com cidades muito grandes, como o Rio de Janeiro. Por exemplo, o Hélio Modesto [urbanista] era um cara de planejamento urbano da prefeitura e tinha formação na Escócia. Ele aqui na cidade foi um cara que trabalhou junto com o Doxiadis.² Mas essas pessoas não estavam preparadas para trabalhar em municípios pequenos. Eu não estava também, mas eu me meti nessa! Assim, recém-formado, eu comecei a trabalhar como consultor. Primeiro como estagiário, me formei e continuei trabalhando como consultor, porque não havia ninguém para fazer consultoria. Eu, analfabeto em planejamento, comecei a trabalhar no 2º Plano de Desenvolvimento Local Integrado do Brasil! O primeiro foi na Bahia, no município de Feira de Santana. O segundo foi em Petrópolis. Eu comecei a trabalhar no Plano de Petrópolis, como estagiário no último período. Me formei e meu chefe me passou a coordenação.

Eu coordenava gente como o Orlando Valverde, o maior geógrafo do Brasil na época, professores de Heidelberg [Alemanha], professores nos Estados Unidos, na Universidade da Califórnia em Los Angeles [UCLA]. Durante esse trabalho em Petrópolis, comecei também a trabalhar nessa firma [consulto-

¹ O Fallet situa-se no bairro de Santa Teresa, na cidade do Rio de Janeiro. Conformou-se a partir de um loteamento datado de 1922 (BAGNO, 2015).

² Nos anos 1960, a pedido do governador do Estado da Guanabara, Carlos Lacerda, a equipe do urbanista grego Constantinos Apostolos Doxiadis desenvolveu um Plano de Desenvolvimento Urbano, entregue em 1965.

ria], que cresceu e ganhou várias concorrências. Eu trabalhei, por exemplo, no Plano Diretor de Corumbá, no Relatório Preliminar de Cuiabá, no Plano integrado de Paraty, no Plano Diretor de Porto Suarez, na Bolívia. Durante esse trabalho eu conheci o sociólogo Paulo de Góes, os economistas [Carlos] Antônio Sasse e Eduardo Sena. O Sasse e o Sena eram de Niterói, sabiam muito, pois eram crias do IBAM – Instituto Brasileiro de Administração Municipal, que fazia planejamento urbano há muito tempo. O mentor dessa turma era o Whitaker,³ que tem um livro importante até hoje. Ficamos juntos lá e resolvemos fazer um escritório: CENPLAN, Centro Técnico de Planejamento. A coisa mais engraçada do mundo, pois essa firma precisava de um lugar para ter o alvará e nós não tínhamos dinheiro nenhum para alugar um escritório, vivíamos de freelancer. O que resolvemos? Vimos um anúncio no jornal de um cara que alugava parte do escritório dele. Tínhamos uma gaveta. Pegamos o alvará e tínhamos um endereço. Compramos uma máquina [de escrever] manual que só foi usada para a primeira proposta que fizemos, para o SERFHAU, do Plano de Desenvolvimento Local Integrado de Barbacena. Ganhamos uma concorrência que hoje seria mais ou menos de uns 4 milhões de reais. Começou o escritório assim. Em cinco anos nós tínhamos dois andares inteiros. Tínhamos uma gráfica própria. Fizemos o Plano de Desenvolvimento Local Integrado de Barbacena e de Humaitá no Amazonas. Fizemos para todo o ABC [São Paulo], fizemos Santo André, São Bernardo, São Caetano, Santos e Campinas, para você ter uma ideia. Fizemos dezenas de projetos.

Quando esse mercado diminuiu, cada um foi cuidar da sua vida. Eu saí do CENPLAN e fundei a APP – Arquitetura Planejamento e Pesquisa. Nessa firma nova, fizemos o Plano Diretor de Camaçari e o polo petroquímico do Sul, o COPESUL. Fizemos o urbanismo todo.

No final da década de 1970, recebi um convite para trabalhar numa empresa da prefeitura, chamava RioPlan, que hoje é o Instituto Pereira Passos (IPP). Eu fui o primeiro diretor técnico do Instituto Pereira Passos quando se chamava RioPlan. Para se ter uma

³ Francisco Whitaker Ferreira é um arquiteto, político e ativista social brasileiro, oriundo da militância cristã universitária dos anos 1950. Iniciou sua carreira pública junto ao grupo de planejamento do Governador Carvalho Pinto, sob a coordenação de Plínio de Arruda Sampaio. Nos anos 1980, assessorou D. Paulo Evaristo Arns na organização das Comunidades Eclesiais de Base. Atuou como líder do governo de Luiza Erundina em São Paulo. Fonte: Instituto de Estudos Avançados da USP. (Disponível em: <http://www.iea.usp.br/pessoas/pasta-pessoaf/francisco-whitaker-ferreira>. Acesso em 23 mar. 2020).

ideia, eles alugaram uma casa vazia perto do Palácio Guanabara. Eu me lembro de que a primeira cadeira que teve lá era uma cadeira de praia que eu trouxe da minha casa. Nós mesmo construímos a RioPlan no início, e eu fiquei com os projetos que tinham uma pegada muito mais urbanística do que qualquer outra coisa. Na época fizemos os estudos do que é hoje o VLT (Veículo Leve sobre Trilhos do Centro do Rio de Janeiro). Nessa época, fizemos trabalho em favela também.

Quando o [ex-prefeito Israel] Klabin saiu [1980], um secretário chamado Waldir Garcia [secretário de Planejamento] me levou para ser coordenador de urbanismo da Fundação para o Desenvolvimento da Região Metropolitana do Rio de Janeiro (FUNDREM).⁴ Aí comecei a trabalhar em escala metropolitana no Rio de Janeiro – até então eu tinha pouco trabalho no Rio de Janeiro, eu trabalhava mais no resto do Brasil, inclusive com o Celso Furtado (fiz muito hospital em Manaus, no Nordeste). Realmente eu tinha uma visão maior da cidade e dos municípios. A FUNDREM tinha um corpo técnico interessante, mas tinha um problema político gigantesco: ela não conseguia reunir os prefeitos por causa de briga política. O Chagas Freitas [presidente da FUNDREM] era amigo de uns, mas não de outros. A FUNDREM não tinha uma entrada política boa. Por isso, quando entrou o Brizola acabou a FUNDREM. Essa mesma turma depois me indicou para o BD/RIO.⁵ Era um órgão um pouco ocioso, eu conheci um cara que era amigo do Brizola e ele foi no BD/RIO com uma ideia que ele tinha de fazer uma feira com kombis. Eu achei a ideia genial e começamos a trabalhar juntos, a iniciativa foi bancada pelo BD/RIO. Eu acordava às 5 horas da manhã para arrumar a feira, no domingo era no Centro de Tradições Nordestinas.

FP: E sua última empresa, a M&T Arquitetura?

LCT: Começamos a trabalhar juntos, eu e o Marcos Mayerhofer. Ele tinha uma entrada na Vale do Rio Doce e ganhamos um concurso enorme por lá. Eu trouxe o Orlando Valverde, que era a praia dele, a Amazônia. Trabalhamos muito durante um ano, eu no BD/RIO, fazendo consultoria com ele. Os trabalhos começaram a ficar grandes demais, eu conver-

⁴ A Fundação para o Desenvolvimento da Região Metropolitana do Rio de Janeiro (FUNDREM) foi um órgão estadual, instituído em 1975, como objetivo planejar e coordenar uma política de caráter regional para a região metropolitana do Rio de Janeiro.

⁵ Banco de Desenvolvimento do Estado do Rio de Janeiro (BD/RIO).

sei com ele e decidi sair do BD/RIO. Fizemos uma empresa, a M&T – Mayerhofer e Toledo Arquitetura [1986]. Fizemos um trabalho em 28 cidades-sede de municípios, desde o Maranhão até Carajás, no Pará, ao longo da ferrovia. Projetamos Aracruz, no Espírito Santo, que mexe com celulose. Também trabalhamos com projetos de hospitais. Fizemos o hospital de Saracuruna, em Duque de Caxias/RJ. Eu trouxe profissionais de peso para trabalharem comigo dentro do escritório, como os irmãos Carlos e Roberto Nadalutti, grandes projetistas de hospital.

Pegamos esse trabalho todo, com a firma pronta; três meses depois, com essa quantidade de trabalho, o Marcos viaja no Natal para o Rio Grande do Sul, bate com o carro e morre. Ele foi o grande mentor que eu tive, ele diria o mesmo de mim. Ele era um “fera”, escrevia muito bem. A gente tinha uma sintonia nesse trabalho das cidades. Ele não pegava no lápis, mas escrevia e definia as coisas como ninguém. Na véspera da morte, eu o encontrei na casa dele, conversamos sobre o trabalho, nos despedimos, ele falou pra mim que nunca tinha sido tão feliz com um sócio. Isso era mútuo! Pela M&T Arquitetura eu ganhei dois concursos do Rio Cidade (Rio Cidade Irajá e Méier). Ganhei quatro concursos de Favela-Bairro (Pavão-Pavãozinho, Cantagalo, Vila Mangueiral e Morro do Livramento), além do Plano Diretor da Rocinha. Também, por conta do acaso, fiquei doente. Isso já tem 12 anos. Trabalhei muito na M&T Arquitetura tanto na parte de hospitais como na parte de habitação social.

FP: E como foi sua trajetória acadêmica?

LCT: Fiz mestrado e doutorado tarde. O curioso é que a vida acadêmica não começou aí não, começou muito antes. Com um ano de formado, um professor da FAU-UFRJ, amigo do meu pai, me convidou para dar aulas. Eu comecei a lecionar teoria de Arquitetura e logo depois me chamaram para ensinar planejamento urbano. Eu passei a trabalhar com os arquitetos [Luiz Paulo] Conde, Zé Ricardo [Flores Faria] e Paulo Sá. Trabalhei até me retirar de lá. Nesse momento, já estava dando aula na UERJ, porque eu fui chamado para criar a faculdade de Arquitetura lá, isso há 30 anos! Fui ser chefe do Departamento de Planejamento Urbano e Transporte na UERJ. Nessa época, eu era chefe de departamento e foi criado na UERJ o primeiro curso de pós-graduação de Planejamento Urbano depois do IPPUR. Nesse curso, o Orlando Valverde dava a parte de Geografia, o Luiz Cesar [Ribeiro] dava Planejamento Urbano, o Hermes [Magalhães Tavares] dava, se não me engano, Planejamento

Regional. Eu que chamei essa turma toda para dar aula lá! Esse curso ficou muito importante, vinham pessoas da América Latina inteira fazer o curso. Não era mestrado, era pós-graduação lato sensu.

Mas olha o acaso também. Eu gostava muito de projetar hospital, estava encantado! Até hoje eu gosto. Comecei a estudar hospital para projetar, mas depois caí num interesse maior pelo projeto. Eu herdei uma biblioteca boa do meu pai, que tinha projetado muito sobre isso. Depois, eu entrei no mestrado de Medicina Social da UERJ, fui muito bem no primeiro trimestre, só que depois eles passaram as disciplinas praticamente para médicos e enfermeiros. Eu fiquei maluco! Hoje o mestrado lá tem uma variante que pega uma vertente de gestão hospitalar que me interessaria. A coisa de medicina social me atraía muito, mas eu interrompi por conta disso. Quando eu fiz o mestrado mesmo [em 2002], me aprofundi e virou um livrinho chamado Feitos para curar, que é a história do hospital do século XIX até o século XX. Eu illustrei todo o livro com projetos meus.

TV: E você seguiu estudando esse tema?

LCT: Sim. Depois eu fiz o doutorado [2008]; o título foi *Feitos para cuidar*. O mestrado foi “curar”, no doutorado foi “cuidar”. Eu já doente, com uma doença que não tem cura. Fiz uma revisão do Modernismo, que estava sendo execrado por todo mundo. Eu acho que a humanização da arquitetura é um aspecto do Modernismo, não ao contrário como dizem. A humanização da medicina, que hoje é um tema corrente, veio com os primeiros hospitais modernos. A humanização da prática de saúde veio muito da maneira que o Modernismo encarava essa questão. Orientando bem os edifícios, colocando *brise-soleil* onde tinha que colocar, fazendo a ventilação, a iluminação. Esses cuidados são do Modernismo. A turma começava a falar que era uma coisa mais fria, não era legal. Havia uma crítica enorme ao Modernismo, aí nesse livro eu faço uma defesa apontando que os cuidados do Modernismo eram atuais no debate de humanização de hospital. Nessa época, a Luciana Lago [professora do NIDES/UFRJ] bateu um papo comigo sobre a apostila que ela sabia que eu tinha feito para ensinar urbanismo para os engenheiros. Ela sabia que eu tinha usado isso na Rocinha, porque eu dei aula lá sobre evolução urbana. Sobre história das cidades. Dei essas aulas na Rocinha para os moradores na época do plano diretor. Ela, sabendo disso, falou: “vamos organizar esse material de novo. Vamos recuperar isso!” Eu estava muito doente já nessa época. Não sabia como fazer isso. Ela disse: “eu vou arranjar uma pessoa para

te ajudar. Você dá aula para ela aí na sua casa uma vez por semana, ela anota tudo. Você não vai ter nenhum trabalho.” E fizemos muito mais do que isso. Fizemos a tal apostila e preparamos aula por aula as apresentações que eu usei muito com os meus alunos na UERJ durante muito tempo e que ficaram disponíveis no site com o objetivo de formar também lideranças populares nessa discussão de urbanismo. Quando eu falava de Grécia, eu discutia o crescimento urbano. A limitação do crescimento, por exemplo. Eu trazia os problemas atuais para estudar a história das cidades. Ficou bom, devia publicar. Desenhei a mão todas as capas dos capítulos da apostila.

Como minha última aventura acadêmica, eu criei a Casa de Estudos Urbanos [2017] com um grupo de jovens que eu imaginava que seria uma república de ideias, de produção de ideias. Não foi adiante, mas eu acho que a Casa de Estudos Urbanos foi um experimento acadêmico. Agora, um que eu tenho até hoje é o Rocinha que Queremos, que é um curso que eu venho dando há quase dois na Rocinha. É um curso de Urbanismo com os moradores. E agora deu um *boom*. A última aula tinha umas trinta pessoas, muitas lideranças da Rocinha estavam lá.

FP: E a sua aproximação com a Rocinha, como foi?

A Rocinha é diferente. A Rocinha... eu estava começando a ficar doente, quando nós ganhamos o plano diretor. O concurso era de ideias para urbanização da Rocinha [2006]. Ali eu fiquei livre para fazer. Alguns anos antes disso, eu fazia Rio-Cidade,⁶ tinha feito o do Méier, o de Irajá e o da Via Suburbana. Nessa época era o auge da M&T Arquitetura, era uma firma grande, chegamos a ter noventa pessoas fazendo planos diretores na região da Serra de Carajás, entre elas o plano diretor de Parauapebas. Estava recém-inaugurado o Rio-Cidade Méier, já tinha feito a obra. Um dia minha secretária entra na minha sala e diz que tinha um pessoal querendo falar comigo. A minha secretária achou estranho, porque o escritório era frequentado por políticos importantes e arquitetos. Esse não era um grupo de engratados, eram mais despojados. Um deles se apresentou: Jorge Mamão. Tinha sido um administrador regional da Rocinha, que é a 16ª Região Administrativa da cidade do Rio de Janeiro. Em seguida, uma mulher se apre-

sentou, era presidente da União Pró-Melhoramentos dos Moradores da Rocinha (UPPMR), que era uma associação grande de moradores da Rocinha. Junto a ela, outros dois diretores. Eles disseram:

— Nós viemos aqui porque a Rocinha está muito feia. Existe um recurso do PROSANEAR que está botando esgoto e água lá, mas nós queríamos um arquiteto que desenhasse algumas coisas bonitas, que nós vamos apresentar ao governo para tentar algumas obras de melhoria da favela além do esgoto.

Eu respondi:

— Olha, eu não sou o cara para fazer isso, eu trabalho mais com projetos grandes, regionais, com planejamento, eu trabalho mais com isso. Mas, olha, acabou de ter um concurso, o Favela-Bairro... vários dos arquitetos ganhadores, que entendem muito de favela, são meus amigos, eu posso dar o telefone deles.

A mulher, irreverente, virou-se para mim e falou:

— É preconceito, é?

— Não, não. É que realmente não é a minha praia, eu não estou acostumado a trabalhar com isso.

— Quer dizer que o senhor está me recomendando um arquiteto de favela? Nós queremos um arquiteto de asfalto.

Isso foi incrível! Arquiteto do asfalto. Respondi:

— Do asfalto, sou eu.

Ela emendou:

— Nós estamos vindo lá do Méier, achamos aquilo lá uma beleza. Nós queremos que o senhor faça o mesmo na Rocinha.

— Tá bom, então tá bom — respondi.

Eu ia nessa época para o meu sítio lá em Guaratiba. Eu passava o sábado na Rocinha passeando com eles. Aí esse mesmo grupo que tinha ido lá no escritório me levava num canto e dizia:

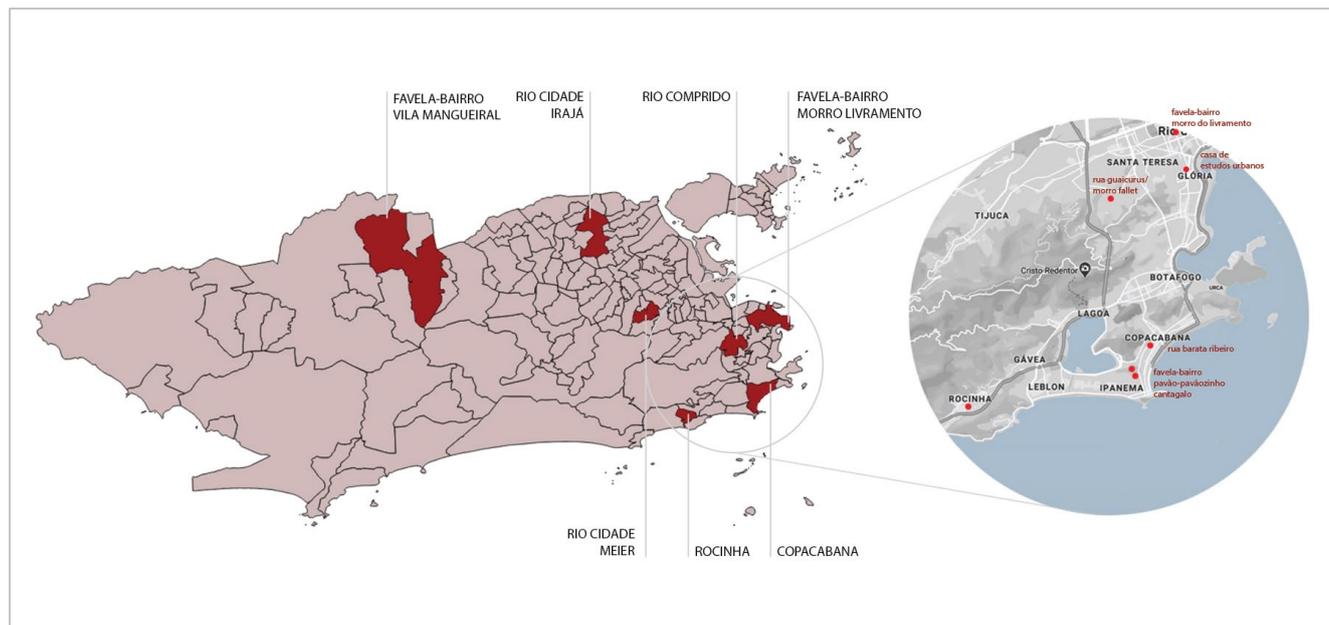
— Aqui nós queremos resolver esse problema do lixo.

Aí eu desenhava um negócio. Eles diziam:

— Não, tá uma porcaria! Pensa mais, pensa mais!

Eu ia fazendo o que eles queriam, em vários lugares. Isso durou uns três ou quatro meses. Todo sábado eu ia para lá, não ganhava nada. Tomava uma cerveja, via o movimento e desenhava para eles essas coisas. Bom, um dia, depois de uns três meses lá, estava começando a entender um pouco as coisas. Era um sábado de sol, tinha dado uma praia formidável. Eu estava descendo a Estrada da Gávea (eu largava o carro lá embaixo, porque lá em cima não dava para estacionar), olhando o pessoal nas lajes. As pessoas ficavam tomando banho de sol, com as banheiras de plástico que enchiam para tomar banho. As crianças soltando pipa, churrasquinho de laje e o cara estendendo roupa. Eu pensava: puxa, que vida que têm

⁶ O Rio-Cidade constituiu um dos projetos incluídos no Plano Estratégico da cidade do Rio de Janeiro, elaborado durante a administração municipal do Prefeito César Maia, entre os anos 1993 e 1996. O Rio-Cidade foi dividido em duas fases (I e II) e abrangeu aproximadamente trinta pontos da cidade.



essas lajes! Incrível essa falta de área plana na Rocinha. Na semana anterior tinha morrido uma menina atropelada na travessia para o CIEP, porque ninguém tinha paciência de usar a passarela. Eu vinha descendo impressionado com isso. Quando eu olhei lá para baixo eu vi direitinho uma laje vinda do túnel até a passarela que existia na época. Eu vi aquilo e pensei: “caramba, podia resolver muita coisa com isso.” Cheguei em casa e desenhei essa ideia. Liguei para o [ex-prefeito Luiz Paulo] Conde, que era meu amigo da faculdade e dava aula comigo. Falei que tinha tido uma ideia e perguntei se poderia mostrar a ele. Ele disse: “claro, vem aqui [na prefeitura].” Eu fui lá. Nunca me esqueci. Eu mostrei para ele o desenho. Ele disse: “isso é ótimo, vamos fazer isso.” Aí eu desenvolvi com a Secretaria de Habitação essa ideia da Vila Olímpica, essa grande laje. Desenvolvi também os complementares, a parte de estrutura, as instalações. Para desenvolver o projeto, o Sérgio Magalhães, que era secretário na época, queria que eu fizesse em um mês. Eu disse para ele que a parte de estrutura eu faria em um mês, mas para saber o que eu ia botar em cima da laje tinha que discutir com a turma. Era difícil de agradar eles. Eu levaria mais tempo. Peguei o Jorge Mamão a tiracolo, fomos para a sede da Região Administrativa, junto com os moradores e os grupos que praticavam esportes na Rocinha. Os que faziam judô, jiu-jítsu, surfe, toda essa turma de esporte me procurava lá querendo espaço na laje. Chegou até o pessoal da cultura querendo espaço. Eu falava: “caramba, em vez de 200 metros, eu vou ter que ir com

essa laje até o próximo túnel para ter tudo que vocês querem.” O que eu me orgulho desse projeto — um projeto como outro qualquer — é que cada coisa que está ali foi decidida em reunião com eles. Na época a diretoria do BNDES me procurou, porque queriam organizar a vila com patrocínio das empresas que tinham projeto no BNDES. A coisa ia funcionar com patrocínio de empresa, seria uma coisa de louco, né? O Conde então perdeu a eleição e entrou o César Maia. Na primeira semana de governo do César Maia ele implodiu o projeto da Vila Olímpica da Rocinha. Eram 200 metros por 30 metros. Tinha uma ligação direta com o CIEP da Rocinha, os alunos poderiam subir para a Vila Olímpica naquela parede de escada. Era toda transada. César Maia implodiu o negócio, eu fiquei doente uma semana em casa, com febre, doente com a decepção. Jurei que não botava mais os pés na Rocinha. Uns quatro ou cinco anos depois surgiu o concurso da Rocinha, eu não ia entrar. Aí um colega que fazia legislação urbanística dos meus planos diretores me convidou e me apresentou ao PC e ao Ediglê, que eram dois moradores da favela. Eles me seduziram para entrar e a gente ganhou o concurso.

FP: “A favela como parte integrante da cidade não deve ser tratada separadamente, nem ser problematizada sem considerar sua potência”. Você pode falar um pouco sobre o que entende como

potência a partir da sua experiência profissional na Rocinha e como isso pode contribuir para a construção de cidades mais democráticas?

LCT: Essa ideia de potência nesse sentido não é minha. É do Jailson de Souza e Silva, da Maré. Na sua tese de doutorado, há anos, diz que todos que estudavam favela analisavam tudo que a favela não tinha, ou seja, o que faltava na favela. Ele dizia que ninguém imaginava a potência da favela, no sentido de integrar seus habitantes à vida na cidade. Em um texto que eu escrevi para o folheto da Rocinha, eu falo que é impressionante que em, duas gerações, a Rocinha formou gente que trabalhava com a enxada em pessoas que hoje estão dentro da universidade. Eu entendo a favela como uma plataforma de transformação, de impulsionar as pessoas a integrar-se na vida da cidade. Por exemplo, o cara que vinha e plantava mandioca vai para o canteiro de obra como servente, vira mestre de obra e, em alguns anos, está construindo formalmente nas empresas e informalmente na favela. Sai de uma casa de madeira, barraco de madeira, para uma casa de concreto e tijolo. Esse é o papel da favela. São plataformas especiais que deviam ser usadas exatamente nesse sentido. Se o governo tivesse um pouco de noção das coisas poderia usar as favelas como plataforma de integração dos mais pobres. Estamos falando dos pobres. Não é que pobre só mora em favela, não. É usar isso, essa lógica que existe na favela, para promover uma cidade menos desigual, mais solidária. Não é nem pela periferia, é começar com essas favelas.

FP: No texto “Uma estratégia de combate à desigualdade a partir da urbanização das favelas e de seu entorno”, o senhor propõe a criação de uma Zona Especial de Interesse Social (ZEIS) no entorno da Rocinha e de outras favelas. Você poderia falar um pouco sobre essa ideia e como acredita que pode contribuir na redução da desigualdade socioespacial?

LCT: Eu estou assustado com a quantidade de pessoas que serão removidas [pelo Programa Comunidade Cidade] e com a quantidade de novas unidades que é possível produzir na Rocinha. Primeiro, porque isso irá exigir do Governo do Estado, além da aplicação de um grande montante de recursos na construção das novas moradias, uma firme vontade política de enfrentar esse problema. Em segundo lugar, acho

difícil construir 2.400 unidades habitacionais na Rocinha em função da topografia e, principalmente, diante da elevada ocupação do solo existente. Nossa equipe chegou a esse número aplicando índices de aproveitamento em 18 terrenos da favela, portanto, é um número, como já disse, difícil de alcançar. Meu palpite é que conseguiremos projetar, no máximo, 1.500 unidades na Rocinha, e entre a favela e São Conrado. Isso se a grita dos moradores desse bairro permitir.

Sobre as franjas: nas franjas da Rocinha, assim como em outras favelas, podemos pensar isso. Por exemplo, na Maré, do outro lado da Av. Brasil, poderiam ser feitas desapropriações para a construção de apartamentos verticalizados. Nesses apartamentos, poderia realocar o pessoal que mora em áreas de risco na Maré. Essa franja possui uma conexão enorme com a Maré. A grande jogada seria fazer algumas coisas que atravessassem a Av. Brasil, fazendo uma conexão maior entre a favela e o outro lado. Esse outro lado pode ser aproveitado para requalificação de edifícios, dá para fazer prédios mais altos. Uma série de coisas que são mais complicadas de fazer dentro da Maré por diversas questões. Na franja da Rocinha voltada para São Conrado, mas também na franja voltada para a Gávea, há alguma possibilidade de fazer parte dessas novas unidades que estão querendo. Eu vejo essas unidades como um elemento mais didático. Uma transição entre a favela e a cidade para aproximar em termos urbanísticos e de arquitetura uma coisa com a outra. Por exemplo, eu projetei recentemente um prédio de tijolo aparente. É uma linguagem da favela num prédio que não faz vergonha nenhuma perto daqueles envidraçados. O material desse prédio não é o granito nem o mármore de São Conrado, é um material muito mais contemporâneo. Eu quero que São Conrado fique velho em relação a essa franja. Uma arquitetura que bebe no que acontece na favela.

TV: E como pensar os espaços públicos e de circulação nesse contexto?

LCT: Nesse edifício que eu projetei, as escadas e os corredores reproduzem as escadas e os becos da Rocinha, só que são bem ventilados, as escadas projetadas seguindo as normas e afastamento que o corpo de bombeiro exige. Por exemplo, o cara vai descendo lá de cima da Rocinha para pegar o metrô; antes disso precisa passar no cabeleireiro e depois passar no armazém para comprar algo para levar. A trama viária da Rocinha é tão complexa que você pode escolher

vários trajetos para chegar de um ponto ao outro. A circulação do prédio reproduz essa complexidade. Outra coisa, eu não queria de forma nenhuma que o edifício pudesse ser fechado e virasse um condomínio. Então tem um pavimento que é de uso público, tem uma praça dentro do pavimento que é uma praça da Rocinha, não só do prédio. Com vários elementos que atraem moradores da favela, não só do prédio, então não pode virar condomínio. Você aprende que o que a favela tem de potência, tem de solidariedade. Do cara que vive do lado do outro, sabe quem é o vizinho. Na Rocinha, se morrer um cara todo mundo vai ao enterro, é outra história. Essa é a potência que a favela tem, e eu queria que essa potência contaminasse um pouco a cidade, para ter uma mediação. Isso você não pensa que é coisa de socialista utópico, não. É a única solução. A única solução para uma

cidade que a gente possa viver. Viver com os nossos netos, com os netos dos nossos netos. É uma cidade mais solidária, sem tanta diferença entre classes. Não há jeito.

REFERÊNCIAS

Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo. Disponível em: <http://www.iea.usp.br/pessoas/pasta-pessoaf/francisco-whitaker-ferreira>. Acesso em 19 de março de 2020.

BAGNO, S.; PEREIRA SILVA, S.; PINTO, D. Fala Fallet: As memórias de um grupo de idosos de uma favela em Santa Teresa, Rio de Janeiro. In: **CIDADES, Comunidades e Territórios**. v. 30, p. 91-102, 2015. ■

Robert Pechman e Walter Firmo

Nas frestas da cidade

A cidade se oferece ao olhar. Vem, vem espiar. Fecha um olho que você vai ver melhor. É ali naquela fresta, por aquele buraco da fechadura. Isso mesmo, você está vendo o banal, ali onde a cidade se reduz ao mínimo ou se traveste do avesso, mas ela ainda está lá. Não é espetáculo... é apenas uma cena urbana, é apenas o cotidiano escondendo alguma poesia que a cidade não para de secretar.



A jaca e o relógio

O Rio arde. Canícula de 101 graus.
A jaca trabalha para amadurecer nos calores da urbe.
O relógio mede seu caminho para a morte.
A jaca na cidade não tem esperanças,
Os mendigos têm dia e hora para canabalizá-la.
A jaca urbana elabora suas doçuras.
Em hora aprazada ela atirar-se-á sobre o asfalto,
suicidando suas delícias e espalhado seu futum sobre as calçadas.

Robert Pechman

é doutor em História pela Universidade Estadual de Campinas. Atualmente, é professor associado da Universidade Federal do Rio de Janeiro no Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional (IPPUR).

betuspechman@hotmail.com

Walter Firmo

é fotógrafo que começou no fotojornalismo e se transformou no mago das fotos coloridas. Sua bagagem de trabalhos o tornou fotógrafo de padrão internacional com muitos alguns fotográficos publicados e prêmios angariados. Suas fotos correram o mundo.

dudafirmo1@gmail.com



O Tenista enjaulado

O tenista vai sacar,
vai sair de sua imobilidade.
Mas ele está sendo vigiado
(terão medo da beleza de seu saque?)
O tenista vai sacar.
Mas ele está sendo farpado
(temerão a leveza da bolinha?)
O tenista vai sacar.
Mas ele está sendo engradado
(tremerão diante de sua liberdade?)
Mas o gesto do tenista é irreprimível:
a bolinha partiu, voa pelos céus
da cidade...



Ora bolas ...

E agora, José? A festa acabou.
E o que fazer com as bolas?
Ora, que façam a festa na rua!
Bolas, que rolem pelas calçadas
enfeitando nosso dia-a-dia!
A bola na rua sopra o cotidiano
e enche o dia de festa.
Ora bolas, o que não podem fazer
frágeis bolinhas soltas pela cidade...



Paisagem Urbana

A delicada dama
Finamente vestida
No avesso da cidade
Compõe a paisagem travestida

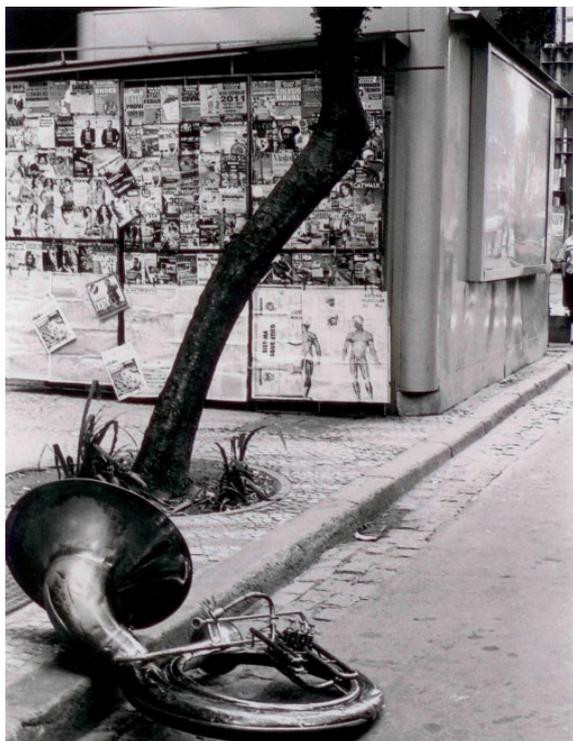
Paisagem desértica

Saara. O deserto.
Saara. O lugar.
Saara, ilha gritante e tórrida que acolhe
a tudo e a todos.
Colonização do deserto. As lojas explodem em flor.
Ali é sempre primavera, onde flores de um oásis
urbano expulsam a desertificação lá para os lados
da Presidente Vargas.
Oásis de odaliscas que invadem vielas labirínticas,
onde parece não se sair do lugar, onde tudo
parece igual.
Odaliscas nas calçadas e nas vitrines.
Por trás de cada uma, na sua alma, a cicatriz do
harém: o pano que encobre para esconder segredos.
Manecas, bonecas. Mulheres odaliscas.
Onde estará a verdade?
Quem olha para quem nesse *SHUK*
onde tudo se vende?
Que Orientes cochicham sibilantes palavras
aos ouvidos da mulher: “desvelem os véus,
revelem seus segredos”.
Quem é mulher, quem é maneca. Nunca saberemos
sem subirmos as dunas e sem nos deixar inebriar
pelas miragens desérticas que turvam toda a visão.



Paisagem Mercantil

Na cidade mercantil
Por debaixo dos panos
Se insurge a intimidade
A contar mais que uma verdade



Troa Trombone

O trombone apitou sua derradeira nota.
Terá desafinado? Estragado a festa para
a qual foi convocado?
O trombone não mais troará nos salões.
Uma tristeza enorme se abateu sobre
a cidade...



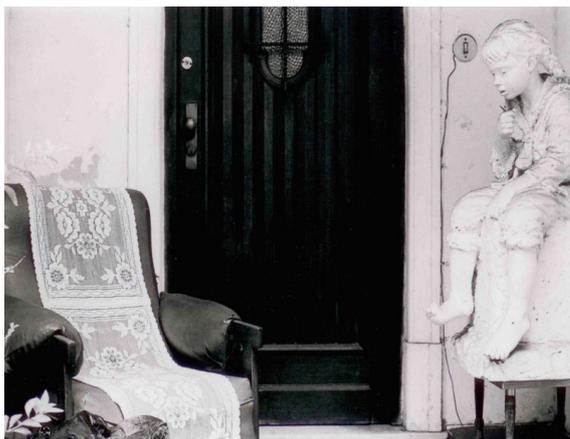
Pela Fresta

Olhei pela fresta e vi.
 Pelo buraco da fechadura,
 bisbilhotei.
 Espiei embevecido.
 Mirei aparvalhado.
 Ela oferecia sua nudez
 aos fantasmas da ruína.
 Eu fiquei arruinado.



A Voragem do Olhar

José de Alencar era fissurado
 no olhar das mulheres.
 E não se tratava nem
 do “olhar de ressaca” de Capitu.
 Hoje, estátua na praça, sentado
 em confortável cadeira,
 não para de olhar as gostosas passarem.
 Oh, Zé, hein, quem diria?



Menina Engessada

Todos diziam que a casa era mal-assombrada,
Que há muitos anos atrás um feiticeiro
havia transformado a menina em estátua.
Doce menina que nunca sai do lugar.
Mas contam que de noite - já viram -
ela sai pra namorar.



Ruínas do Tempo

O tempo passou sobre a cidade
Desligou os rádios,
Torceu o pescoço das velhas bonecas
e espalhou a poeira da morte sobre tudo.

Tempo de Ruína

O que pode um velho diante
de tanta novidades?



[P] RODUZIDO NO BRASIL

[P]roduzido no Brasil

O ensaio [P]roduzido no Brasil se transfigura na paisagem produzida a partir do debate sobre desigualdade socioambiental e espacial na metrópole paulista, do qual fazem parte desse cenário a precarização das moradias e as ocupações irregulares desenvolvidas a partir de um problemático processo de urbanização em conjunto com uma insuficiente aplicação das políticas de habitação na realidade brasileira.^{1 2}

Para um melhor entendimento sobre o tema, Denaldi e Ferrara (2018) nos apresentam que a desigualdade ambiental se traduz na disputa pelo acesso à terra em um contexto de urbanização capitalista, sob uma crescente valorização imobiliária e concentração da propriedade privada combinadas a um histórico de produção e acesso desigual às infraestruturas da cidade. Portanto, trata-se de uma segregação socioespacial produzida pela dinâmica do mercado de terras, que prevalece sobre as normas jurídicas e consequentemente em desigualdades ambientais.

Na realidade de São Paulo, de acordo com dados do Plano Municipal de Habitação de 2016, na cidade existem 445.112 domicílios em favelas e 385.080 em loteamentos clandestinos ou irregulares. Desse

1 Este ensaio fotográfico é fruto da visita de campo para a disciplina de Gestão Ambiental e Território, no segundo quadrimestre de 2019, para o programa de Pós-Graduação em Planejamento e Gestão do Território da Universidade Federal do ABC, sob orientação do Dr. Pedro Henrique Campello Torres (IEE-USP).

2 Os(as) autores(as) agradecem o apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) processos nº 20/01134-4, 19/24219-8 e 18/10305-7. O trabalho é parte das atividades do projeto temático, em andamento, “Governança ambiental na Macrometrópole Paulista, face à variabilidade climática”, processo nº 15/03804-9, financiado pela FAPESP e vinculado ao Programa FAPESP de Pesquisa sobre Mudanças Climáticas Globais

Igor Matheus Santana Chaves

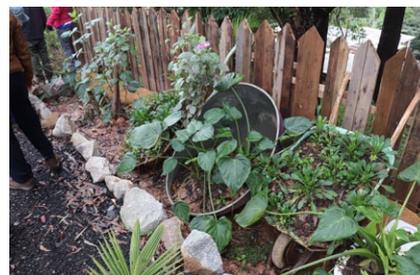
possui graduação em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade de Sorocaba (2016) e mestre em Planejamento e Gestão do Território pela Universidade Federal do ABC (2019). Atualmente, é pesquisador do temático “Governança Ambiental da Macrometrópole Paulista face à variabilidade climática” (FAPESP 2015/03804-9).

igu_santana@hotmail.com

Gabriel Machado Araujo

é graduando em Ciências e Humanidades, Filosofia e Planejamento Territorial pela Universidade Federal do ABC. Atualmente, é pesquisador do temático “Governança Ambiental da Macrometrópole Paulista face à variabilidade climática” (FAPESP 2015/03804-9).

gmachado140@gmail.com



universo, 684 assentamentos são ocupados por 171.771 domicílios, todos localizados em Áreas de Proteção e Recuperação de Mananciais (APRM), nas bacias hidrográficas Guarapiranga e Billings. (PMHSP, 2016 apud DENALDI, FERRARA, 2018).

Para Travassos e Momm (2013), existe uma lacuna entre a integração das políticas públicas e a urbanização de fundos de vale na cidade de São

Paulo, pois “permanece um descompasso entre o discurso e as práticas no tratamento das questões urbano-ambientais, principalmente pela falta de coordenação intersetorial e territorial”. Em outras palavras, as práticas dos órgãos envolvidos são insuficientes para fornecer respostas adequadas às questões socioambientais ensejadas para essas áreas – as intervenções permanecem incompletas e desiguais, onde o sanea-

mento se limita às áreas já consolidadas.

Em paralelo a esse processo desigual, percebemos os atores desse cenário marginalizado, que muitas vezes se organizam e desenvolvem novas culturas do habitar, morar e construir para o simples sobreviver. Estes atores, se estabelecendo como a própria força subversiva – conforme apontado por Randolph (2019), que a compreende



pelas frentes contrárias à dominação fundamental da neoliberalização, com uma lógica que, ao não se submeter aos valores neoliberais, os enfraquece –, dirigem-se contra a expansão das lógicas burocrático-instrumentais para o reino do mundo da vida com suas relações sociais e políticas.

Aliado a esses entendimentos, procurou-se no registro fotográfico esta produção subversiva da Vila Nova Esperança,³ localizada há mais de vinte anos nas bordas de São Paulo – ocupação que se estabelece como produto brasileiro para essas dinâmicas territoriais, bem como “revolucionária” nas ambiências urbanas frente às contínuas ações do Estado e do mercado. Propondo para este ensaio uma visão crítica, expositiva e reflexiva, que vislumbra na arte fotográfica captar o momento – discurso de resposta – de uma população pouco visível.

Abordar esta relação entre a cultura e a natureza, onde o presente se apre-

3 Situada na Av. Eng. Heitor Antônio Eiras García, 9260 - Jardim Esmeralda – São Paulo.







sesta como o prelúdio de uma nova paisagem, muitas vezes aparentemente inerte aos olhos de quem passa, se manifesta sendo útil para organizar as técnicas e saberes que determinados aspectos das ações antrópicas metamorfoseiam na paisagem diária. É isso que se apresenta nas fotografias, sem retoques: a própria experiência do conhecimento empírico – o próprio fazer insurgente.

Por fim, o olhar sobre a paisagem segue os preceitos de Bertrand (2004), que a define como

uma determinada porção do espaço, o resultado da combinação dinâmica, portanto instável, de elementos físicos, biológicos e antrópicos que, reagindo dialeticamente uns sobre os outros, fazem da paisagem um conjunto único e indissociável, em perpétua evolução (BERTRAND, 2004, p. 141).

BIBLIOGRAFIA

- BERTRAND, Georges. Paisagem e geografia física global. esboço metodológico. **Raega - O Espaço Geográfico em Análise**, [S.l.], v. 8, dez. 2004. ISSN 2177-2738. Disponível em: <<https://revistas.ufpr.br/raega/article/view/3389/2718>>. Acesso em: 15 ago. 2019. <http://dx.doi.org/10.5380/raega.v8i0.3389>.
- DENALDI, R.; FERRARA, L. N. A dimensão



ambiental da urbanização em favelas. **Ambient. soc.**, São Paulo, v. 21, e01950, 2018. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-753X2018000100315&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 15 mar. 2019. Epub Out. 08, 2018. <http://dx.doi.org/10.1590/1809-4422asoc0195r0vu1811ao>.

PREFEITURA DE SÃO PAULO. (2016) **Plano Municipal de Habitação de São Paulo – caderno para discussão pública**. Disponível em: <http://www.habitasampa.inf.br/files/CadernoPMH.pdf>. Acesso em: 25 mar. 2019.

RANDOLPH, Rainer. Superando abordagens colaborativa e agonística do planejamento: caminhos para sua radicalização por meio de ações sub-

versivas. **Cad. Metrop.**, São Paulo, v. 21, n. 44, p. 99-117, Apr. 2019. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2236-99962019000100099&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 15 Aug. 2019. Epub Apr 15, 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/2236-9996.2019-4405>.

TRAVASSOS, L.; MOMM, S. Recuperação socioambiental de fundos de vale urbanos na cidade de São Paulo, entre transformações e permanências. **Cadernos Metrôpole**, [S.l.], v. 15, n. 29, p. 289-312, jul. 2013. ISSN 2236-9996. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/metropole/article/view/15826/11850>>. Acesso em: 15 ago. 2019. <https://doi.org/10.1590/15826>. ■

REALIZAÇÃO



APOIOS

